



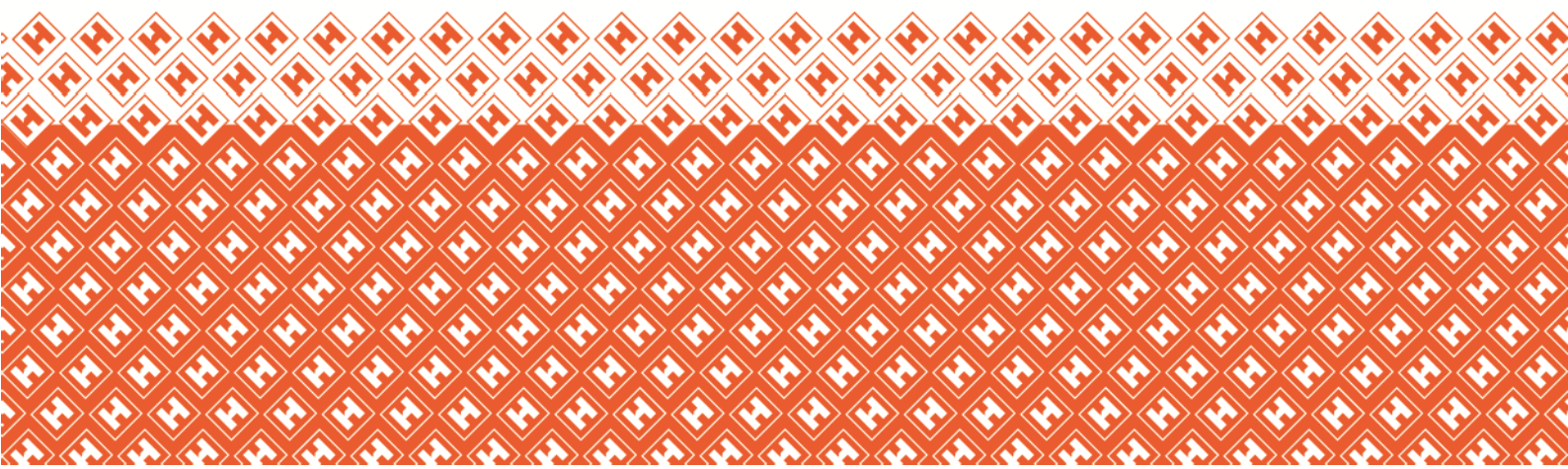
PROFHISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

ADRIANA MENDES COSTA

**ÀS MARGENS DO TEMPO, NAS ÁGUAS DA FÉ:
O rio e a igreja como patrimônios no Ensino
de História de São Félix do Xingu (PA)**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
Agosto / 2025





UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRÓPICO ÚMIDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

**ÀS MARGENS DO TEMPO, NAS ÁGUAS DA FÉ:
O rio e a igreja como patrimônios no Ensino de História de São Félix do Xingu (PA)**

Adriana Mendes COSTA

Material de Defesa apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória), do Instituto de Estudos do Trópico Úmido (Ietu), *Campus* Xinguara, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), na Linha de Pesquisa *Linguagens e narrativas históricas: produção e difusão*, como parte dos documentos a serem avaliados pelos professores que compõem a banca para conferir o título de Mestre.



INSTITUTO DE ESTUDOS DO TRÓPICO ÚMIDO



CENTRO DE ESTUDOS EM TEORIAS DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Centro de Biblioteca Universitária

C838n COSTA, ADRIANA MENDES

Nas Margens do Tempo, nas Águas da Fé: O rio e a Igreja como Patrimônio no Ensino de História de São Félix do Xingu / ADRIANA MENDES COSTA . – 2025.

Orientador(a): André Furtado .

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Xinguara , Instituto de Estudos do Trópico Úmido , Programa de Pós - Graduação Profissional em Ensino de História, Xinguara, 2025.

1. Patrimônio. 2. Igreja. 3. Rio. 4. Fotografia . I. Furtado, André, orient. II. Título .

CDD: 22. ed.: 981

Gerada automaticamente pelo módulo Ficha Fácil, conforme os dados fornecidos pelos(as) autores(as) .

ADRIANA MENDES COSTA

ÀS MARGENS DO TEMPO, NAS ÁGUAS DA FÉ:

O rio e a igreja como patrimônios no Ensino de História de São Félix do Xingu (PA)

Defesa realizada em: **27 / 08 / 2025**.

BANCA EXAMINADORA

Professor Doutor André Furtado – Orientador e Presidente da Banca
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Professor Doutor Valério Rosa de Negreiros – Arguidor Externo
Universidade Estadual do Piauí

Professora Doutora Anna Carolina de Abreu Coelho – Arguidora Interna
Universidade Federal do Pará

Professor Doutor Carlo Guimarães Monti – Suplente Interno
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

XINGUARA, 2025

Dedico este trabalho a Deus, fonte inesgotável de força, sabedoria e esperança. Foi em Sua presença que encontrei conforto nos momentos de incerteza e coragem para seguir em frente. Dedico também à minha família, meu porto seguro, por todo o amor, apoio e paciência ao longo desta caminhada: a vocês, que sempre acreditaram em mim e estiveram ao meu lado nos momentos mais desafiadores, minha eterna gratidão

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, elevo minha gratidão a Deus, por ter me sustentado em todos os momentos dessa caminhada, iluminando meu percurso com fé, esperança e coragem para enfrentar os desafios da vida acadêmica.

Agradeço à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), instituição que me acolheu e proporcionou os meios necessários para o desenvolvimento desta pesquisa, contribuindo de forma decisiva para minha formação profissional e intelectual.

Sou grata ao meu orientador, Professor Doutor André Furtado, por sua generosidade acadêmica, pela escuta atenta, pelas orientações precisas e pela confiança depositada em meu trabalho. Seu rigor científico e sensibilidade foram fundamentais para a construção deste estudo.

Ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória), expresso meu reconhecimento pela oportunidade de crescimento e pela formação sólida que me foi proporcionada ao longo deste percurso; e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo fomento da pesquisa via bolsa de estudos.

À banca de qualificação e defesa, Professores Doutores Francivaldo Alves Nunes (Universidade Federal do Pará – UFPA), Anna Carolina de Abreu Coelho (Unifesspa / UFPA e Valério Rosa de Negreiros (Universidade Estadual do Piauí – UESPI), registro minha sincera gratidão pelas valiosas contribuições, pelas leituras críticas e pelos apontamentos que certamente enriqueceram esta pesquisa e ampliaram minha compreensão do tema.

Estendo meus agradecimentos aos meus familiares, pela paciência, incentivo e amor incondicional, que foram meu alicerce em todos os momentos.

Finalmente, agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a realização desta pesquisa – seja por meio de palavras de incentivo, gestos de apoio, colaborações acadêmicas ou afetivas. A cada um e cada uma, o meu mais sincero muito obrigado.

*Da mesma forma que o passado e
presente são interligados na produção
do conhecimento, o geral e o local se
articulam na construção da nossa
visão de história*

(Joana Neves)

RESUMO

ÀS MARGENS DO TEMPO, NAS ÁGUAS DA FÉ:

O rio e a igreja como patrimônios no Ensino de História de São Félix do Xingu (PA)

A História de São Félix do Xingu é marcada por resistência, diversidade e conexão que se entrelaça com a construção da Igreja Matriz, os rios, as florestas e as pessoas que habita(ra)m seu território, mas que vem sendo apagada e esquecida desde a construção da rodovia PA 279. Este acontecimento trouxe consigo os chamados “progresso” e “desenvolvimento” que, no entanto, associaram-se ao desmatamento, à violência e à perda de identidade. Portanto, nesta pesquisa buscamos debater tais passados como forma de celebrar e preservar as heranças culturais ao mesmo tempo em que estimularemos o interesse dos educandos pelo conhecimento sobre a região mediante a atenção, o cuidado e a valorização do patrimônio local. Acreditamos que este será, certamente, um passo importante para a formação, por intermédio do Ensino de História, de cidadãos consciente e que se reconheçam como protagonistas da construção de um futuro baseado na sustentabilidade e no respeito aos Direitos Humanos. Para tanto, sugerimos a leitura de uma exposição intitulada *Foto(grafia)s de uma certa Amazônia*.

Palavras-chave: Ensino de História; São Félix do Xingu; Patrimônio; Amazônia.

ABSTRACT

ON THE BORDERS OF TIME, IN THE WATERS OF FAITH:

The river and the church as heritage in the Teaching of History in São Félix do Xingu (PA)

The History of São Félix do Xingu is marked by resistance, diversity and connection that is intertwined with the construction of the Mother Church, the rivers, the forests and the people who inhabit its territory, but which has been erased and forgotten since the construction of the PA 279 highway. This event brought with it so-called “progress” and “development” which, however, were associated with deforestation, violence, and loss of identity. Therefore, in this research we seek to discuss these pasts as a way of celebrating and preserving cultural heritage, while at the same time stimulating students’ interest in learning about the region through attention, care, and appreciation of local heritage. We believe that this will certainly be an important step towards the formation, through History Teaching, of conscious citizens who recognize themselves as protagonists in the construction of a future based on sustainability and respect for Human Rights. To this end, we suggest creating an exhibition entitled *Photo(graphies) of some Amazon*.

Keywords: History Teaching; São Félix do Xingu; Heritage; Amazon.

LISTA DE ABREVIATURAS

Arquivo Nacional – AN

Centro de Estudos em Teorias da História e Historiografias – Cethas

Comunidades Eclesiais de Base – CEB's

Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas – COP-30

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES

Departamento Estadual de Estrada e Rodagem do Pará – DEER-PA

Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN's

Força Aérea Brasileira – FAB

Fundação Nacional do Índio – Funai

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Instituto de Estudos do Trópico Úmido – Ietu

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra

Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer / Questionando, Intersexo, Assexuais / Arromânticas / Agênero, Pan / Pôli, Não-binárias e mais – LGBTQIAPN+

Ministério da Educação – MEC

Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's

Plano Nacional de Integração – PIN

Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – Polamazônia

Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História – ProfHistória

Secretaria de Ensino Fundamental – SEF

Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam

Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC

Universidade de Coimbra – UC

Universidade de Juiz de Fora – UFJF

Universidade Estadual de Goiás – UEG

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Universidade Federal do Pará – UFPA

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Unifesspa

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1 - Origem e anotações históricas	43
---	----

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 - Detalhe do “rio de Marañom” no mapa da América anônimo (c.1532)	23
Imagem 2 - A descoberta do Rio Amazonas, 1541	25
Imagem 3 - Expedição de Pedro Ursua Lope de Aguerri, 1560-61	26
Imagem 4 - Curso percorrido pelas bandeiras expedicionárias	30
Imagem 5 - Mapa de América Central y del Sur	32
Imagem 6 - Aoripana ampliado	32
Imagem 7 - Mapa de Gerardus Mercator, 1633.....	33
Imagem 8 - Mapa de Gerardus Mercator ampliado.....	33
Imagem 9 - JAILLOT, Alexis-Hubert. Amerique Meridionale... Amsterdam: Pieter Mortier, 1705	34
Imagem 10 - Rio Paranaíba ampliado	35
Imagem 11 - Paranaíba no mapa intitulado La Partie Meridionale De L’Amerique, 1705 ...	35
Imagem 12 - Mapa La Partie Meridionale ampliado.....	36
Imagem 13 - Les missions des jésuites le long de L’Amazone et sur la côte du Pacifique	36
Imagem 14 - Ampliação de Les missions des jésuites le long de L’Amazone et sur la côte du Pacifique	37
Imagem 15 - Rio Xingu	37
Imagem 16 - Rio Xingu ampliado	38
Imagem 17 - Mapa de orientação para a Segunda Expedição ao Xingu	39
Imagem 18 - Mapa da Bacia do Rio Amazonas	40
Imagem 19 - Mapa da Bacia do Rio Amazonas, porção ampliada.....	41
Imagem 20 - Relação entre os primeiros núcleos urbanos e o curso dos rios na Amazônia ...	45
Imagem 21 - Mapa do município de São Félix do Xingu	49
Imagem 22 - Imagem aérea de São Félix do Xingu	53
Imagem 23 - Chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil (1808).....	80

LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1 - Construção da Igreja Matriz de São Félix do Xingu 1937	93
Fotografia 2 - Conclusão da construção da Igreja Matriz de São Félix do Xingu 1938	94
Fotografia 3 - Rodovia PA-279, abril de 1985, intrafegável.....	95
Fotografia 4 - Ernane Gomes dos Santos 1967	95
Fotografia 5 - Primeira Capela de São Félix do Xingu 1936.....	106
Fotografia 6 - Padre Dom Erich Kräuther	107

Fotografia 7 - Registro da Construção da Igreja de São Félix do Xingu 1937	108
Fotografia 8 - Frente externa da Igreja de São Félix do Xingu 1938.....	108
Fotografia 9 - Frente externa da Igreja de São Félix e escadaria 1981	109
Fotografia 10 - Igreja São Félix do Xingu, construída em 1982.....	109
Fotografia 11 - Interior da Igreja Matriz inicial 1938	110
Fotografia 12 - 2ª versão da Igreja	110
Fotografia 13 - 2ª versão da Igreja	111
Fotografia 14 - Igreja Reformada 3ª versão	112
Fotografia 15 - Avenida Antônio Marques Ribeiro, centro antes do incêndio 1972	112
Fotografia 16 - Ponto de Castanha Kandoka Rio Iri.....	113
Fotografia 17 - Beira-rio nas proximidades da Câmara Municipal e Praça Xingu 1977	113
Fotografia 18 - Escola Carmina Gomes 1977	114
Fotografia 19 - Antiga sub sede da Prefeitura de São Félix do Xingu 1918.....	114
Fotografia 20 - Jeep da Prefeitura	115
Fotografia 21 - São Felona: meio de transporte entre São Félix e Altamira (1968-1972)....	115
Fotografia 22 - Câmara Municipal de São Félix do Xingu mandato do prefeito Raimundo Pinto de Mesquita 1976-1982.....	116
Fotografia 23 - Centro comunitário nas imediações da antiga escola Marechal Rondon na Praça Xingu 1962	116
Fotografia 24 - Escola da Jardim da Infância Celeste (Hoje Jardim Celeste)1982.....	117
Fotografia 25 - Entrada Principal da Escola Marechal Rondon em frente à praça Xingu 1962	118
Fotografia 26 - Momento cívico na Praça Xingu 1980.....	118
Fotografia 27 - Igreja Nossa Senhora das Mercês	119
Fotografia 28 - Construção definitiva da Igreja Nossa Senhora das Mercês	119
Fotografia 29 - Construção da Igreja Nossa Senhora das Mercês.....	120
Fotografia 30 - Incêndio na Rua Antônio Marques Ribeiro 1974.....	120
Fotografia 31 - Reconstrução das casas na Rua Antônio Marques Ribeiro 1974.....	121
Fotografia 32 - Chegada do primeiro motor adquirido pela prefeitura de São Félix do Xingu	122
Fotografia 33 - Padre Dom Erich (Eurico) Kräuther na missão evangelizadora de São Félix do Xingu 1938.....	122
Fotografia 34 - Ainda não identificada	123
Fotografia 35 - A Sementinha do Saber	123
Fotografia 36 - Registro de atividade religiosa na década de 1950	124
Fotografia 37 - Registro dos primeiros professores 1948	125
Fotografia 38 - Ainda não identificada	125
Fotografia 39 - Ainda não identificada	126
Fotografia 40 - Ainda não identificada	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	22
CARTOGRAFIAS FLUVIAIS: DO VELHO AO NOVO MUNDO ENTRE PROCESSOS COLONIZADORES E USOS DO RIO XINGU	22
1.1. A CAPITANIA	30
1.2. O MUNICÍPIO	50
1.3. A RODOVIA	61
CAPÍTULO 2	65
CATOLICISMO D’ALÉM MAR: A PRESENÇA DA IGREJA CATÓLICA NO BRASIL E SUA CONVERSÃO EM PATRIMÔNIO HISTÓRICO	65
2.1. O PADROADO	66
2.2. A ABERTURA	71
2.3. O PODERIO	82
CAPÍTULO 3	89
USO DE IMAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA: MEMÓRIA, FÉ E PATRIMONIALIZAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX	89
3.1. OS REGISTROS	90
3.2. AS ORALIDADES	97
3.3. A EXPOSIÇÃO	105
CAPÍTULO 4 –	128
PRODUTO - FOTO-HISTÓRIAS DE SÃO FÉLIX DO XINGU: CADERNO DIDÁTICO DE HISTÓRIA LOCAL PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA (ANOS INICIAIS AO ENSINO MÉDIO)	128
4.1. DIRETRIZES GERAIS DE USO DAS FOTOGRAFIAS	129
4.2. PLANO DE AULA GENÉRICO E ADAPTÁVEL (HISTÓRIA LOCAL A PARTIR DE FOTOGRAFIAS)	130
4.3. 1º ANO EF “QUEM SOMOS E ONDE MORAMOS?”	134
4.4. 2º ANO EF “LUGARES QUE CONTAM HISTÓRIAS”	135
4.5. 3º ANO EF “TRABALHOS E TRANSPORTES DO PASSADO”	136
4.6. 4º ANO EF “RIO XINGU: CAMINHO, ALIMENTO E CULTURA”	137
4.7. 5º ANO EF “PATRIMÔNIO: O QUE PRECISA SER CUIDADO?”	138
4.8. 6º ANO EF “MAPAS E TRAJETOS: A CIDADE NO TEMPO”	143
4.9. 7º ANO EF “MEMÓRIA, FÉ E COMUNIDADE”	144
4.10. 8º ANO EF “TRABALHO, CIDADE E CONFLITOS”	147
4.11. 9º ANO EF “DA NAVEGAÇÃO À ESTRADA: MODERNIZAÇÃO E IDENTIDADE”	148
4.12. 1ª SÉRIE EM “LEITURA CRÍTICA DE IMAGENS: METODOLOGIA DO HISTORIADOR”	149
4.13. 2ª SÉRIE EM “PATRIMÔNIO, POLÍTICAS E CIDADANIA”	151
4.14. 3ª SÉRIE EM “MOSTRA: FOTO(GRAFIA)S DE UMA CERTA AMAZÔNIA”	153
CONCLUSÃO	156
REFERÊNCIAS	159

INTRODUÇÃO

A história de uma cidade não se encontra apenas nos arquivos oficiais ou nos manuais colares, mas também nas paisagens, nas memórias e nos espaços que estruturam a vida cotidiana de sua população. Em São Félix do Xingu, município localizado no sudeste paraense, observa-se um processo contínuo de apagamento da chamada História Local, manifestado tanto na ausência de políticas públicas voltadas à preservação da memória quanto na marginalização de símbolos e espaços de valor histórico e identitário. Entre esses elementos, destacam-se o rio Xingu, a Igreja Matriz e a construção da PA 279, não apenas como marcos geográficos e religiosos, mas como patrimônios materiais e simbólicos que guardam camadas de sentido vinculadas à formação e à vida social do município.

O rio Xingu, que historicamente foi a principal via de acesso e circulação para os moradores, não só conectava as comunidades ribeirinhas, mas também era essencial para o desenvolvimento econômico e social de São Félix. Por outro lado, a Igreja Matriz – Católica Apostólica Romana, que desempenhou um papel fundamental como centro de organização religiosa e social, representou o próprio Estado nas primeiras décadas de formação do município. Era nela que se realizavam os ritos mais importantes da comunidade, desde celebrações religiosas até encontros políticos e sociais, consolidando-se como um símbolo da autoridade e da presença estatal. No entanto, a construção da PA-279, uma estrada de rodagem que conecta o município a outras localidades, provocou uma mudança significativa na dinâmica de acesso e na relação dos moradores com seus espaços de vivência. Se, antes, a vida de São Félix do Xingu girava em torno do rio e suas margens, com a estrada de rodagem, os moradores passaram a se orientar por uma nova estrutura de deslocamento, que reconfigurou as relações sociais e culturais da comunidade. Essa transição reflete, portanto, um processo de transformação nas formas de acesso, nos fluxos econômicos e, por conseguinte, nas práticas cotidianas da população.

A presente pesquisa parte da constatação de que o Ensino de História, em muitos contextos escolares da região, ainda se mantém distante das vivências e referências locais. O apagamento da História de São Félix do Xingu repercute diretamente na afirmação da identidade de seus habitantes, comprometendo a valorização da *memória* coletiva e o reconhecimento do *patrimônio* cultural como instrumento pedagógico e cidadão. Diante disso, esta dissertação se propõe a refletir sobre o papel do Ensino de História na valorização das memórias constituídas de lembranças, registros, como fotografias e preservação da igreja enquanto patrimônios significativos para a formação identitária da comunidade.

Compreendendo que a memória é seletiva e marcada por processos de esquecimento, reconstrução e silenciamento, adotamos como referencial teórico os estudos de Pierre Nora e François Hartog. Nora nos oferece a noção de *lugares de memória*, entendendo que certos espaços – físicos ou simbólicos – tornam-se pontos de ancoragem da memória coletiva, especialmente em tempos de ruptura, quando a continuidade da tradição se vê ameaçada. Já Hartog problematiza a construção do patrimônio como uma escolha ativa daquilo que se deseja preservar e transmitir, destacando as relações entre memória, identidade e narrativas históricas legitimadas socialmente. Dessa forma, o patrimônio é compreendido aqui como uma construção social dinâmica, que se atualiza nas interações entre o passado e o presente, entre o que se lembra e o que se esquece.

A delimitação temporal desta pesquisa está centrada, sobretudo – mas não exclusivamente –, no período entre 1920 e 1980, marcando as transformações sociais, políticas, culturais e religiosas ocorridas em São Félix do Xingu durante sua formação e consolidação enquanto município. Esse recorte abrange o período de fundação da cidade e os eventos que moldaram as primeiras décadas de seu desenvolvimento, incluindo a construção da PA-279 e a reconfiguração das dinâmicas socioculturais no município. Geograficamente, a pesquisa se concentra no município e, mais especificamente, nas áreas que envolvem o rio Xingu e a Igreja Matriz, espaços que se configuram como símbolos históricos fundamentais para a comunidade.

No tocante à metodologia, a pesquisa se fundamenta em três abordagens complementares: a análise bibliográfica, a investigativa, a pesquisa oral e a coleta de registros. A análise bibliográfica permite o mapeamento teórico e histórico do campo de estudo, situando a problemática no interior das discussões sobre *memória*, *patrimônio* e *Ensino de História*. A análise investigativa inclui a coleta e interpretação de dados primários e secundários, com atenção à realidade educacional e patrimonial de São Félix do Xingu. Já a pesquisa oral, realizada por meio de entrevistas e relatos colhidos junto aos moradores, professores e agentes culturais, busca captar percepções, experiências e significados atribuídos ao rio e à igreja, permitindo resgatar vozes e narrativas que, muitas vezes, não encontram espaço nos registros oficiais. Tal coleta permite não só comprovar e certificar os eventos, mas também trazer para a atualidade imagens, lembranças e até mesmo sentimento silenciados pelo tempo.

Assim, esta dissertação está inserida na área de Ensino de História e busca contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas que valorizem os saberes locais, promovam o reconhecimento do patrimônio histórico e estimulem a construção de uma consciência histórica crítica e contextualizada. Ao articular *memória*, *identidade* e *patrimônio* no contexto específico

de São Félix do Xingu, propõe-se um olhar atento às potencialidades do Ensino de História como ferramenta de valorização da cultura local e de resistência ao esquecimento.

Por isso, o trabalho está composto por três capítulos. O primeiro, intitulado *Cartografias fluviais: do Velho ao Novo Mundo entre processos colonizadores e usos do Rio Xingu*, abordaremos um panorama da formação histórica e territorial do Brasil, essencial para compreendermos a ocupação da região conhecida como Alto Xingu. Analisaremos os processos que culminaram na fundação da cidade de São Félix do Xingu e o movimento de emancipação que se desenvolveu nas décadas que antecederam e sucederam a metade do século XX.

O segundo capítulo, denominado *Catolicismo d'além mar: a presença da Igreja Católica no Brasil e sua conversão em patrimônio histórico*, examina a estreita relação entre o Estado e a Igreja no país, desde o período colonial até sua influência na historiografia da fundação de São Félix do Xingu. Discutiremos como essa parceria moldou aspectos sociais, políticos e culturais, impactando diretamente na construção da identidade e memória da cidade.

Finalmente, o capítulo final, terceiro, que chamamos de *Uso de imagens no Ensino de História: memória, fé e patrimônio histórico em São Félix do Xingu*, é dedicado à elaboração do produto final desta pesquisa, iniciado com o desenvolvimento e implementação do projeto “São Félix do Xingu: uma cidade com memórias, narrativas e histórias em construção”. Detalharemos o processo de mobilização dos estudantes para a coleta de materiais que comporão o catálogo, o qual marca o encerramento provisório da pesquisa. Ressaltamos que esta é uma etapa inicial de um projeto contínuo, que visa incorporar futuras contribuições de educandos e membros da comunidade, enriquecendo a pesquisa com novas fontes, evidências e experiências.

Antes de adentrar na temática previamente apresentada, devo discorrer a trajetória percorrida por mim até chegar ao ingresso no Curso de Mestrado Profissional ofertado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Esse percurso poderá contribuir com o leitor na compreensão dos fatores me levaram a escolha do tema a ser pesquisado.

Nasci em um pequeno e pacato município do interior goiano, Santa Tereza de Goiás (GO), filha de pequenos agricultores. Aos 3 anos de idade minha família se mudou da zona rural para a urbana dessa cidade em busca de nova oportunidade de trabalho e possibilitar que os filhos tivessem acesso aos estudos. Durante toda minha vida de estudante frequentei escola pública, desde a Educação Básica ao Ensino Superior, e foi a formação escolar que me proporcionou a oportunidade de, hoje, ser professora, profissão que me enobrece, pois sei que,

assim como meus educadores me ajudaram a traçar um futuro melhor, através do conhecimento, quero poder contribuir também com a formação de outros jovens.

O caminho, no entanto, foi longo até a conclusão do Ensino Superior. A exemplo de muitas adolescentes da minha geração, casei-me aos 17 anos de idade e abandonei a escola, retornando cinco anos mais tarde com o sonho de conquistar independência financeira e vencer a barreira da discriminação machista que recebi no seio familiar. Um sentimento de superação me nutria proporcionando ânimo para enfrentar uma viagem de ônibus, de segunda a sexta-feira, Porangatu (GO), há 35 km de distância, para frequentar a faculdade sendo ainda mãe, esposa e costureira.

Isso porque, após terminar o Ensino Fundamental, fiz um curso de costura e, ao atuar na área, passei a ter contato com uma professora que me incentivou a retornar à escola. Iniciei o Ensino Médio no Curso de Magistério e, logo depois, entrei na Universidade Estadual de Goiás (UEG) para realizar o Curso de Licenciatura Plena em História, aos 26 anos de idade. Minha escolha em muito se referia à admiração que sentia pela docente de História do Ensino Médio, Nely Borges (*in memoriam*) que, além de ser uma professora de grande potencial profissional, era igualmente uma mulher empoderada, qualidade esta que me fascinava.

Durante o curso fui me apaixonando cada vez mais pela História e, à medida que as leituras e debates ia abordando questões sociais, lutas e conquistas de minorias, os estudos faziam com que eu acreditasse que seria possível mudar não só a minha realidade como também ajudar outras pessoas a reescreverem sua História através da educação.

Recém-formada e sem expectativa de emprego na minha cidade, em 2005 me mudei para Tucumã (PA) onde consegui um trabalho como professora de língua Portuguesa no Ensino Fundamental, que não era voltado para minha formação e, por esse motivo, tive dificuldades para me adaptar à cidade com uma realidade bem adversa da qual eu vivia em Goiás com uma vida simples, mas confortável. Três meses depois segui para São Félix em uma nova tentativa de realizar meu sonho de atuar como professora de História. Assim, em território xinguense eu pude conquistar tal espaço de atuar em sala de aula. Dessa forma, em 2006 iniciei minha carreira profissional em uma escola particular e, em 2007, passei a trabalhar como temporária no município. Em 2009 fiz um curso de Especialização em Gestão e Organização Escolar, iniciando, nesse mesmo ano, meu trabalho no Ensino Médio através de uma aprovação em concurso público, tendo atuado nesse segmento até 2022 sem participar de nenhuma formação de aperfeiçoamento na área de História.

Para minha surpresa, em 2023 uma colega de trabalho recém-chegada de Belém postou nas redes sociais que na cidade de Xinguara a Unifesspa estava ofertando o Curso de Mestrado por meio do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória), notícia que reascendeu meu desejo de retornar aos estudos, dezenove anos após a conclusão da Licenciatura. Inscrevi-me no processo seletivo, fui aprovada, classificada e convocada para ingressar na pós-graduação.

A partir daí, ao iniciar o mestrado, decidi que, para a escrita e a produção da dissertação, queria pesquisar sobre a cidade de São Félix do Xingu, enfatizando as mudanças sociais que foram promovendo certo apagamento da História, desvalorização cultural e falta de percepção da importância da conservação patrimonial. A escolha do tema surgiu durante uma aula de História no Segundo Ano do Ensino Médio da Escola Estadual de Ensino Médio Carmina Gomes, com exibição de um vídeo sobre os primórdios da cidade por ocasião do 62º aniversário de emancipação política do município. Foi notável que, embora muitos dos alunos tenham parentes próximos, como avós, tios e vizinhos, que desempenharam um papel significativo nos primeiros momentos e que tenham nascido em São Félix do Xingu, absorvendo elementos culturais das comunidades ribeirinhas e indígenas que já estavam estabelecidas na região antes do grande influxo de migrantes nas décadas de 1970 e 1980, esses alunos tiveram dificuldades em se referir à memória histórica da cidade. Mesmo após estudar em escolas locais, as quais muitas com nomes dos chamados “pioneiros” que muito contribuíram nesse processo de fundação e desenvolvimento da região, apresentaram um conhecimento limitado sobre a história de sua terra natal não identificando monumentos, eventos e pessoas ditas ilustres relacionados a esse contexto. Como Professora de História, essa desconexão entre passado e presente me perturbou profundamente, já que nossos educandos eram capazes de fazer referências históricas a outros municípios e até a contextos internacionais, mas não conseguiram se identificar como herdeiros e atores da História de São Félix do Xingu.

Assim, o estudo se justifica plenamente, uma vez que o Ensino de História tem um grande potencial como fonte de autoafirmação e empoderamento, especialmente para grupos historicamente marginalizados. Ao explorar e celebrar as contribuições desses sujeitos para a sociedade, podemos fortalecer a identidade e a autoestima. Isso, por sua vez, leva à valorização da rica diversidade cultural que caracteriza esta comunidade e contribui para um senso mais profundo de pertencimento e orgulho da região. A caracterização e identificação do patrimônio local, que inclui a Igreja Matriz, tem o poder de preservar edifícios, monumentos, artefatos e tradições que fazem parte da herança da cidade e pode também atrair turistas, gerar empregos

e promover o desenvolvimento econômico, bem como preencher uma lacuna no conhecimento histórico dos alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Carmina Gomes.

A falta de conexão percebida entre a ancestralidade e o desconhecimento do contexto histórico apresentado pelos discentes, acionou um sinal de alerta gerando uma preocupação em contribuir para o preenchimento dessa lacuna para que os estudantes possam se identificar como herdeiros e protagonistas dos passados de São Félix do Xingu. Trata-se de uma estratégia poderosa que pode fortalecer a identidade, sobretudo em comunidades que, por isso mesmo, podem ficar, por assim dizer, à margem do tempo.

Neste sentido, a pesquisa se propõe a resguardar e valorizar a História do município, evidenciando a relação íntima entre a construção da Igreja Matriz e os rios que cercam a cidade, tendo desempenhado um papel decisivo na chegada dos primeiros colonizadores, missionários, no desenvolvimento econômico e no estabelecimento das comunidades locais. A igreja, por sua vez, representou-se como símbolo de fé e organização social. A História contada pelas margens dos rios revela o poder da geografia na formação da cidade, bem como a importância das vias fluviais na subsistência, no transporte e no comércio.

A trajetória no ProfHistória foi composta pelas disciplinas que foram de suma importância para estruturação da pesquisa. Entre elas, mencionamos, *História do Ensino de História* (ministrada pelos Professores Doutores André Furtado e Bruno Silva), na qual e explorou o surgimento da História como disciplina acadêmica e escolar, fez-se análise de correntes historiográficas, contribuindo para a fundamentação da pesquisa em desenvolvimento, tendo produzido um artigo nela.

Teoria da História (ministrada pelo Professor Doutor Heraldo Márcio Galvão Júnior), realizou reflexões sobre o conceito de História, temporalidade e narrativa, promovendo o pensamento crítico. Participei como debatedora de textos e produzi um artigo.

História Local: usos e potencialidades pedagógicas (ministrada pelo Professor Doutor Davison Hugo Rocha Alves), destacou a importância da História Local na compreensão da sociedade, cultura e identidade, incentivando a preservação de patrimônios e tradições. Realizamos discussão de textos e elaboramos um *paper*.

Já Ensino de História e processos emancipatórios em espaços escolares e não escolares de educação (ministrada pelo Professor Doutor Daniel Brasil Justi), houve debates sobre a incorporação de saberes diversos e a formação cidadã através do Ensino de História. Por fim, realizamos a produção de artigo focado na relação entre memória, esquecimento e patrimônio.

Seminário de Pesquisa (ministrada pela Professora Doutora Anna Carolina de Abreu

Coelho), por sua vez, viabilizou o desenvolvimento do pré-projeto de pesquisa com orientações detalhadas sobre seus componentes, resultando na versão preliminar da dissertação.

Finalmente, *O uso de imagens e suas potencialidades no Ensino de História* (ministrada pelo Professor Doutor Flavio Gatti), explorou fotografias, pinturas, ilustrações, mapas e filmes que podem ser utilizados como fontes históricas e ferramentas pedagógicas. O objetivo consistiu em desenvolver a capacidade dos alunos de interpretar criticamente essas imagens, compreendendo seu contexto de produção, intencionalidade e impacto na construção de narrativas históricas. Ao analisar imagens, os estudantes são incentivados a investigar e refletir sobre o passado, promovendo uma aprendizagem ativa e significativa. A disciplina destacou a importância de considerar as imagens como documentos históricos que oferecem múltiplas interpretações, dependendo do olhar do espectador e do contexto em que são analisadas. Além disso, enfatizou que tais usos no Ensino de História podem contribuir para a construção do conhecimento e para a formação de indivíduos capazes de ler e interpretar as diferentes imagens presentes no cotidiano. Em resumo, capacitou a utilização de imagens de forma crítica e criativa, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e promovendo uma compreensão mais profunda e contextualizada dos acontecimentos históricos. Por isso mesmo se tornou a inspiração para a feitura do produto desta dissertação que mobiliza fotografias. Elas foram adquiridas ao longo dos anos de pesquisa no mestrado, em minhas conversas com autoridades religiosas e moradores mais antigos da cidade. Daí porque há uma variedade de procedências, tais como: os acervos particulares de Danilo Covre, Dom Erwin Kräutler, Manoel Romão, Maria Eneida Batista dos Santos, Rita Ribeiro, bem como os registros das igrejas católicas de Altamira e São Félix do Xingu. A diversidade de origens só permitirá um tratamento maior quando de um projeto de doutorado, de modo que, aqui, servem tanto para ilustrar o trabalho e proceder a algumas análises iniciais e construir a proposta de uma exposição futura.

Afora essas questões, participei de dezenas de eventos, incluindo jornadas, seminários, congressos e encontros regionais, atuando como ouvinte, organizadora de minicurso e apresentadora de trabalhos. Além disso, convém salientar que, em fevereiro de 2024, foi realizada uma viagem a Altamira para entrevistas e consultas a bibliotecas, visando enriquecer a pesquisa. Assim, a partir do segundo semestre de 2024, foram coletados relatos de moradores e registros nos arquivos da Igreja Católica de São Félix do Xingu. Nessa ação, grupos de alunos do 2º ano do Ensino Médio auxiliaram na busca por fotografias antigas, contribuindo para a construção do produto final da pesquisa, que será disponibilizado à comunidade escolar para apoiar práticas pedagógicas em História.

CAPÍTULO 1

CARTOGRAFIAS FLUVIAIS: Do Velho ao Novo Mundo entre processos colonizadores e usos do Rio Xingu

No século XV, a Europa passava por profundas transformações econômicas, políticas e sociais que impulsionariam a exploração ultramarina. A transição do feudalismo para o dito mercantilismo trouxe uma nova dinâmica econômica, caracterizada pela acumulação de riquezas, expansão dos mercados e incentivo ao comércio. Esse contexto de mudanças estruturais e a busca por novas rotas comerciais mais diretas para as regiões produtoras de especiarias, como Índia e China, motivaram os reinos europeus a financiarem grandes expedições marítimas em busca de alternativas às rotas tradicionais controladas pelo Império Otomano e outras potências. As explorações marítimas, lideradas por reinos como Portugal e Espanha, abriram novas oportunidades comerciais e foram fundamentais para o início da globalização. Essas expedições foram impulsionadas também pelos avanços tecnológicos da época, como o desenvolvimento de novos tipos de embarcações (caravelas e naus), instrumentos de navegação (bússola, astrolábio) e mapas cada vez mais precisos. Assim, nações como Portugal, Espanha, França e Holanda estavam preparadas para explorar e conquistar terras no chamado Novo Mundo.¹

Portugal e Espanha se destacaram na *Era das Grandes Navegações*, beneficiando-se de uma vantagem tecnológica e de um conhecimento marítimo acumulado ao longo de séculos. Em 1494, a assinatura do Tratado de Tordesilhas formalizou um acordo entre as duas potências ibéricas, dividindo as terras recém-descobertas ou a serem descobertas fora da Europa. Portugal ficou com as terras situadas a leste do meridiano e a Espanha ficou com as terras a oeste. Esse tratado abriria caminho para a colonização do território que, mais tarde, seria o Brasil.

Embora o termo *descoberta* seja comumente usado, é fundamental reconhecer que as Américas já eram habitadas por uma grande diversidade de povos indígenas, com culturas e organizações complexas. O contato entre europeus e autóctones não foi uma simples descoberta, mas um encontro de culturas que traria consequências profundas para ambos os lados. Enquanto os europeus trouxeram novas tecnologias e valores culturais, os povos

¹ Cf. BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

indígenas sofreram com a perda de terras, a imposição de sistemas de trabalho forçado e o impacto devastador de doenças trazidas pelos colonizadores.

Quando os ditos conquistadores europeus chegaram à região amazônica, encontraram um ecossistema vasto e diversificado, composto por dois ambientes naturais principais: a terra firme e as várzeas. As várzeas amazônicas foram cruciais para a organização social e a concentração demográfica das populações indígenas, que habitavam as margens dos rios. Em contraste, as áreas de terra firme eram caracterizadas por uma ocupação mais esparsa, com aldeias menores e distantes, devido às dificuldades impostas pela densidade da floresta e pela ausência de solos tão férteis quanto os das áreas de várzea.

A geografia da Amazônia, dominada por grandes rios como o Amazonas e seus inúmeros afluentes, desempenhou um papel central no processo de conquista e colonização europeia. Estes rios não só facilitavam o acesso à floresta, mas também funcionavam como as principais *estradas* que permitiam o avanço dos exploradores pelo território. Assim, as margens dos rios se tornaram pontos estratégicos de contato com as populações indígenas e de estabelecimento das primeiras missões e fortificações coloniais. Esse controle das margens fluviais foi essencial para consolidar o projeto de colonização europeia, uma vez que facilitava o acesso a recursos, a comunicação com as populações locais e o escoamento de bens e riquezas.

Imagem 1 - Detalhe do “rio de Marañom” no mapa da América anônimo (c.1532)



Disponível em: <<https://journals.openedition.org/terrabrasilis/7443?lang=en>>. Acesso em: 5 maio. 2024

No final do século XV, os espanhóis foram os primeiros europeus que se tem notícia a registrar as terras amazônicas, com a expedição de Vicente Yáñez Pinzón que chamou o grande rio Amazônico de *Santa Maria de La Mar Dulce*, devido à característica água doce em sua foz. Sua expedição, no entanto, não resultou em um contato prolongado com o território amazônico, pois enfrentou dificuldades de fenômenos naturais como a pororoca. Ainda no fim deste mesmo século, o navegador Diego de Lepe também explorou a costa norte do Brasil e tentou adentrar o rio Amazonas anteriormente denominado de rio Marañon. Contudo, sua tentativa foi frustrada devido à forte defesa indígena, marcada pela habilidade dos guerreiros locais em repelir os invasores com flechas e outras táticas de combate, o que lhe custou parte da tripulação.²

Essas primeiras incursões na Amazônia revelaram as dificuldades impostas pelo ambiente hostil e pela resistência indígena, que seriam fatores determinantes para moldar as estratégias coloniais nas décadas seguintes.

Sob o comando do navegador Vicente Pison, os exploradores espanhóis chegaram ao delta do Amazonas, principiaram a navegar pelo mesmo rio, somente recuando face o fenômeno da pororoca, que colocando em graves risco as caravelas, fez com que Pison e seus camaradas fossem obrigados a voltar ao mar, tomando o rumo do litoral amapaense, no qual exploraram o Oiapoque, após o que retornara à Espanha.³

Segundo relatos de Cristóbal de Acuña,⁴ as primeiras expedições europeias que percorreram toda a extensão do Rio Amazonas datam do século XVI. Em 1539, uma expedição liderada pelo explorador espanhol Gonçalo Pizarro, Francisco de Orellana partiu de Quito, no atual Equador, e seguiu o curso do rio desde suas nascentes até o Oceano Atlântico, consolidando a presença europeia na vasta e misteriosa bacia amazônica. Ao contrário das incursões anteriores que exploravam o delta, como a de Vicente Pinzón, Orellana explorou o rio em sentido contrário, navegando do interior em direção ao oceano.

Inspirados pela lendária busca por El Dourado, os europeus desbravaram as águas caudalosas do Amazonas, ignorando os perigos e encantos que se escondiam na imensidão da floresta. Conforme Orellana e sua equipe avançavam rio abaixo, eles se depararam com uma paisagem de exuberante biodiversidade. A densa floresta tropical parecia estender-se

² Cf. FERREIRA, da Silva Arcângelo; MACIEL, Elisângela (orgs.). *História, cultura, trabalho e instituições na Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2021.

³ FILHO, Alves Armando; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maria. *Pontos de História da Amazônia* (vol. I). Belém: Paka-Tatu, 2001, p. 12.

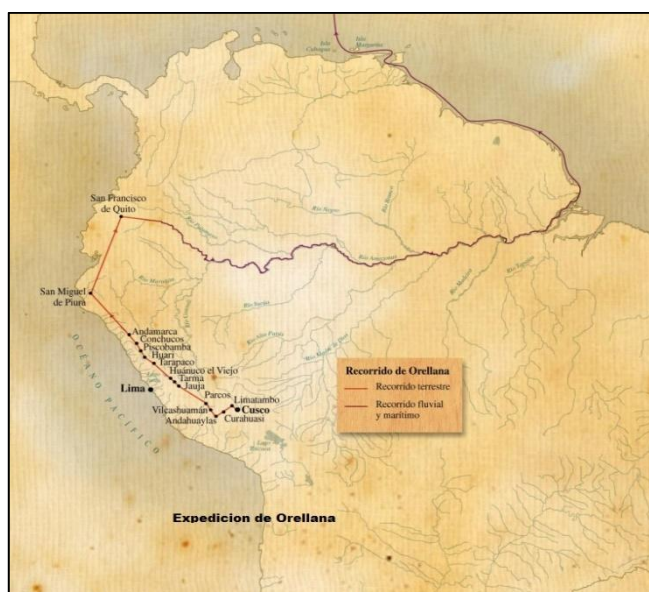
⁴ Cf. ACUÑA, Christobal de. *Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas*. Madrid: Imprenta el Reyno, 1641.

infinitamente, impondo um desafio intransponível com suas árvores colossais e um manto verde que ocultava segredos e armadilhas naturais.

Durante essa árdua jornada, a expedição enfrentou dificuldades extremas: longas extensões de água doce sem fim à vista, tribos indígenas hostis, dificuldades relacionadas aos fenômenos naturais e escassez de provisões. Ao mesmo tempo, os exploradores foram os primeiros europeus a testemunhar a vastidão da maior bacia fluvial do mundo, uma região que continuaria a despertar a curiosidade e o fascínio de gerações futuras. A viagem levou meses, e o rio, inicialmente chamado de Rio de Orellana, tornou-se conhecido como o Rio Amazonas.

Ao longo da jornada, a expedição deparou-se com tribos indígenas que habitavam suas margens. Esses encontros, muitas vezes, resultaram em conflitos, sendo que alguns membros da expedição perderam a vida para doenças, confronto com povos indígenas e as duras condições da selva, a jornada era árdua, com rios sinuosos, insetos venenosos e um calor sufocante desafiando os colonizadores. A selva exuberante, cheia de vida e mistérios, tornava-se um terreno hostil para aqueles que ousavam desbravá-la. No entanto, movidos pelo desejo de glória, continuaram a avançar desvelando as chamadas terras incógnitas, porém, essa ação proporcionou aos europeus uma visão única da rica diversidade cultural e humana da Amazônia em 1541. A expedição chegou ao Oceano Atlântico em 1542, marcando um feito notável.⁵

Imagem 2 - A descoberta do Rio Amazonas, 1541



⁵ Cf. ROSÁRIO, Jocenilda Pires de Sousa do; ROSÁRIO, Samuel Antônio Silva do. A cronística de Gaspar de Carvajal e a colonização da Amazônia. Nova Revista Amazônica, Belém, número especial, p. 93-107, dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6469/5198>>. Acesso em: 14 nov. 2024.

Disponível em: <FRANCISCO DE ORELLANA DESCUBRE Y NAVEGA EL AMAZONAS – La Vieja España (xn--laviejaespaa-khb.es)>. Acesso em: 5 maio. 2024

A epopeia de significar a Amazônia costuma ter seu início situado na famosa viagem de Francisco Orellana entre 1541 e 1542 que partiu de Quito, atravessou o Rio Amazonas e o tornou conhecido dos letrados europeus. Integrante da expedição, Frei Gaspar de Carvajal produziu a “relación que escribió fr. Gaspar de Carvajal [...]”. A relación tem, antes de um objetivo descritivo, como se consolidará nos registros históricos e etnográficos do iluminismo, a intenção de mostrar os serviços dos súditos à Sua Majestade e gravar a conquista espanhola do novo rio, cuidando antes projetar um determinado ideal na terra desconhecida do que fornece sobre ela elementos geográficos nítidos. Ela revela, tanto quanto a dificuldade de nomear e criar inteligibilidade para um lugar tão distante da mentalidade espanhola.⁶

Após a viagem de Orellana, em 1545, sem sucesso na segunda expedição, Pedro de Ursua, representante do governo espanhol do Vice-reinado do Peru, organiza a última expedição espanhola ao Rio Amazonas, visto que sua ligação com o Atlântico era de suma importância devido às proximidades das minas de prata de Potosí. O comandante Ursua, morto pelos próprios companheiros de expedição, faz com que a tarefa fosse concluída pelo aventureiro Lobo de Aguirre, chegando ao Delta do Amazonas em 1561.

Imagem 3 - Expedição de Pedro Ursua Lope de Aguerrire, 1560-61



Disponível em: <<https://sge.org/exploraciones-y-expediciones/galeria-de-exploradores/el-descubrimiento-de-america/el-amazonas/pedro-ursua-lope-aguirre/>>. Acesso em: 5 maio. 2024.

Seguindo a mesma dinâmica, os portugueses deram início, no século XVI, à colonização lusa na América. Nas primeiras expedições enviadas pelo governo português à nova terra,

⁶ ACUÑA, Christobal de. *Nuevo descubrimiento del gran Río de las Amazonas*. Madrid: Imprenta el Reyno, 1641, p. 8-9.

identificaram grande quantidade de pau-brasil no litoral. Mas não descobriram as tão desejadas jazidas de ouro. A exploração da madeira gerava um lucro inferior ao então vantajoso comércio de produtos africanos e asiáticos. Por esse motivo, a atividade econômica das Terras de Vera Cruz foi relegada a segundo plano durante cerca de 30 anos.

Praticamente a única preocupação era a vigilância para assegurar a posse das terras e protegê-las de invasões, em especial da parte de holandeses, franceses e ingleses. Podemos apontar algumas dessas expedições: a de Gaspar de Lemos, em 1501; Gonçalves Coelho, em 1503; e Cristóvão Jacques, 1516-1520. Deixemos claro que, mesmo diante do Tratado de Tordesilhas entre Portugal e Espanha, que previa a posse da terra aos dois reinos e ações expedicionárias para defesa do litoral, outras nações europeias estabeleceram alianças comerciais com os nativos. Assim,

todo o norte do Brasil, isto é, a Amazônia inteira, pertencia à Espanha, razão pela qual os portugueses jamais procuraram a penetrá-la ou povoá-la, como vinham fazendo em todo o litoral, mesmo sabendo das incursões holandesas, que continuavam construindo feitorias em lugares fortificados em diversos pontos da Foz do Amazonas e até em alguns afluentes que apresentavam trechos navegáveis, como o fez Jan de Moor, burgomestre de Wieeringen, construindo as de Orange (próximo ao que viria depois a ser Maturu e Atualmente Porto de Moz) e Nassau (Gomoaru) por volta de 1615. Os espanhóis, por sua vez, estavam interessados no ouro do Peru do que no desbravamento de uma floresta virgem.⁷

A região amazônica, com sua densa floresta e rios caudalosos, apresentava desafios consideráveis à época, como já dissemos aqui, tornando-a menos atrativa para os colonizadores. Além disso, a busca por ouro e outros minerais preciosos que, inicialmente, motivou ações em outras áreas, não era tão evidente na região. A partir de 1530, porém, o comércio com o Oriente entra em declínio e as terras recém-descobertas pelos europeus começa a ser vista por eles como uma alternativa na busca de novas relações comerciais. As Capitanias Hereditárias se constituíram enquanto uma forma de administração territorial utilizada no Brasil durante o período colonial, estabelecidas no início do século XVI, mais precisamente em 1534, pelo rei de Portugal, Dom João III, como tentativa de organizar e controlar as vastas terras brasileiras que já contava com investidas de outros reinos europeus que também se interessavam nas ditas terras. Holandeses e franceses realizavam incursões em direção à região da América do Sul em especial na Amazônia, navegadores ingleses como Sir Robert Dudley e Walter Raleigh entre

⁷ UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boguea. *História e iconografia do Vale do Xingu*. 2.ed. Juiz de Fora: Editora Garcia, 2023, p. 61.

1594 e 1595 relatava a Amazônia como um verdadeiro paraíso. Em 1598 holandeses fizeram expedições de reconhecimento no rio Amazonas e estabeleceram pequenas feitorias.⁸

A opção por este modelo foi decidida levando em conta ao menos os seguintes fatores: dificuldades logísticas, pois o Brasil era um território vasto e pouco explorado à época; administração centralizada, a partir de Portugal, era complicada devido às limitações de comunicação e transporte; estímulo à colonização, pois se acreditava que, com a concessão de terras a particulares, estes poderiam se motivar a investir na exploração do território, buscando recursos naturais e desenvolvendo atividades econômicas; divisão de responsabilidades, uma vez que cada donatário tinha a tarefa de cuidar de sua capitania, promovendo o desenvolvimento dela e mantendo sua ordem; por fim, Portugal enfrentava limitações financeiras para arcar com todas as despesas e administrar, diretamente, o território do Brasil.

Ao conceder terras a nobres e fidalgos lusitanos, a Coroa buscava fortalecer o apoio dessas elites à sua administração. Os donatários tornavam-se agentes importantes na promoção dos interesses do rei na colônia, promovendo a ordem e o controle em áreas distantes, evitando conflitos e assegurando a presença portuguesa em todo o território. Embora o sistema não tenha alcançado pleno sucesso, ele desempenhou um papel importante, contribuindo para o desenvolvimento e a configuração inicial da sociedade brasileira, marcando, até hoje, os problemas fundiários que vivenciamos no país.⁹

Isso levou à centralização do poder pela Coroa portuguesa, instituindo o Governo Geral, em 1548, por meio da Carta Régia de Dom João III, com o objetivo de administrar o território do Brasil. Afinal, “O fracasso das capitanias na defesa do país colocava em risco os negócios da Coroa, calcados no promissor comércio do açúcar. A autonomia das capitanias às impediam de criar um todo organizado para proteger a costa e as riquezas do país”.¹⁰ Assim, as antigas capitanias foram reunidas em uma única entidade administrativa para facilitar o controle e a coordenação das atividades coloniais.

Durante o período do Governo Geral, com a chegada do primeiro Governador-Geral, Tomé de Souza, em 1549, até a sua extinção, em 1572, a Amazônia não era a principal área de foco das autoridades coloniais, até porque ainda era domínio espanhol. No entanto, Portugal e Espanha, entrelaçados pela União Ibérica (1580-1640), levou as tropas portuguesas a serviço

⁸ Cf. FILHO, Alves Armando; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maria. *Pontos de História da Amazônia* (vol. I). Belém: Paka-Tatu, 2001.

⁹ Cf. FOGUEL, Israel. *Brasil Colônia e Império: grandes personagens de nossa História*. São Paulo: Yolbook, 2022.

¹⁰ CARRA, Evelyn. *As Sesmarias: do Reino à Colônia*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Coimbra – UC, Coimbra, 2020, p. 56.

da coroa espanhola ainda na primeira metade do século XVII a fazerem as primeiras expedições militares de defesa do território.¹¹

Apesar de as atenções estarem voltadas principalmente para as regiões mais exploradas e desenvolvidas, como o Nordeste e o litoral, os portugueses reconheceram a necessidade de expandir sua presença no interior do território colonial. Nesse contexto, o Vale do Amazonas, especialmente sua porção oriental, tornou-se estratégico para os interesses da Coroa portuguesa. Essa região era alvo de disputas internacionais, pois holandeses e ingleses haviam estabelecido expedições comerciais e construído fortificações, ameaçando a soberania portuguesa.

Diante desse cenário, os portugueses desenvolveram políticas e estratégias específicas para consolidar seu domínio na área. Isso incluiu a fundação de vilas e fortes, que serviam como postos de vigilância e proteção contra incursões estrangeiras, além de facilitar a circulação de mercadorias e pessoas. As iniciativas de ocupação, como o estímulo à migração de colonos e o incentivo à exploração de recursos naturais, reforçaram o controle português sobre a região. Assim, o avanço na colonização não apenas garantiu a presença portuguesa na região, mas também desempenhou um papel crucial na consolidação do vasto território colonial que hoje compõe o Brasil. Daí porque “Pedro Teixeira e uma força de 50 homens realizaram a defesa das terras ao destruir, em 1625, a povoação holandesa de Mandiutuba, no Xingu. Colonos holandeses e irlandeses, das proximidades da povoação, que sobreviveram à luta foram expulsos”.¹²

A Amazônia vai se tornar, desse modo, uma área de destaque somente em períodos posteriores, como nos ciclos econômicos da borracha e da extração de minerais. No mapa abaixo percebe-se que a região Amazônicas permanece até então sem uma colonização efetiva.

¹¹ Cf. FILHO, Alves Armando; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maria. *Pontos de História da Amazônia* (vol. I). Belém: Paka-Tatu, 2001.

¹² CASTRO, Adller Homero Fonseca de. O fecho do Império: história das fortificações do Cabo do Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira* (séculos XVIII e XIX). Belém: Ed.UFPA, 1999, p. 139.

Imagem 4 - Curso percorrido pelas bandeiras expedicionárias



Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/keroleri/brasil-colnia-unio-ibrica-at-bandeiras>>. Acesso em: 5 maio. 2024

1.1. A capitania

Os esforços da coroa portuguesa para melhor organizar e administrar suas possessões coloniais prosperaram até que, na segunda metade do século XVIII, durante o reinado de Dom José I (1750-1777), levou a administração a reorganizar a divisão territorial unificando capitanias em grandes regiões e instituindo as câmaras municipais nas vilas e cidades, dividindo o poder entre representantes municipais, subordinados ao Governo Geral. Uma figura importante nesse cenário foi Sebastião José de Carvalho e Melo, que se tornou o Marquês de Pombal, o qual ocupou cargos importantes no reino. Dentre as ações implementadas na sua administração podemos ressaltar as medidas protetivas do comércio português, como as Companhias de comércio do Grão-Pará, as mudanças na estrutura de fiscalização, tanto da Justiça como da Fazenda, entre outras.

A capitania do Pará era uma definição jurídica-administrativa encontrada no Estado do Grão-Pará e Maranhão, junto às demais capitanias (Maranhão, Piauí e São José do Rio Negro) formavam esse domínio português [...]. Na década de 1750 ocorreu uma reorganização administrativa do Estado, este era desde 1657 o Estado do Maranhão e Grão-Pará com a capital na cidade de São Luís. Durante a União Ibérica, a coroa havia decidido separar o Estado do Brasil em duas administrações, em 1621 a 1624, o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão, para facilitar a administração da região norte da América Portuguesa, pois os eventos e monções tornavam mais fácil e rápida a comunicação direta com o centro de Portugal, do que com o Governo Geral na Bahia. No ano de 1771, houve uma nova separação, ficando Estado do Maranhão e Piauí e Estado do Grão-Pará e Rio Negro, este permaneceu nesta condição administrativa para com Portugal até a Adesão à Independência em 1823.¹³

¹³ FERREIRA, Arcângelo da Silva; MACIEL, Elisângela (orgs.). *História, cultura, trabalho e instituições na Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2021, p. 313.

No ano seguinte, a Capitania do Grão-Pará e Rio Negro foi desmembrada da Capitania do Maranhão, pondo fim ao velho Estado do Grão-Pará e Maranhão. Assim, o recém-criado Estado do Pará tornando-se autônomo para conectar o sertão amazônico com os órgãos metropolitanos.¹⁴ A penetração dos portugueses ao Norte do território novo-mundista resultou, antes do século XIX, na expulsão dos franceses, por Alexandre de Moura e Jerônimo de Albuquerque, e dos holandeses que haviam se estabelecido na embocadura do Rio Amazonas, bem como no afluente deste, o Rio Xingu, no qual construíram as instalações do Forte de Oranges, próximo do atual Porto de Moz, o Forte de Nassau na Foz do Rio Acaraí, acima de Maturu, mais tarde chamada de Veiros, por Pedro Teixeira e Bento Parente Maciel.¹⁵

Portanto, ainda no período dito colonial, os relatos históricos que abordam as invasões no território de domínio lusitano nos permitem afirmar que os batavos não avançaram além da “Grande Volta” do Rio Xingu, ficando registrado apenas incursões próximas deste importante rio. Ao longo do tempo suas águas foram citadas por navegadores, exploradores e missionários com outros prenomes como podemos observar nos mapas apresentados abaixo. O primeiro registro de carta geográfica do Rio Xingu aparece no ano de 1562 junto ao *Americae Tertia Pars* com o nome de Rio Aoripana e cuja representação e denominação prosseguem. Observem:

¹⁴ Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II, “O Brasil Monárquico”, v. 4, Dispersão e Unidade). São Paulo: Difel, 1972.

¹⁵ Cf. UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Bogeia. *História e iconografia do Vale do Xingu*. 2.ed. Juiz de Fora: Editora Garcia, 2023.

Imagem 5 - Mapa de América Central y del Sur



Disponível em: <<https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Theodore-de-Bry/96120/Mapa-da-Am%C3%A9rica-Central-e-do-Sul,-de-&39;Americae-Tertia-Pars-.-&39;,-1562.html>>.
Acesso em: 10 mar. 2024

Imagem 6 - Aoripana ampliado



Disponível em: <<https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/Theodore-de-Bry/96120/Mapa-da-Am%C3%A9rica-Central-e-do-Sul,-de-&39;Americae-Tertia-Pars-.-&39;,-1562.html>>.

Acesso em: 10 mar. 2024

Imagem 7 - Mapa de Gerardus Mercator, 1633



Disponível em: <<https://www.alamy.com/17th-century-map-of-south-america-america-meridionalis-image504916362.html>>. Acesso em: 10 mar. 2024

Imagem 8 - Mapa de Gerardus Mercator ampliado



Disponível em: <<https://www.alamy.com/17th-century-map-of-south-america-america-meridionalis-image504916362.html>>. Acesso em: 10 mar. 2024

Imagem 10 - Rio Paranayba ampliado



Disponível em: <https://alteagallery.com/view_product.php?prod_id=PROD100006933>. Acesso em: 2 mar. 2024

Imagem 11 - Paranaíba no mapa intitulado La Partie Meridionale De L'Amerique, 1705



Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84908239>>. Acesso em: 2 mar. 2024

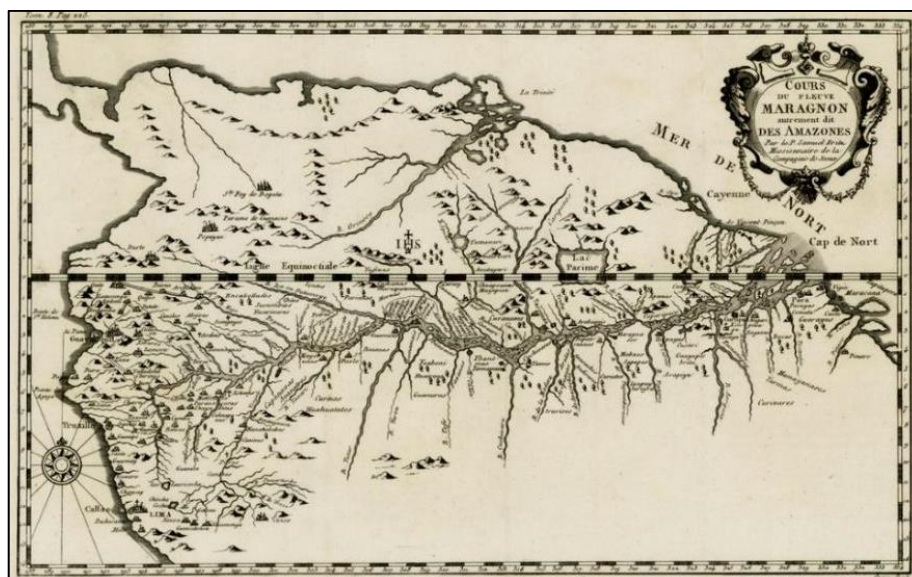
Imagem 12 - Mapa La Partie Meridionale ampliado



Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b84908239>>. Acesso em: 2 mar. 2024

Em carta francesa de 1707 o rio foi chamado de Aoripana e seria ligeiramente maior que o Tapajós.

Imagem 13 - Les missions des jésuites le long de L'Amazone et sur la côte du Pacifique



Disponível em: <<https://www.visites-p.net/cartes-geographiques-anciennes/amazone-bresil.html>>. Acesso em: 10 mar. 2024

Imagem 16 - Rio Xingu ampliado

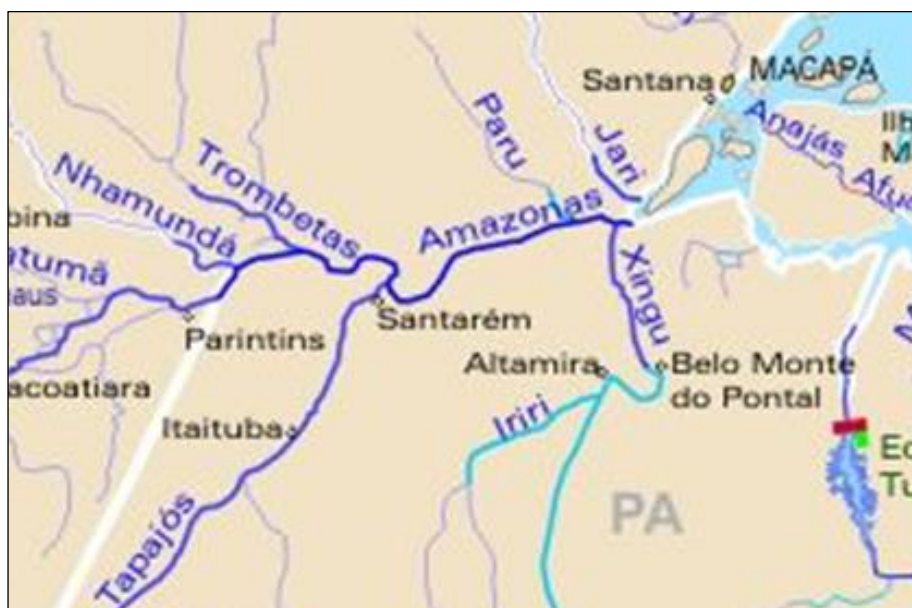


Disponível em: <<https://www.abebooks.com/maps/Amerique-Meridionale-servir-Histoire-Generale-Voyages/30666296060/bd>>. Acesso em: 15 mar. 2024

Observando os mapas apresentados, percebemos que alguns dos nomes usados anteriormente para se referir ao Rio Xingu, sobretudo Paranayba e Aoripana, podem ter sofrido alterações relacionadas ao idioma dos cartógrafos ou navegadores responsáveis pela elaboração das cartas geográficas. Karl von den Steinen destaca que o rio Paranatinga, cuja nascente está muito próxima da do Xingu, cresce rapidamente devido a seus numerosos afluentes e seguindo seu curso em direção ao Amazonas. Esse fato pode ter levado, por muito tempo, à confusão de que o Paranatinga fosse, na verdade, o próprio rio Xingu.¹⁸

¹⁸ STEINEN, Karl von den. *Entre os aborígenes do Brasil Central*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940, p 33-35.

Imagem 19 - Mapa da Bacia do Rio Amazonas, porção ampliada



Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Bcamazonica.jpg>>. Acesso em: 15 jan. 2025

“Os jesuítas que atuavam na região já chamavam o rio de Xingu, embora também mencionasse a denominação dada pelos nativos, Paranyba”.²⁰ Já os índios Kayapós / Mebêngôkre o chamam de Bytire, que é algo imenso, majestoso, mas cheio de mistérios e tabus. No entanto, outras narrativas sobre a origem do nome merecem ser destacadas. Uma delas sugere que o nome teria sido proposto por aventureiros japoneses que integravam uma expedição de geólogos, cujo objetivo era investigar possíveis reservas minerais na região. Encantados com a beleza majestosa fluvial do rio e desaprovando o nome Tuia (Rio da Solidão) usado pelos nativos, sugeriu o termo Xingu (Casa de Deus).²¹

Além disso, é interessante notar a conexão entre a citação feita por Luiz Ferreira Santana com o registro realizado pelo Padre Erich (Eurico) Kräuther no livro *Menschen am Xingu*, uma coletânea de histórias da região contadas em primeira pessoa, onde o autor, amparado no relato de Basílio Lima, um maranhense que acompanhava os geólogos em visita ao rio Xingu e Fresco a serviço da empresa Nantaku, em 1931, afirma que os viajantes disseram que, no idioma japonês tinha uma palavra que se assemelhava ao termo Xingu, a qual significava local dos

²⁰ UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boga. *História e iconografia do Vale do Xingu*. 2.ed. Juiz de Fora: Editora Garcia, 2023, p. 55.

²¹ Cf. SANTANA, Luiz Ferreira. *São Félix do Xingu e sua História, 1889-1997*. São Félix do Xingu: Prefeitura Municipal, 2007.

deuses ou terra dos deuses.²² Essa análise indica que o nome tem origem indígena, relacionado ao nome de uma aldeia. Os jesuítas passaram a utilizá-lo ao se referirem a essa população que habitava as margens do rio e, com o tempo, o termo acabou por designar o próprio curso d'água. Na condição de um dos rios mais importantes da região amazônica, ele é dividido em três partes distintas, quais sejam: o Alto Xingu, o Médio Xingu e o Baixo Xingu. O primeiro corresponde à nascente, situada no Cerrado do Estado do Mato Grosso. O rio começa sua jornada fluindo em direção ao Norte, dentro do Parque Indígena do Xingu. Durante esse trecho, ele recebe afluentes como os rios Ferro, Culuene, Rio Fresco o Sete de Setembro. Nessa região podemos também destacar a localização da cidade de São Félix do Xingu (PA), município de grande relevância para a cena histórica abordada nessa pesquisa. O segundo trecho se refere à parte central do rio, marcada por eventos históricos como a colonização ou, mais recentemente, a abertura da Transamazônica e os conflitos por terra. Por fim, o chamado Baixo Xingu diz respeito à porção inferior do afluente que se estende até desaguar no Rio Amazonas, seguindo seu curso até o oceano Atlântico. Essa área é caracterizada por sua biodiversidade e extensão, abrangendo 531.250 km². É, portanto, uma região de grande relevância ambiental e social.²³

O rio Xingu que corre na direção do sul ao norte ao lado do rio Madeira, Tapajós e Tocantins um dos maiores que recebe o rio Amazonas da parte sul. Como peculiaridades do rio estão as cachoeiras, as formações de pedra, e muito mais destacadas as “escassezes d'água na estiagem”²⁴ e as formidáveis enchentes. As descrições apresentam as dificuldades enfrentadas pelos desbravadores europeus no curso do rio Xingu.

Na descrição geográfica e histórica do rio Xingu apresentada por Rosa Acevedo Marin,²⁵ as narrativas destacam peculiaridades marcantes de suas margens. A oriental é caracterizada por vegetação rasteira, enquanto a ocidental exhibe paisagens mais diversificadas, com terrenos colinosos e serras. Entre os elementos geográficos ressaltados, encontra-se a cachoeira do rio Tucuruí, que se sobressai como um marco natural de grande importância. Além dos aspectos geográficos, o rio Xingu é descrito como uma região rica em recursos naturais, notadamente as chamadas *drogas do sertão*, como o cravo, o fumo, o cacau etc., produtos

²² KRÄUTLER, Erich. *Menschen am Xingu: eine dokumentarische Autobiographie*. Böhlau Verlag Wien, 1997, p. 47.

²³ Cf. UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boguea. *História e iconografia do Vale do Xingu*. 2.ed. Juiz de Fora: Editora Garcia, 2023.

²⁴ COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu* (Coleção “Reconquista do Brasil”, v. 49) [1896]. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1977, p. 27.

²⁵ MARIN, Rosa Acevedo. Visão histórica da região do rio Xingu: economia e diversidade étnica. *Cadernos NAEA*, Belém, p. 3-22, dez. 2010, p. 7.

valiosos que eram amplamente comercializados durante o período colonial. A abundância de pesca e caça na região é outro ponto destacado, indicando sua relevância tanto para a subsistência das populações locais quanto para a economia da época. Essas características fazem do rio Xingu não apenas um espaço de riqueza natural, mas também um território estratégico para a exploração econômica e a ocupação humana, desempenhando papel significativo na história e na geografia do Brasil. A descrição de Acevedo Marin vai além de uma mera narrativa geográfica, ao incorporar os aspectos econômicos, sociais e culturais que moldaram a relação entre os habitantes e o ambiente do rio Xingu ao longo do tempo. Isso reflete a complexidade e a riqueza dessa região amazônica, que se destaca como um importante ponto de interação entre a natureza e as atividades humanas. Marin também apresenta uma tabela que destaca as povoações localizadas na margem direita do rio Xingu. Ela evidencia as mudanças nos nomes e na hierarquia dessas localidades, realizadas conforme as instruções de Francisco Xavier de Mendonça Furtado.²⁶

A análise dos dados fornecidos permite identificar a relevância dos rios como elementos estruturantes das atividades econômicas e sociais dessas comunidades estabelecidas às suas margens. Os rios não apenas funcionavam como vias de transporte e comércio, mas também desempenhavam um papel central na organização territorial e nas dinâmicas culturais, refletindo sua importância na consolidação e no desenvolvimento dessas povoações.

Quadro 1 - Origem e anotações históricas

Nome da povoação	Precedentes temporais
Gurupá	Vila criada em 1639. Os que são lavradores plantam maniva, arroz, milho, café, algodão e tabaco. Vendem salsa (Almeirim e Arraiolo), cravo, café, cacau, pirarucu, castanha doce. Continente da vila boas terras para plantação do cacau, algodão, arroz, feijão. Nas ilhas de Gurupá: mandioca, café, cacau e tabaco.
Pombal	Vila criada em 1758 – assentada na margem direita do rio Xingu. Foi aldeia dos Pirauti, missionada pelos Jesuítas. Plantam mandioca.
Porto de Moz	Ereta em 1758, situada na orla direita do rio Xingu. Primeira povoação foi a aldeia de Maturu, dos missionários da Província da Piedade.

²⁶ MARIN, Rosa Acevedo. Visão histórica da região do rio Xingu: economia e diversidade étnica. *Cadernos NAEA*, Belém, p. 3-22, dez. 2010, p. 13-14.

Souzel	Vila criada em 1758 – Antiga aldeia de São Ignacio do Aricari, missionada pelos Jesuítas (a primeira informação é de 1723). Produção mandioca, aguardente de beiju.
Vilarinho do Monte	Fundado em 1758 subordinado à vila de Gurupá. Foi antiga aldeia Caiiana administrada pelos Capuchos da Piedade.
Veiros	Antiga aldeia de Itacuruça. Plantam milho, mandioca, café.
Carrazedo	Pertencente à jurisdição da vila de Gurupá. Antiga aldeia de Arapijó.
Boa Vista	Dependente da vila de Gurupá, situado abaixo do igarapé Macupá. Terreno próprio para cacau, arroz, feijão, cana e algodão. Gêneros silvestres: cacau e breu; azeite de andiroba, redes de toda qualidade e aguardente de beiju.
Tapera	?????

Há que se considerar o papel do rio Xingu, tal como já se destacou o protagonismo do rio Tocantins na vida dos ribeirinhos. Suas águas exercem uma profunda influência sobre os modos de vida dos habitantes, moldando a alimentação, o trabalho e as relações sociais. O rio não apenas delimita fronteiras, mas também atua como um elo que conecta dimensões econômicas, sociais e culturais, promovendo interações complexas e transformadoras. Ele “configura o território da cidade não está à beira do rio como comumente nosso olhar rápido nos faz acreditar, ela está no rio, [que] incorpora-o em seu espaço”.²⁷

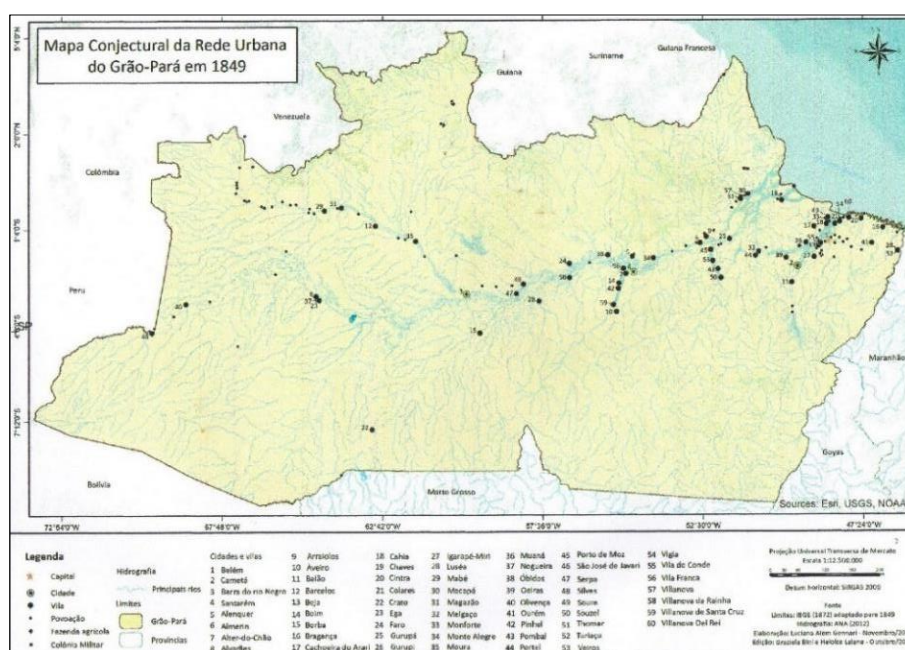
Essa perspectiva se alinha tanto com a realidade histórica do rio Xingu quanto ao pensamento de Fernand Braudel que, em sua tese sobre o Mediterrâneo, analisa o papel crucial desempenhado por rios e mares na história das civilizações. Para Braudel, as águas, além de moldarem o meio ambiente e a vida cotidiana, são forças motoras das dinâmicas econômicas e culturais, influenciando desde os fluxos comerciais até as migrações e o uso do território. Nesse sentido, os rios, assim como os mares, desempenham um papel estruturante, conectando territórios e populações e influenciando diretamente as formas de interação entre os seres humanos e a natureza. Ao trazer essas perspectivas, o texto e o pensamento de Braudel ampliam nossa compreensão sobre a relevância das águas como agentes históricos e geográficos,

²⁷ Cf. PLAS, Philippe; PONTE, Vanderlúcia da Silva; MUNIZ, Érico Silva Alves. O rio, ator do território amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 26, n. 1, p. 43-66, jan./abr. 2023.

destacando como elas atuam tanto como barreiras quanto como vias de integração, moldando profundamente o desenvolvimento das sociedades e dos territórios que atravessam.²⁸

Ao analisar as características do mapa conjectural da rede urbana do Grão-Pará, em 1849, destaca-se o papel crucial dos rios no processo de urbanização das cidades amazônicas. Em particular, ao longo do rio Xingu, os povos surgem invariavelmente às margens dos cursos d'água, que servem como importantes vias de transporte e acesso, permitindo a penetração na floresta. Essa dinâmica evidencia a centralidade dos rios como elementos estruturantes do território, conectando comunidades e viabilizando o desenvolvimento social e ecológico.

Imagem 20 - Relação entre os primeiros núcleos urbanos e o curso dos rios na Amazônia



Fonte: PLAS, Philippe; PONTE, Vanderlúcia da Silva; MUNIZ, Érico Silva Alves. O rio, ator do território amazônico. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 26, n. 1, p. 43-66, jan./abr. 2023

Afora a fundação de Belém, em 1616, na região da Baía do Marajó, bem como a formação de uma rede urbana na província do Grão-Pará, ao longo da primeira metade do século XIX, como estratégias de ocupação voltadas à proteção contra as investidas francesas, holandesas e inglesas, há que se considerar as fortificações erguidas às margens dos rios, pois elas deram origem aos primeiros centros urbanos, cuja estruturação desarticulou a rede

²⁸ Cf. BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo na época de Felipe II*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

estabelecida pelos invasores e assegurou o domínio territorial aos portugueses.²⁹ A formação da rede urbana no Grão-Pará, com destaque para as aglomerações *fluviais*, atravessou tanto o período colonial quanto o imperial, mantendo-se com poucas modificações ao longo do tempo. Contudo, neste contexto, nosso intuito consiste em demonstrar a relação entre o rio Xingu e a fundação da cidade de São Félix do Xingu entre fins do século XIX e início do XX. A expedição de Steinen pode demonstrar que, acima da chamada *Volta Grande* do Xingu, o leito do rio era de difícil acesso devido às cachoeiras e a escassez de água no período de estiagem, por muito tempo manteve essa área protegida da ambição dos exploradores. No entanto, não era um território despovoado, ao contrário uma região habitada por várias tribos indígenas que praticavam a agricultura no período da colonização e por pequenos agricultores que, embora raros, viviam praticamente do extrativismo.³⁰

Coube ao médico e explorador alemão Karl von den Steinen a notável façanha de percorrer e documentar toda a extensão do majestoso rio Xingu, desde sua nascente até sua foz. Essa excursão científica e geográfica teve início no final de maio de 1884, avançou pelos desafios da selva amazônica e alcançou o Atlântico ao final de outubro do mesmo ano, determinando um importante marco na história da exploração científica no Brasil, contribuindo para o conhecimento geográfico, etnográfico e naturalista da região. Durante esta viagem, foram produzidos documentos valiosos, como mapas, relatos detalhados, fotografias e outros registros que se tornaram fundamentais para a análise e compreensão dos primórdios da fundação da cidade de São Félix do Xingu, tema que será explorado nos próximos parágrafos. A obra escrita por Von den Steinen, fruto de sua primeira expedição, apresenta uma descrição rica e detalhada dos povos indígenas (Suiá, Bakairí, Mehinakú, Nahuquá, Karaíba, Trumaí, Aulapiti, Kamayurá) que visitou próximo às nascentes do majestoso *Schingú*, bem como das características geográficas deste e de seus principais afluentes, oferecendo uma visão abrangente e inédita sobre esse território à época.³¹

As aldeias do baixo e médio Xingu foram mais bem descritas pelo Príncipe Adalberto da Prússia, em 1842, quando ele empreendeu uma viagem pelo rio, partindo de Belém, em 22 de novembro do referido ano, seguindo o curso do rio do Norte em direção ao Sul, chegando a Souzel em 30 de novembro de 1842. A grande volta que Adalberto também chamou de Arco

²⁹ Cf. COELHO, Anna Carolina de Abreu et. al. Considerações acerca do processo de urbanização da província do Grão-Pará na primeira metade do Oitocentos. In: FRIDMAN, Fania; FERREIRA, Carlos (orgs.). *Urbanizações brasileiras 1800-1850*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

³⁰ Cf. UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Boga. *História e iconografia do Vale do Xingu*. 2.ed. Juiz de Fora: Editora Garcia, 2023.

³¹ Cf. STEINEN, Karl von den. *Entre os aborígenes do Brasil Central*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.

da Cataratas, formada por uma imensa curva de 180 km de extensão, passando a apenas 50 km do ponto inicial onde o rio segue seu curso normal e na qual se encontra as maiores cachoeiras do rio, a saber: Tapaúna, Juruá, Parati e outras. Esta fato levou os expedicionários a deixarem o rio e a fazer parte do trajeto por uma estrada terrestre. Assim, tendo vencido os obstáculos naturais das cachoeiras, retornaram ao curso do rio na região de Belo Monte, de onde seguiu acompanhado pelo Padre Torquato e o indiozinho de nome católico Francisco, auxiliados por mais 25 pessoas, chegando a Piranhaquara quando se encontraram com os indígenas jurunas no dia 11 de dezembro 1842 e tendo retornado daquele local em 13 de dezembro de volta a Belém.

Os registros dos expedicionários europeus sobre a viagem ao Xingu deixam evidências da presença de moradores não indígenas nas margens do rio a partir da segunda metade do oitocentos e que, em muitos casos, essas moradias se tornam ponto de apoio aos navegadores, extrativistas entre outros que por ali passavam e, mais tarde, tornaram-se povoados e cidades. Ao final do século XIX a exploração da seringa para obter a borracha foi agregada aos demais produtos a serem coletados na floresta que atraía a população não indígenas a adentrarem nas terras que margeavam o rio Xingu. Nos registros das expedições do Príncipe Adalbert da Prússia e de Steinen, em 1884, e de Coudreau, em 1896, não se pode observar o registro de povoados ou cidades na região que hoje se refere à São Félix do Xingu.

Passando a Cachoeira do Nascente, bastante forte e o Travessão da Capoeira Grande, que não apresenta dificuldades, alcança-se a confluência do Rio Fresco, cuja foz está escondida por duas pequenas ilhas, fazendo com que o viajante, desde que venha pelo lado ocidental, não possa adivinhar que, por trás dessas ilhas haja a embocadura de um importante afluente e não a de um braço, um furo ou um paraná qualquer... O rio Fresco não está indicado na carta de Steinen: o explorador alemão passou pela margem esquerda e seus guias jurunas não se lembraram de informá-lo.³²

No entanto, Luiz Ferreira Santana faz referência a uma expedição realizada em 1889 ao local onde, onze anos depois, seria erguida a primeira construção que marcou o início da cidade. Esse registro representa a primeira menção histórica conhecida sobre o lugarejo.

Em 1889, em uma expedição organizada por um grupo de vinte e dois nordestinos chefiados por Manoel Ferreira dos Anjos (Mestre Caratinga) a mando do agrário Cavalcante um dos fundadores da Missão Imperatriz (atual Altamira) alcançou a região do Alto Xingu³³ e exatamente no dia 1º de novembro de 1889, penetrou na

³² COUDREAU, Henri. *Viagem ao Xingu* (Coleção “Reconquista do Brasil”, v. 49) [1896]. Belo Horizonte: Itatiaia / São Paulo: Edusp, 1977, p. 58.

³³ Alto Xingu, para os exploradores e aventureiros no fim do século XIX e início do XX, refere-se às terras próximas a São Félix na parte alta do rio a ser desbravada. Assim, as missões jesuítas se referiam às atividades no Alto Xingu. Hoje sabemos, porém, que há uma divisão do território que margeia o rio em baixo, médio e alto Xingu e que São Félix está localizado no médio Xingu.

embocadura de um pequeno afluente na margem direita do Xingu na tarde deste mesmo dia detiveram-se com grande e bonita praia de Todos os Santos em homenagem ao dia que a igreja católica festejava os bem aventurados... Ao chegarem na praia já mencionada a expedição encontrou um grande número de índios jurunas ali aldeados que não ofereceram resistência e sim aceitaram a paz oferecida pelos civilizados (brancos)... O índio intérprete, depois de muito corta gíria com o cacique chefe dos jurunas, disse apenas entendendo que o nome do rio é Fresco. E assim por esse nome foi batizado este afluente da margem direita do Xingu, onde está localizada a sede do Município de São Félix do Xingu... o objetivo da expedição era verificar a possibilidade de exploração de árvores da borracha, seringueiras e caucheiros.³⁴

No ano de 1900, chegou à região que hoje abriga a cidade de São Félix do Xingu o maranhense radicado na Bahia, Coronel Tancredo Martins Jorge. Ele veio a serviço do senador José Porfírio de Miranda com a missão de atuar na exploração da borracha, uma das principais atividades econômicas da época. O local escolhido para o início das atividades situava-se na margem direita do rio Xingu, na confluência com o rio Fresco, em uma pequena ilha chamada de Ilhota, localizada em frente à junção dos rios. Foi ali que Tancredo e seus companheiros ergueram o primeiro barracão, considerado o marco inicial que, mais tarde, tornar-se-ia uma cidade. Inicialmente, o local recebeu o nome de Boca do Rio devido à sua posição estratégica.

³⁴ Cf. SANTANA, Luiz Ferreira. *São Félix do Xingu e sua história, 1889-1997*. São Félix do Xingu: Prefeitura Municipal, 2007.

uma nova etapa no desenvolvimento da região, que continuou a atrair trabalhadores, especialmente do Nordeste do Brasil, em busca de novas oportunidades para suas vidas.³⁵

O município se tornou um ponto de atração para trabalhadores de várias partes do Brasil, especialmente do Nordeste, que viam na região uma oportunidade de recomeço. A exploração de recursos naturais, a expansão da agricultura e a pecuária emergente foram fatores que impulsionaram essa migração, transformando São Félix do Xingu em um polo de crescimento e diversidade cultural.

O acesso ao povoado de Boca do Rio era desafiador, feito principalmente por duas vias: uma fluvial, pelo rio Xingu, e uma terrestre, conhecida como estrada tropeira. Esta última era pouco viável devido às dificuldades de travessia, que incluíam o rio Fresco no caminho para Conceição do Araguaia. Apesar disso, muitos nordestinos que migravam para São Félix do Xingu optavam pela estrada tropeira, enfrentando as adversidades do trajeto em busca de uma vida melhor.³⁶

1.2. O município

A conjuntura política e econômica vivenciada pela sociedade brasileira nas décadas de 1960 e 1970 teve impactos profundos no desenvolvimento da região Norte em meio à Ditadura Civil-Militar (1964-1985), afetando diretamente localidades como São Félix do Xingu, no estado do Pará.

O Plano de Integração Nacional (PIN), lançado em 1970, tornou-se o principal vetor para a execução de políticas de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, articulado com projetos conduzidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e ações de colonização lideradas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que atuaram na região Amazônica, gerando uma realidade que, ao longo dos anos, foram modificando as pacatas cidades do Pará que, aos poucos, deixava de ser áreas extrativistas para receber grandes investimentos de empresas multinacionais, empresas nacionais e capitais privados que exploraram a região à revelia da preservação ambiental e dos Direitos Humanos das populações locais. Daí porque não podemos deixar de mencionar os interesses políticos responsáveis pelas iniciativas de colonização que foram efetivadas com o intuito de,

³⁵ Cf. SANTANA, Luiz Ferreira. *São Félix do Xingu e sua história, 1889-1997*. São Félix do Xingu: Prefeitura Municipal, 2007.

³⁶ Cf. NUNES, Wilson da Silva. *Conversando com o Xingu*. Belém: Unigraf, 1998.

supostamente, resolver questões sociais relativas a estados como do Nordeste, evitando insurreições das camadas pobres que foram assoladas pelas secas; ou de colonos do Sul, que não tinha acesso à terra entre outros meios de subsistência, trabalho e formas de vida.

Assim, em tese, o PIN da Ditadura visava integrar o território nacional por meio de grandes empreendimentos – que ignorava as particularidades locais e os cuidados ecológicos –, como a abertura da Rodovia Transamazônica e a promoção da transferência de famílias de áreas superpovoadas para projetos de assentamento na Amazônia. Nesse contexto, São Félix do Xingu tornou-se palco de intensas transformações, com a chegada de migrantes atraídos pela promessa de terras férteis e oportunidades econômicas.

A atuação de diversos órgãos públicos também marcou essa época. A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi criada para proteger os direitos indígenas, enquanto outras instituições buscavam regularizar a posse da terra, fomentar a produção agropecuária e controlar o desmatamento. Contudo, os projetos de ocupação e produção desencadearam uma série de problemas ambientais e sociais, como o avanço desordenado da fronteira agrícola, a exploração de recursos naturais e os conflitos fundiários.

De acordo com Marianne Schmink e Charles Wood, as políticas desenvolvimentistas adotadas no período foram caracterizadas por sua visão centralizadora e pouco inclusiva, resultando em desmatamento em larga escala, violação dos direitos das comunidades tradicionais e agravamento das desigualdades sociais. Esses problemas, originados nas décadas de 1960 e 1970, continuam a impactar a região até os dias atuais, evidenciando a complexidade dos desafios associados à ocupação e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A região Norte do Brasil, que compreende grande parte da floresta amazônica, tornou-se o foco de políticas públicas e estratégias de ocupação territorial no período. Este período foi marcado pela execução de projetos ditos desenvolvimentistas, impulsionados pela Ditadura, que buscavam integrar a Amazônia à economia nacional, consolidar a soberania sobre a região e promover o desenvolvimento econômico por meio de grandes investimentos em infraestrutura, agronegócio e mineração. Dentre as iniciativas governamentais mais relevantes, destaca-se o famigerado *slogan* “Integrar para não Entregar”, que refletia o temor estratégico de perder a Amazônia para potências estrangeiras.

Nesse contexto, foram criados e fortalecidos órgãos e instituições para implementar essas políticas como os já citados Incra, criado em 1970, para avaliar projetos de assentamentos agrícolas, buscando tanto a ocupação populacional quanto a expansão da fronteira da agricultura, transferindo milhares de famílias de regiões superpovoadas do Brasil para o Norte;

a Sudam, fundada antes disso, em 1966, para coordenar investimentos, oferecendo incentivos fiscais para atrair grandes empresas, privilegiando o capital privado, gerando desmatamento e conflitos fundiários; a Funai, criada em 1967, para, supostamente, proteger os direitos dos povos indígenas em um contexto de intensa exploração de seus territórios. Apesar de seu objetivo, a fundação muitas vezes foi criticada por insuficiente defesa das comunidades frente aos interesses econômicos.³⁷

No entanto, como se pode imaginar, em um contexto autoritário as políticas desenvolvimentistas adotaram uma visão modernizadora e pouco sustentável, tratando a Amazônia como um espaço vazio a ser preenchido por projetos agropecuários e industriais. Isso resultou em impactos como desmatamento em larga escala, degradação ambiental e deslocamento de comunidades tradicionais e indígenas.

Ainda segundo Schmink e Wood, antes citados, essas ações foram profundamente marcadas por contradições. Por um lado, incentivaram o crescimento econômico e a ocupação territorial; por outro, geraram intensos conflitos fundiários, violações de direitos indígenas e desigualdades sociais, evidenciando a precariedade das políticas públicas em lidar com a complexidade socioambiental da região.

A colonização foi um dos eixos centrais das estratégias governamentais. Milhares de famílias de pequenos agricultores migraram de estados como: Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, Goiás, Minas Gerais em busca de novas oportunidades na Amazônia. Contudo, a falta de infraestrutura adequada e os conflitos fundiários gerados pelo avanço do latifúndio resultaram em condições precárias para os colonos e no agravamento das tensões sociais. Além dos aspectos sociais e ambientais, a ocupação da Amazônia foi influenciada por fatores geopolíticos, como o contexto da Guerra Fria e a necessidade de reafirmação da soberania nacional. Projetos como a construção da Transamazônica (1970) foram concebidos como símbolos de modernidade e integração territorial, mas enfrentaram severas críticas devido ao seu alto custo e ao impacto ambiental.

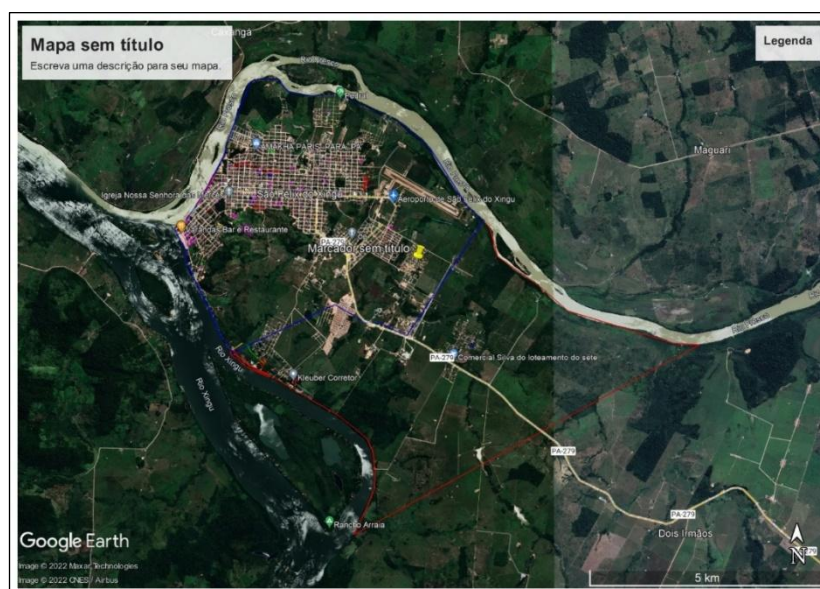
São Félix do Xingu é um município localizado no estado do Pará, na região Norte do Brasil. Com uma extensão territorial de 84.212,847 km², é a terceira maior município paraense e sexta maior do país. Está a 220 metros de altitude e possui aproximadamente 124.763 habitantes de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).³⁸ O

³⁷ Cf. SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Ed.UFPA, Belém, 2012.

³⁸ Cf. SÃO Félix do Xingu. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/sao-felix-do-xingu.html>>. Acesso em: 21 jan. 2025.

município foi emancipado pela lei nº 2.460, em 29 de dezembro de 1961, publicada no Diário Oficial do Estado, nº 19.759, no dia 30 de dezembro do mesmo ano. Contudo, só foi instalado formalmente em 10 de abril de 1962. O referido município faz fronteira a Leste com os municípios de Marabá, Ourilândia do Norte, Tucumã, Parauapebas, Santana do Araguaia e Altamira; e, ao Norte, com: Senador José Porfírio, tendo, ao Sul, o Estado do Mato Grosso.³⁹ No mapa abaixo podemos observar a imagem aérea do atual município de São Félix. Desata-se na imagem a circunferência do rio.

Imagem 22 - Imagem aérea de São Félix do Xingu



Fonte: *Google Earth*

Com efeito, o município de São Félix passou por vários períodos econômicos entre 1900 e 1970. No início do século XX, a região viveu um período próspero, ligado à extração da borracha, seja da seringueira ou do Caucho. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) os preços do produto despencaram devido à redução da procura. Assim, os trabalhadores que se instalaram na região com suas famílias, além de passarem por uma época de extrema pobreza, enfrentavam constantes ataques indígenas, especialmente dos Kayapós / Mebêngôkre. Nesse momento de grandes dificuldades se valiam quase que somente do suporte dos missionários.

Ficou tão difícil a situação de sobrevivência da população do Alto-Xingu que, para a maior parte da população não indígena a única solução foi bater de retiraram e, em grande

³⁹ Cf. NUNES, Wilson da Silva. *Conversando com o Xingu*. Belém: Unigraf, 1998.

número, retirantes saíram pela via Rio-Fresco-Novo Horizonte e, daquele local, prosseguiram pela estrada tropeira para os campos de Conceição do Araguaia.

Seja como for, o fato é que a fundação da cidade de São Félix do Xingu está profundamente vinculada à atuação da Igreja Católica em sua história. O dito pioneiro Tancredo Martins Jorge, ao estabelecer o primeiro barracão na pequena ilhota do rio, determinou a construção de uma capela para abrigar a imagem de São Félix de Valois, Santo de origem francesa que ele havia trazido da Bahia. A devoção de Tancredo estava enraizada na crença de que São Félix poderia proteger o povo contra possíveis ataques dos indígenas que habitavam a região. Os festejos em comemoração ao santo ocorriam ente 11 a 20 de novembro. Conta-se ainda a história de que São Félix de Valois,⁴⁰ junto com São João da Mata, também de origem francesa, fundou a Ordem da Santíssima Trindade no final do século XII. Essa ordem religiosa tinha como missão principal resgatar cristãos capturados pelos mouros e levados como escravos ao longo do Mar Mediterrâneo. O trabalho dedicado e altruísta de São Félix na libertação dos cativos consolidou sua fama de santidade, garantindo-lhe o título de santo na tradição cristã.

Esse contexto religioso e simbólico não apenas influenciou a escolha de São Félix como padroeiro, mas também desempenhou um papel fundamental na formação da identidade da comunidade nascente. A capela erguida em sua homenagem tornou-se um marco inicial e espiritual para a cidade, consolidando-se como ponto de encontro e proteção para os primeiros moradores. Esse legado evidencia a interseção entre fé, cultura e história na formação do município. A religiosidade, inicialmente conduzida por leigos e devotos de São Félix de Valois, alcançou uma nova dimensão a partir de 1919, quando passou a ser administrada por Dom Sebastião Maria Tomás, bispo prelado do Araguaia. Membro da Ordem dos Pregadores (dominicanos), Dom Sebastião desempenhou um papel crucial na organização religiosa e na expansão missionária na vasta região do Araguaia. Sob sua liderança, as ações missionárias ultrapassaram os limites regionais, alcançando também o Alto Xingu, promovendo a catequização de populações indígenas e ribeirinhas, de acordo com João Carlos Souza.

Os dominicanos, conhecidos por sua dedicação à evangelização e educação, vinham se destacando na atuação missionária desde a Idade Média. No caso de Dom Sebastião Maria Tomás, sua presença no Araguaia marcou uma fase de maior estruturação e organização da fé católica na região que, até então, era mantida pela devoção popular. Segundo Souza “a presença

⁴⁰ PAROQUIA de São Félix do Xingu. *São Félix do Xingu uma História de Vai e Vem*, 1988.

de missionários em áreas remotas como o Araguaia foi fundamental para consolidar a influência cultural e religiosa da Igreja Católica no interior do Brasil”.⁴¹

Além disso, as missões dominicanas no país não se limitaram ao âmbito religioso, mas também tiveram impacto cultural e educacional. Conforme descreve Maria Clara Lima, “os dominicanos desempenharam um papel importante na preservação de línguas indígenas, no registro de costumes locais e na mediação de conflitos entre colonos e povos originários”.⁴² Nesse contexto, Dom Sebastião também teria atuado como um importante mediador, buscando promover a integração entre diferentes grupos sociais e culturais da região.

A figura de São Félix de Valois não apenas permaneceu como um símbolo espiritual, mas também como um elo entre a tradição devocional popular e a institucionalização da Igreja Católica na região. A devoção ao santo ganhou um caráter mais formal, com a realização de festas religiosas, procissões e celebrações litúrgicas regulares, que se tornaram eventos centrais na vida comunitária. Uma vez ao ano, Dom Sebastião realizava uma jornada catequética que se iniciava pela chamada “Estrada do Boi”, percorrida em lombo de animais até alcançar o Rio Fresco. A partir desse ponto, sua jornada continuava por via fluvial, utilizando uma canoa inicialmente a remo, acompanhada por um barqueiro ribeirinho. Descendo pelo Rio Fresco e, em seguida, subindo pelo Rio Xingu, ele visitava famílias ribeirinhas e indígenas, promovendo a catequização, celebrando sacramentos e mediando conflitos entre comunidades locais.

Em 1933, Dom Sebastião liderou uma importante expedição delimitadora, que chegou ao Rio Liberdade, na divisa com o Estado do Mato Grosso. Essa expedição não apenas reforçou os limites territoriais da prelazia do Araguaia, mas também estreitou laços com comunidades indígenas isoladas. Como descreve Renato Oliveira, “as viagens missionárias de Dom Sebastião eram não apenas empreitadas religiosas, mas também incursões geográficas que conectavam regiões distantes, promovendo integração cultural e social”.⁴³

O religioso foi parte da segunda grande leva de missionários que atuaram no Xingu. A primeira leva remonta ao século XVII, quando, por volta de 1636, os jesuítas estabeleceram as primeiras missões na região. No entanto, devido à oposição dos colonos, que viam as missões como um obstáculo à exploração indígena, e às pressões da Coroa Portuguesa, os missionários foram expulsos em 1759 durante a política de secularização promovida pelo Marquês de

⁴¹ SOUZA, João Carlos. *História da Igreja Católica no interior do Brasil*. São Paulo: Editora Universitária, 1998, p. 134.

⁴² LIMA, Maria Clara. *Missionários e cultura no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, p. 87.

⁴³ OLIVEIRA, Renato. *O Alto Xingu e as missões religiosas no século XX*. Goiânia: Editora Universitária, 2007, p. 142.

Pombal. Segundo Antônio Carvalho, “a expulsão dos jesuítas em 1759 deixou um vazio missionário que só foi parcialmente preenchido com a chegada de novas ordens religiosas, como os dominicanos, no início do século XX”.⁴⁴

As viagens de Dom Sebastião destacaram-se não apenas pela resistência física necessária para enfrentar as longas distâncias e as condições adversas, mas também pela profundidade de seu impacto espiritual e cultural. Sua atuação consolidou uma rede de comunidades cristãs em uma região marcada pela dispersão populacional e pela diversidade cultural. Como aponta Lima, “os esforços missionários de Dom Sebastião Maria Tomás no Alto Xingu tornaram-se um marco na história da Igreja Católica no Brasil, deixando um legado que ultrapassou os limites da catequização religiosa”.⁴⁵

Em 24 de maio de 1930 começaram a chegar a chegar em Maturu (atual Porto de Mós) os missionários da Congregação dos Missionários do Preciosíssimo Sangue de Cristo com sede em Feldkirch (Áustria) para atuar na Missão do Xingu. Entre os missionários, chegou em 1934 o Padre Erich (Eurico) Kräutler que se juntou aos demais religiosos que sediavam a missão Xingu no Porto de Mós. Assim, no ano de 1934 foi fundado a prelazia do Xingu com sede em Altamira e nomeado como bispo Dom Clemente Geiger, de nacionalidade alemã, o qual encarregou o Padre Eurico, da jurisdição apostólica de São Félix da Boca do Rio, um povoado marcado pela crise econômica sobretudo pela violência dos Kayapós / Mebêngôkre. Suas visitas ao povoado redeu a construção de um grupo escolar, a residência dos missionários, reativou a olaria que se encontrava abandonada e a construção da igreja de São Félix, hoje matriz da cidade.

A presença dos missionários na região do Xingu desempenhou um papel fundamental como suporte social para as comunidades locais. Os padres, além das pregações religiosas, ofereciam assistência prática, como fornecimento de remédios e mantimentos essenciais aos mais necessitados. Essa ajuda era crucial em um contexto de vulnerabilidade social, consolidando a influência religiosa e cultural dos missionários na região.⁴⁶

Após a Primeira Guerra Mundial, o Xingu enfrentou uma profunda crise econômica, principalmente devido à queda do preço do látex, seu principal produto de exportação. Esse cenário foi agravado pela redução da demanda internacional e pela concorrência da borracha

⁴⁴ CARVALHO, Antônio. *Os jesuítas e as primeiras missões no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Raízes, 2012, p. 56.

⁴⁵ LIMA, Maria Clara. *Missionários e cultura no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015, p. 93.

⁴⁶ SILVA, Ana. *Missionários e transformação social: a presença religiosa no Brasil interior*. Brasília: Editora Universitária, 2010, p. 45.

cultivada em países asiáticos, que apresentava menor custo de produção. Como consequência, a economia regional foi duramente afetada, o que resultou em um aumento da pobreza e da instabilidade social, conforme João Almeida.⁴⁷ Para Luiz Ferreira Santana,

Ficou tão difícil a situação de sobrevivência da população do Alto-Xingu, que para maior parte a única solução era bater em retirada, e grande número de retirantes saíram pelo Rio-Fresco-Novo horizonte daquele local prosseguiram pela estrada tropeira (Estrada do Boi) para os campos de Conceição do Araguaia...⁴⁸

Além dos problemas econômicos, a crise social se intensificou devido aos conflitos entre os povos indígenas, especialmente os Kayapós / Mebêngôkre, e os habitantes do pequeno povoado da região. Esses confrontos, que ocorriam frequentemente, criavam um clima de insegurança para a população local. De acordo com relatos históricos, os ataques resultaram em mortes, sequestros e incêndios, ampliando ainda mais a tensão entre indígenas e não indígenas.⁴⁹ Esses episódios de violência destacam a complexidade das relações entre as populações nativas e os colonizadores, marcada por disputas territoriais e culturais que refletem a ausência de políticas eficazes para a mediação desses conflitos.⁵⁰

A presença dos missionários também serviu de suporte social a essa comunidade os padres ofereciam além das pregações forneciam remédios e mantimentos de primeira necessidade aos carentes.⁵¹ Após vários anos de extrema pobreza que se abateu sobre a região, nos fins dos anos 1920 iniciou o comércio da castanha do Pará tornando a principal atividade econômica, que era escoada até Altamira e, de lá, comercializada para o exterior. Tal atividade enfrentou dificuldades semelhantes a extração da borracha, como confronto com indígenas, febre amarela, malária, animais peçonhentos e/ou ferozes, abastecimento de produtos alimentícios com preços superfaturados entre outros fatores.

Duas décadas depois, entre 1940 e 1960, o Brasil vivenciou o chamado Segundo Ciclo da Borracha, impulsionado pelas necessidades geopolíticas e econômicas geradas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O conflito interrompeu o fornecimento de borracha das colônias asiáticas, como a Malásia e a Indonésia, dominadas pelo Japão, e levou os Estados Unidos a

⁴⁷ ALMEIDA, João. *Crise econômica e transformações sociais no Xingu*. São Paulo: Editora Regional, 2013, p. 98.

⁴⁸ Cf. SANTANA, Luiz Ferreira. *São Félix do Xingu e sua história, 1889-1997*. São Félix do Xingu: Prefeitura Municipal, 2007.

⁴⁹ MENDONÇA, Roberto. *História e resistência no Xingu: o impacto da economia do látex*. Belo Horizonte: Editora Histórica, 2005, p. 123.

⁵⁰ FERREIRA, Mariana. *Conflitos e disputas territoriais entre indígenas e colonizadores no Brasil Central*. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2016, p. 212.

⁵¹ Cf. KRÄUTLER, Erich. *Sangue nas pedras*. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

buscar alternativas para suprir sua demanda estratégica por este insumo essencial para a indústria bélica. Nesse contexto, a borracha brasileira emergiu novamente como uma esperança para a economia amazônica e os trabalhadores ribeirinhos. Durante o primeiro ciclo da borracha (1879-1912), a extração era conduzida em seringais não regulamentados, nos quais o patrão detinha o controle da produção. No entanto, no segundo ciclo, os proprietários dos seringais passaram a ser conhecidos como seringalistas, detentores formais das terras e responsáveis por organizar a extração.

O financiamento da exploração foi amplamente sustentado pelo capital norte-americano, como parte do esforço de guerra para garantir o fornecimento de matérias-primas estratégicas. Um dos capítulos mais marcantes dessa fase foi a criação da campanha dos *Soldados da Borracha*, promovida pelo governo brasileiro. Homens entre 18 e 45 anos de idade foram recrutados, muitas vezes sob falsas promessas de melhores condições de vida, para migrar para a região amazônica e trabalhar na extração de borracha.

A campanha adotada por Getúlio Vargas, então Presidente do Brasil, atraiu uma grande massa, sobretudo de nordestinos que viviam as consequências de uma grande seca. Esses trabalhadores eram apresentados como heróis nacionais e receberam a promessa de que teriam os mesmos benefícios e reconhecimento que os soldados enviados para os combates na Europa. Contudo, a realidade enfrentada pelos seringueiros na Amazônia era extremamente adversa: isolamento, doenças tropicais, exploração econômica e condições de trabalho ao que hoje podemos chamar de *análogas à escravidão*.⁵²

Embora o esforço tenha contribuído para atender a demanda bélica de borracha, muitos dos chamados soldados ficaram esquecidos após o término da guerra e nunca receberam os benefícios mencionados pelo governo Vargas. Somente décadas depois, no final do século XX, começaram as discussões sobre a reparação financeira aos sobreviventes e suas famílias, como forma de reconhecer os sacrifícios feitos por esses trabalhadores no contexto bélico global.⁵³

O Segundo Ciclo da Borracha é, portanto, um capítulo emblemático na história da Amazônia e do Brasil, revelando as dinâmicas de exploração econômica, desigualdade social e as implicações de políticas públicas ligadas à guerra. Ele também destaca a resiliência dos

⁵² Cf. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo* (v. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

⁵³ Cf. SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980; WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1993; & SECRETO, María Verónica. *Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

trabalhadores amazônicos que, mesmo diante de condições extremas, desempenharam um papel fundamental no esforço de guerra global.

São Félix do Xingu, uma região isolada e rica em seringueiras nativas, tornou-se um dos destinos dos *Soldados da Borracha*, atraídos por promessas do governo central. No entanto, ao chegarem, os nordestinos se depararam com condições adversas. A viagem até a região era longa e árdua, frequentemente realizada em precárias embarcações pelo rio Xingu ou por trilhas abertas na floresta. Uma vez em São Félix do Xingu, os migrantes enfrentaram um ambiente hostil, marcado pelo isolamento, pela falta de infraestrutura e pela alta incidência de doenças tropicais, como a malária.

Além disso, muitos dos trabalhadores foram submetidos a regimes de trabalho análogos à escravidão, vivendo sob o controle de patrões seringalistas e acumulando dívidas impossíveis de pagar devido ao sistema de aviação, em que recebiam suprimentos básicos a preços inflacionados uma experiência marcada pelo abandono e pela exploração. A situação desses trabalhadores em São Félix do Xingu refletia o modelo de colonização adotado pelo Estado, que priorizava a produção em detrimento do bem-estar dos migrantes.

A presença dos nordestinos contribuiu para o crescimento populacional e a formação de novas comunidades, que estabeleceram vínculos culturais e econômicos na região. Mesmo assim, as dificuldades enfrentadas pelos pioneiros continuam a ser uma lembrança dolorosa de um período de grande exploração e desafios sociais na Amazônia.

Dessa forma se executava os compromissos entre patrão e produtor, uma vez que o seringueiro era mantido pelo endividamento direto ligado ao aviador ou seringalista. À medida que este fornecia os bens de consumo ao extrator, contraía-se uma prévia dívida que só viria a ser paga com as possíveis produções, ficando claro o monopólio do patrão sobre o produtor na relação comercial [...] viver na Floresta ou na ilha sempre foi um flagelo para os seringueiros, pois mesmo armados temíamos animais ferozes. Morando em casas sem segurança [...] acreditavam que qualquer barulho, deveriam estar preparados para um possível ataque, que tanto poderia ser de uma fera ou dos índios que uma vez ou outra aparecia nos seringais, fossem nos barracos ou nas estradas que cortavam as seringueiras.⁵⁴

Ao término da Segunda Guerra Mundial, um dos conflitos mais devastadores da história, o cenário global passou por profundas transformações econômicas e sociais. Embora o Brasil não tenha sido palco de confrontos diretos, os efeitos da crise econômica gerada pelo confronto

⁵⁴ NASCIMENTO, Joene Batista do. *Embrenhando-se nas matas: imigrantes nordestinos e a extração do látex em São Félix do Xingu-PA, no período de 1939 a 1945*. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2003, p. 62.

bélico foram sentidos em todo o país, com reflexos significativos em regiões mais afastadas, como em São Félix do Xingu.

A economia local, já marcada por atividades extrativistas, foi duramente impactada, exigindo a diversificação dos meios de subsistência. Surgiu então um novo ciclo econômico baseado no comércio de peles de animais silvestres. Essa atividade começou de forma modesta, ainda durante os anos 1940, mas ganhou força a partir da década de 1960, movida pela crescente demanda internacional por peles exóticas. Mariscadores (aquele que sabe caçar e pescar), como eram conhecidos os caçadores especializados, embrenhavam-se nas densas florestas amazônicas para capturar animais, tais como: onças, gatos-do-mato, ariranhas, mucuras, jacarés e queixadas. Após o abate, os animais tinham suas peles retiradas e comercializadas, enquanto a carne, em grande parte, não era aproveitada, refletindo o caráter predatório da atividade.

Segundo Luiz Ferreira Santana, o comércio da pele de fantasia, voltado principalmente para exportação, atendia aos interesses de indústrias estrangeiras, sobretudo dos Estados Unidos e da Europa, que as utilizavam para a produção de roupas, acessórios e artigos de luxo.⁵⁵ Assim como em ciclos econômicos anteriores, como o da borracha, a exploração dos recursos naturais da Amazônia ocorria de maneira desordenada, com poucos benefícios para a população local e impactos ambientais irreversíveis.

Outro fator marcante foi a coexistência dessa atividade com a coleta de castanha-do-pará, uma prática tradicional da região. O período de coleta do fruto, predominantemente realizado no inverno, complementava o calendário dos mariscadores, que intensificavam a caça no verão. No entanto, o cotidiano dos homens que se aventuravam nas florestas era repleto de desafios e perigos. Muitos não retornavam às suas famílias, vítimas de acidentes, ataques de animais selvagens ou doenças como a malária. A sobrevivência na floresta exigia um profundo conhecimento do ambiente, estratégias de caça e, sobretudo, astúcia para lidar com os riscos inerentes à atividade.

Apesar de sua relevância econômica temporária, o comércio de peles enfrentou críticas crescentes com o avanço das discussões ambientais e a pressão de organizações internacionais na década de 1970. A prática foi gradualmente desestimulada, em parte devido às legislações ambientais que buscavam proteger a fauna amazônica e conter o desmatamento. Ainda assim, as marcas deixadas por essa atividade continuam a influenciar a história socioeconômica da

⁵⁵ Cf. SANTANA, Luiz Ferreira. *São Félix do Xingu e sua história, 1889-1997*. São Félix do Xingu: Prefeitura Municipal, 2007.

região, revelando os desafios de conciliar exploração econômica, preservação ambiental e qualidade de vida para as populações locais.

1.3. A rodovia

Com a abertura da estrada de rodagem Belém-Brasília e a criação de projetos governamentais voltados para a região amazônica, novamente a cidade é impactada tanto na área econômica quanto na questão social e cultural, provocados pelo grande fluxo migratório, situação que representou um marco no processo de ocupação e exploração da Amazônia, sendo parte de um modelo de desenvolvimento / discurso governamental focado na integração do território nacional e na expansão da fronteira agrícola. De acordo com Schmink e Wood, essa iniciativa, articulada com projetos como o já citado PIN e, ainda, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), transformou profundamente a dinâmica socioeconômica da região, desencadeando conflitos sociais e alterações ambientais de grandes proporções.

A rodovia em tela foi um dos principais catalisadores de migrações internas para a Amazônia. O discurso oficial, promovido pela Ditadura Civil-Militar, incentivava famílias de outras regiões, especialmente do Nordeste, a se estabelecerem na Amazônia em busca de novas oportunidades e terras a serem cultivadas. No entanto, “os migrantes enfrentaram condições adversas, incluindo dificuldades de adaptação, falta de infraestrutura e conflitos pela posse da terra”.⁵⁶ Esse fluxo migratório provocou um crescimento populacional desordenado nas cidades próximas à rodovia, que passaram a lidar com a precarização dos serviços públicos, aumento da violência e ampliação das desigualdades sociais. Cidades que antes tinham uma dinâmica local passaram a ser polos de atração para diferentes grupos sociais, resultando em tensões e mudanças significativas na sociedade.

Também a abertura de estradas que interligavam o interior do território do Xingu as demais áreas como a PA 279 e a BR 155, proporcionou a entrada de grandes empresários, muitas vezes apoiados por incentivos fiscais do governo, que adquiriram extensas áreas de terra para a implantação de projetos agropecuários. Isso gerou a expulsão de pequenos agricultores e posseiros que tinham se fixado nas margens da rodovia, resultado de assentamentos, alimentando uma onda de conflitos fundiários na região. De acordo com Schmink e Wood, a

⁵⁶ SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles. *Conflitos sociais e a formação da Amazônia*. Belém: Ed.UFPA, 2012, p. 94-97.

ineficiência da Ditadura na execução dos projetos de integração da Amazônia foi visível refletindo as contradições de um modelo de desenvolvimento que privilegiou grandes projetos e marginalizou pequenos agricultores e populações tradicionais, afora o impacto ambiental.

Esses conflitos, portanto, tornaram-se ainda mais intensos com a expansão do desmatamento, utilizado como estratégia para a demarcação de propriedades. Além disso, a ausência de regulamentações claras sobre a posse da terra contribuiu para o aumento da violência, com casos frequentes de grilagem e despejos forçados. A conversão de vastas áreas de floresta em pastagens e plantações provocou um desmatamento acelerado, contribuindo para a perda de biodiversidade e a degradação dos solos. O desmatamento na Amazônia não foi apenas uma consequência, mas uma estratégia deliberada de ocupação e apropriação da terra, muitas vezes apoiada por políticas públicas que ignoravam os custos ambientais.

Entretanto, à medida que as estradas conectavam São Félix do Xingu às demais regiões, abria-se caminhos não só para agropecuária como também para outras atividades exploratórias, com a coleta da folha de jaborandi, garimpo e a implantação de madeireiras. A exploração da madeira, aliás, foi uma atividade que praticamente se deu em conjunto com a formação de pastagens. A motosserra ou mesmo a *grapple-skidder*⁵⁷ iam derrubando as árvores para retirada da madeira, aproveitando a desbastada na mata os fazendeiros iam jogando a semente de capim para a formação pastagens. Atividades que mesmo diante das restrições ambientais permanecem sendo praticadas na região, por vezes em menor escala.

Nos termos de Ferreira Santana, o desenvolvimento da cidade foi profundamente influenciado por ciclos econômicos, especialmente entre as décadas de 1960 a 1980. A dificuldade no transporte de alimentos de primeira necessidade, devido às condições adversas do rio Xingu, levando seus habitantes a manter uma forte dependência da agricultura de subsistência. As mercadorias provenientes de Altamira consistiam, em sua maioria, de especiarias e produtos que não podiam ser cultivados nas terras xinguanas, sendo, portanto, comercializados a preços elevados.

Embora o transporte aéreo já fosse utilizado nesse período, era limitado a um pequeno fluxo, restrito principalmente a pessoas de maior poder aquisitivo, como grandes fazendeiros e representantes de empresas dos setores vegetal, animal e mineral. As pistas de pouso, inicialmente construídas por empresas privadas ou particulares, tinham como principal

⁵⁷ Também chamado de máquina de garras, o *grapple-skidder* é basicamente um trator com rodados de pneus. Essa máquina possui uma garra que consegue segurar e arrastar árvores e toras. Esse tipo de máquinas foi bastante usado nas florestas xinguanas no período da exploração da madeira.

finalidade o escoamento da produção, especialmente de minérios. O primeiro aeroporto oficial da cidade foi construído em 1963 pela Força Aérea Brasileira (FAB).

O fluxo de transporte de mercadorias (importação) e de produção (exportação) era fortemente influenciado pelo regime climático, que na região se divide basicamente em duas estações: o inverno (estação chuvosa) e o verão (período de estiagem, com níveis de água mais baixos). Além dos barcos particulares que realizavam o transporte de pessoas e mercadorias entre São Félix e Altamira, existiam duas embarcações mantidas pela administração pública local. No verão as toras de madeira de lei, em especial de mogno, eram cortadas e acumuladas nas margens do rio e no inverno eram amarradas formando blocos e lançadas às águas do rio Xingu para que a força natural das correntezas conduzisse a madeira até Altamira, ponto em que se recolhia a produção. As relações entre São Félix do Xingu, Altamira e até mesmo Belém do Pará também foram marcadas pela busca por formação educacional. Famílias com maior estabilidade econômica enviavam seus filhos para Altamira, cidade com maior oferta de instituições de ensino, visando proporcionar melhor acesso à escolarização que até a década de 1980 ainda não contava com a oferta do Ensino Médio. Para Santana,

na administração do prefeito Edson Almeida, porém, soube conservar todos os bens do patrimônio da Prefeitura Municipal, manteve as duas embarcações de propriedade da prefeitura transitando de verão a inverno de São Félix do Xingu-Altamira-vice versa, dando assistência a população ribeirinha em tudo que fosse necessário.⁵⁸

A construção da PA 279 foi um sonho antigo que demorou mais de três décadas para se realizar, proporcionando alterações profundas na história deste município. Por volta de 1908 o trabalho de parceria relacionado a extração do *látex* foi responsável pela abertura de uma trilha a qual seguia o caminho originalmente feito pelos indígenas Kayapó / Mebêngôkre, ligava Conceição do Araguaia ao local conhecido como *Solta*, hoje parte da cidade de Redenção, território de descanso onde os tropeiros soltavam seus animais para pastar nos campos naturais antes de seguir para as margens direita do rio Fresco num ponto denominado Novo Horizonte. Essa ligação, inicialmente conhecida como estrada tropeira por passar tropas de animais transportando mercadorias, o fluxo de pessoas e a abertura de novas áreas de exploração da borracha a partir do rio Fresco fez com que fossem traçando novas picadas margeando o rio até ligar São Félix do Xingu à região do Araguaia. Tal acesso, mesmo precário, foi importante para, mais tarde, consolidar o transporte de gado, que era conduzido à São Félix para serem criados

⁵⁸ SANTANA, Luiz Ferreira. *São Félix do Xingu e sua história, 1889-1997*. São Félix do Xingu: Prefeitura Municipal, 2007, p. 79.

nas pastagens que iam surgindo a partir da derrubada da mata para retirada da madeira e o plantio do capim. Assim, posteriormente, foi chamada de Estrada do Boi.

Porém, o ponta pé inicial para a construção de uma estrada rodoviária rumo à região do Araguaia foi dado pelo primeiro prefeito eleito, Francisco Bessa, acompanhado por seus auxiliares, em 1963, antes do golpe do ano seguinte, portanto, e mesmo sem a colaboração de um engenheiro, elaborou um croqui delineando a topografia da estrada e a rota que passaria pela antiga e extinta Estrada do Boi. O primeiro trecho da estrada foi desmatado e destocado com o uso de machados, facão, enxada, picareta, pá, roladeira e cabo de arame concluindo 14 quilômetros. Diante das dificuldades quanto ao recurso financeiro e humano, o município não pode avançar na tarefa. Ela ficou, assim, ao encargo do Estado, sob a responsabilidade do Departamento Estadual de Estrada e Rodagem do Pará (DEER-PA), que iniciou a construção da PA 279 em 1976. Isso atraiu um forte movimento migratório às margens da estrada, com pequenos agricultores e fazendeiros se estabelecendo em pontos estratégicos, contribuindo para o surgimento de cidades como Xinguara, Ourilândia e Tucumã. Tratou-se do resultado de um longo e tumultuado processo político que envolveu várias questões de interesses de elites locais e questões indígenas que mudou, por várias vezes, o traçado original até que chegasse à sua versão final, em 1984. O desejo dos governos estadual e federal em ligar o Sul do Pará com o restante do Brasil com a construção da Belém-Brasília (1956-1960) convergia aos interesses municipais de São Félix do Xingu a ter acesso à PA 150 que daria acesso a essa importante rodovia, permitindo um melhor escoamento da produção e o desenvolvimento da região.⁵⁹

Encerra-se a elaboração da leitura do Rio Xingu como eixo de ocupação, circulação e identidade, patrimônio natural que estruturou práticas e sentidos no território, torna-se necessário deslocar o foco para outro vetor de permanências e disputas da memória local: a Igreja Católica. Se o rio nos permitiu observar como elementos naturais conformam identidades coletivas, o capítulo seguinte investiga a materialidade e o simbolismo da instituição eclesiástica como patrimônio histórico, articulando-os às dinâmicas políticas e culturais que marcaram São Félix do Xingu. Ao aproximar rio e igreja, um de ordem natural, outro de caráter religioso e cultural, abrimos caminho para compreender como esses lugares de memória se entrelaçam no Ensino de História, convidando os estudantes a reconhecerem-se como sujeitos da história local.

⁵⁹ SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles. *Conflitos sociais e a formação d Amazônia*. Belém: Ed. UFPA, 2012, p. 194.

CAPÍTULO 2

CATOLICISMO D'ALÉM MAR: A presença da Igreja Católica no Brasil e sua conversão em patrimônio histórico

Vencido, bem ou mal, o debate anterior, sobre o período que antecedeu a colonização até à desembocadura sobre o rio Xingu enfim identificado enquanto tal, as buscas por rotas alternativas para acessar outras regiões, conectar o território, escoar suas produções, receber mercadorias etc., é preciso sublinhar que o crescimento da Amazônia durante o chamado Brasil Império (1822-1889) foi impulsionado por vários fatores, incluindo a exploração dos recursos naturais, a abertura de novas rotas comerciais e a política de integração territorial promovida pelo governo central. Este período foi marcado por mudanças econômicas e sociais que moldaram profundamente sua história.

Um dos principais motores do crescimento econômico da região consistiu no manejo das drogas do sertão e, particularmente, utilização da borracha, como já abordamos. A extração de *látex* das seringueiras se tornou uma atividade econômica crucial a partir da segunda metade do século XIX, principalmente após a invenção da vulcanização por Charles Goodyear, que aumentou a demanda global por essa matéria-prima. Na parte integracionista, é válido frisar que isso incluiu a criação de novas cidades e a promoção de projetos de infraestrutura, como a navegação à vapor, que facilitou o transporte e o comércio. Além disso, houve esforços para atrair imigrantes europeus para a região com o objetivo de aumentar a população e desenvolver a economia local. O rio Amazonas e seus afluentes se tornaram importantes vias de transporte, permitindo a exportação de muitos produtos, fixando-se ainda mais com a fundação da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, estabelecida em 1852, que melhorou significativamente a conectividade da Amazônia com outras partes do Brasil e com os mercados internacionais.⁶⁰

Houve, assim, um aumento da (i)migração, tanto interna quanto externa, com trabalhadores de várias partes do Brasil e do mundo se estabelecendo na Amazônia em busca de oportunidades econômicas, contribuindo para a diversidade cultural e o aumento populacional na região. No entanto, também houve impactos nefastos, como a exploração laboral dos seringueiros e a expropriação de terras indígenas. Os lucros e os acúmulos de capital oriundos de todos esses processos propiciaram um período de prestígio e esplendor para cidades

⁶⁰ Cf. HEMMING, John. *Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros*. São Paulo: Edusp, 2009.

como Belém e Manaus, com edificações de teatros, pavimentação de ruas, instalação de energia, entre outros fatores que geraram conforto aos barões da borracha e seus familiares. A população local, por sua vez, era excluída dos benefícios econômicos gerados por essas atividades. As condições de vida eram precárias, marcadas por fome, doenças e pela ausência de infraestrutura básica nas periferias dessa opulência. Daí, talvez, a força da religião e da religiosidade na região.

2.1. O padroado

Já tendo marcado sua presença durante o período colonial, conforme destacamos no capítulo anterior, sobretudo a partir de missões de religiosos como os Inacianos, a história da Igreja Católica, durante o período do Brasil Imperial, aponta que a instituição desempenhou um papel central na sociedade, tentando exercer influência em diversas esferas da vida social.⁶¹ Com a chegada da família Real portuguesa, em 1808, sua presença se fortaleceu, pois o catolicismo foi oficialmente estabelecido como a religião do Estado.⁶² Durante o oitocentos, portanto, a Igreja continuou sua atuação considerável na sociedade brasileira, controlando vastas extensões de terras e desempenhando um papel relevante na vida social e cultural do Império. Ela também detinha o monopólio da educação formal por meio das escolas religiosas.⁶³ Contudo, a relação entre a Igreja e o Estado nem sempre foi harmoniosa, desde o período colonial, quando existia o regime de padroado, formalizado através de uma série de bulas papais que concederam ao rei de Portugal a autoridade para administrar os assuntos eclesiásticos em seus territórios coloniais.⁶⁴ No século XIX outros conflitos surgiram, especialmente em relação à nomeação de bispos e à interferência do governo em questões eclesiásticas. Um dos principais deles culminou na separação dela com o Estado marcado ainda pela promulgação da Lei de Terras, de 1850, que retirava da Igreja Católica o direito de controlar territórios.⁶⁵

E como o rei tinha o poder de nomear os bispos e outros líderes religiosos, que eram depois confirmados pelo Papa, tais nomeações eram cruciais para manter o controle sobre a

⁶¹ Cf. AQUINO, Maurício de. O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte v. 11 n. 32, p. 1485-1505, out./dez. 2013.

⁶² Cf. SILVA, Paulo Julião da. *A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a era Vargas*. Porto Alegre: Ed.FURG, 2012.

⁶³ Cf. AQUINO, Maurício de. O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte v. 11 n. 32, p. 1485-1505, out./dez. 2013.

⁶⁴ Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6.ed. São Paulo. Edusp, 1999.

⁶⁵ Cf. AQUINO, Maurício de. O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte v. 11 n. 32, p. 1485-1505, out./dez. 2013.

Igreja local, bem como receber o dízimo.⁶⁶ A coroa portuguesa financiava, assim, a construção de igrejas, conventos e outras instituições religiosas, promovendo a disseminação do catolicismo. O regime do padroado permitiu um controle estatal significativo sobre a Igreja, o que muitas vezes resultava em tensões entre autoridades civis e eclesiásticas. O declínio desse regime começou com a Independência do Brasil, em 1822, quando a Igreja passou a buscar maior autonomia em relação ao Estado.

Além disso, durante o século XIX, o Brasil recebeu um grande número de imigrantes não católicos, contribuindo para a diversificação religiosa no Império e diminuição do peso quase exclusivo da Igreja Católica que já exercia um combate às religiões de matriz africana, em um movimento persecutório que se estenderia décadas a fio, até o novecentos.⁶⁷ Antes disso, porém, ao longo do oitocentos, tal história foi marcada por uma interação complexa entre essas instituições e as mudanças políticas, sociais e culturais que ocorreram na sociedade. As transformações ocorridas nesse período, em todos os seus aspectos, foram variadas, com destaque para a reforma implementada pelos bispos ultramontanos, que se deu entre as décadas de 1850 e 1860, com o termo *romanização*.⁶⁸ Ele se refere ao processo da tentativa de fortalecimento da Igreja Católica Romana na sociedade brasileira.

Portanto, ao longo do período imperial, a Igreja Católica trabalhou ativamente para disseminar sua fé e consolidar sua autoridade, buscando converter os povos indígenas, controlar a educação e influenciar tanto a legislação quanto as políticas governamentais. Os ultramontanos, por exemplo, que eram defensores fervorosos da autoridade papal, buscavam diminuir o peso da monarquia sobre suas agendas e fortalecer os laços com o Vaticano.⁶⁹ Um dos principais aspectos da Reforma em apreço foi a tentativa de centralizar o poder eclesiástico e garantir uma maior autonomia para a Igreja em relação às autoridades seculares. Isso incluía a nomeação de bispos e clérigos, então nomeados pelo governo imperial. Embora o ultramontanismo tenha encontrado alguns adeptos no Brasil, especialmente entre os membros do clero mais conservadores e aqueles que buscavam uma maior independência da interferência monárquica, sua força foi limitada se comparada com aquela exercida na Europa. Isso se deve,

⁶⁶ Cf. FERREIRA, Arcângelo da Silva; MACIEL, Elisângela (orgs.). *História, cultura, trabalho e instituições na Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2021.

⁶⁷ Cf. SILVA, Paulo Julião da. *A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a era Vargas*. Porto Alegre: Ed.FURG, 2012.

⁶⁸ Cf. BASTIDE, Roger. Religion and the Church in Brasil. In: SMITH, Lynn; MARCHANT, Alexander (dirs.). *Brazil: portrait of half continent*. New York: The Dryden Press, 1951.

⁶⁹ Cf. SILVA, Paulo Julião da. *A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a era Vargas*. Porto Alegre: Ed.FURG, 2012.

em parte, à distância física entre o Brasil e o Vaticano, bem como às complexidades políticas e sociais específicas, ainda que o movimento tenha contribuído para debates importantes.⁷⁰

A presença da Igreja Católica na Amazônia também gerou alguns conflitos de interesse, sobretudo em relação a interesses econômicos e políticos dos colonizadores. Em algumas áreas, os missionários entraram em disputas com os colonos sobre questões relativas à terra e ao trabalho indígena. Além da evangelização, a Igreja também desempenhou um papel decisivo na educação e na prestação de serviços para a região. Não por acaso, muitas escolas e hospitais foram inaugurados e administrados por instituições católicas durante esse período.

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, quando um grupo de militares liderados pelo Marechal Deodoro da Fonseca decretou o fim do regime monárquico no Brasil, dá-se início a um novo sistema político no país, ao menos em tese. A Proclamação foi articulada a partir de uma série de fatores, incluindo a insatisfação de setores da sociedade com o governo imperial, a crise econômica e a circulação das ideias republicanas. Os anos de 1889 a 1894 é caracterizado, assim, pela alternância de poder entre os militares, principalmente Deodoro da Fonseca, já citado, e o também Marechal Floriano Peixoto. Foi um momento marcado por conflitos políticos e sociais, centralização do poder nas mãos das Forças Armadas, sobretudo o Exército, divergências entre as diferentes facções políticas, segundo Boris Fausto.

Ainda de acordo com Fausto, o país se tornou um importante produtor de café, atingindo a liderança mundial no setor. A economia era fortemente baseada na monocultura, embora o processo de industrialização estivesse em curso, principalmente na região Sudeste. A entrada de imigrantes europeus impulsionou a mão-de-obra e contribuiu para o crescimento econômico do país. No entanto, a concentração de terras e riquezas sob o controle de poucos proprietários rurais perpetuou a pobreza e a exploração dos trabalhadores. As instituições de ensino eram controladas pelo poder público e a Igreja, limitando a difusão do conhecimento e reforçava as desigualdades. Para o historiador citado,

Ao analisar a transição do período republicano, você poderá observar que não houve rupturas bruscas: tanto as camadas dominantes como as diversas instituições imperiais e até mesmo coloniais foram mantidas. O Brasil entrou no século XX como uma República federalista e liberal, profundamente marcada pela desigualdade e pela concentração fundiária e voltada para atender os interesses privados.⁷¹

⁷⁰ Cf. DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixa da Holanda às montanhas de Minas: uma contribuição à história das missões redentoristas*, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Universidade de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, 2006.

⁷¹ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6.ed. São Paulo: Edusp, 1999, p. 128.

Mais tarde, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, refletiu o descontentamento com a velha ordem oligárquica e abriu caminho para transformações significativas no país. Vargas, por meio de um movimento dito revolucionário derrubou o governo de Washington Luís e assumiu a Presidência do Brasil, instaurando um Governo Provisório que, posteriormente, transformou-se em um período de regime autoritário, com a implantação do Estado Novo (1937-1945). Sua chegada ao posto máximo da nação marcou o início de uma nova fase na política brasileira, caracterizada pela centralização (outra vez!) do poder, intervenção estatal na economia e um forte apelo populista em suas ações e discursos.

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil inicialmente manteve uma postura neutra, porém, face à crescente pressão externa e os ataques de submarinos a navios brasileiros, levaram o país a declarar guerra ao Eixo (Alemanha, Itália e Japão) em 1942. A participação do Brasil no conflito global incluiu o envio de tropas para combater na Europa, a produção de material bélico e o estabelecimento de bases militares em território nacional em favor dos Aliados (França, Rússia, Inglaterra, Estados Unidos etc.), o incentivo à retomada da produção de borracha para atender a demanda internacional. Tal envolvimento teve um impacto significativo na política e economia brasileiras, redefinindo a História da região amazônica.⁷²

As transformações são reforçadas no decorrer do período do Regime Civil-Militar instituído após o golpe de 1964, quando a Ditadura implementou à força diversas ações para integrar a Amazônia ao restante do país, visando, em tese, o desenvolvimento econômico e a ocupação de seu território. Isso incluiu a construção de rodovias, a instalação de projetos agropecuários e a exploração de recursos naturais. No entanto, feitos ao largo de marcos democráticos, debates públicos ou consultas a especialistas, essas iniciativas tiveram poucos efeitos positivos, uma vez que foram marcadas pelo desmatamento, a degradação ambiental e o impacto sobre as populações ribeirinhas, indígenas e quilombolas.

Com efeito, o golpe marcou um ponto de inflexão na história política do Brasil, desencadeando uma era de autoritarismo e supressão de liberdades civis que duraria mais de duas décadas. O contexto político e social do país na época era de grande agitação e polarização. Ocorre que o então Presidente da República João Goulart, popularmente conhecido como Jango, visava implementar reformas sociais e econômicas que geravam preocupação nos setores conservadores da sociedade e nas Forças Armadas. Temores de uma possível guinada à esquerda alimentavam o descontentamento entre os militares, que se sentiam ameaçados pelas

⁷² Cf. FERREIRA, Arcângelo da Silva; MACIEL, Elisângela (orgs.). *História, cultura, trabalho e instituições na Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2021.

propostas reformistas e pelas crescentes manifestações populares. Sendo que, em 31 de março de 1964, sob a liderança do Marechal Humberto Castelo Branco, com apoio de setores civis e dos meios de comunicação, depuseram Jango, alegando a necessidade de preservar a democracia e evitar uma suposta ameaça comunista. O golpe foi justificado como intervenção para restaurar a ordem e a estabilidade no país.⁷³

No entanto, o que se seguiu foi um regime autoritário, caracterizado pela censura, perseguição política, tortura e violações dos Direitos Humanos. A Ditadura Civil-Militar dissolveu o Congresso Nacional, cassou mandatos políticos, fechou sindicatos e impôs uma série de medidas repressivas para silenciar a oposição e controlar a sociedade. Ao longo dos anos, surgiram movimentos de resistência, incluindo protestos estudantis, greves e ações de guerrilha urbana e rural. A sociedade civil organizou-se gradualmente em defesa da democracia, apesar das severas restrições impostas pelo regime.⁷⁴

Neste período, houve grande participação da imprensa, da direita civil, que era custeada pela alta cúpula da Igreja Católica, em uma atuação marcada pela mistura de apoio, colaboração, crítica e resistência à Ditadura. Durante os primeiros anos do regime autoritário, houve um momento de silêncio por parte de muitos religiosos em relação às violações aos Direitos Humanos e demais arbitrariedades cometidas pelo regime. Alguns líderes católicos, temendo represálias, optaram por não se opor publicamente aos militares, o que gerou críticas e acusações de cumplicidade com o regime. Mas emergiram também vozes dissidentes, em defesa da dignidade humana. Isso porque, algumas lideranças, inspiradas pela Teologia da Libertação, denunciaram o regime, apoiaram movimentos sociais e lutaram pela democracia. A Igreja foi igualmente fundamental nos processos de reconciliação e justiça após a redemocratização do país. Ela migra, portanto, do apoio à oposição.⁷⁵

Mas para adentrar nessa questão é preciso entender como era composta e como surgiram essas alas mais preocupadas com as questões sociais e as classes mais populares. Primeiramente vale citar a criação da Ação Católica Brasileira pela hierarquia da Igreja Católica em meados da década de 30. Inicialmente identificados com um nacionalismo de direita e com os integralistas, a entidade nomeou em 1947 como assistente Dom Helder Câmara, uma importante figura do clero progressista. A Ação Católica tinha como objetivo a disseminação da religião pela sociedade através da ação dos leigos. Contava com algumas vertentes como a JEC, Juventude Estudantil Católica, JUC, Juventude Universitária Católica, JOC, Juventude Operária Católica.

⁷³ Cf. GONÇALVES, Angelo Barreiro. A Igreja Católica e o Golpe de 1964. *Akrópolis*, Umuarama, v. 13, n. 1, p. 51-53, jan./mar. 2005.

⁷⁴ Cf. AMORIM, Carlos Roberto Cunha. *A igreja do Diabo: o catolicismo brasileiro no Golpe Militar de 1964*. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004.

⁷⁵ Cf. GONÇALVES, Ângelo Barreiro. A Igreja Católica e o Golpe de 1964. *Akrópolis*, Umuarama, v. 13, n. 1, p. 51-53, jan./mar. 2005.

Essa Ação Católica, na década de 1950 e início da de 1960, foi responsável por um forte dinamismo da Igreja e por sua presença mais ampliada na sociedade. Importantes organizações que posteriormente foram perseguidas pela ditadura, entre elas a Ação Popular, grupo criado em 1962, formado por cristãos e não cristãos, já não mais ligados à Igreja e que apresentava uma orientação socialista democrática.⁷⁶

Além disso, ao longo da década de 1960, com a divergência entre capitalistas e comunistas na divisão bipolar global que se desenhou na geopolítica da chamada Guerra Fria, houve uma divisão do planeta em basicamente três categorias sócio econômicas em ordem de grandeza: foram elas Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo, sendo identificados como aliados e entusiastas do modo de vida estadunidense, soviético e, por fim, os não alinhados, respectivamente, grupo no qual o Brasil da Ditadura fazia parte, como país considerado pobre.⁷⁷

2.2. A abertura

O período pós-1985, com o término do regime autoritário, marcou uma fase de transição política, econômica e social no Brasil. Com o fim da Ditadura Civil-Militar, o país deu início a um processo de democratização e de abertura política, culminando na promulgação da Constituição de 1988. Esse momento histórico foi marcado por intensos debates e negociações, resultando em uma carta magna que estabeleceu importantes direitos e garantias para os cidadãos brasileiros, além de definir a organização do Estado e a divisão dos poderes e o fortalecimento das instituições democráticas. Por sua vez, a Constituição consolidou avanços sociais e estabeleceu as bases para a construção de um Estado democrático de direito no país.

Todos esses cenários contaram com a presença da Igreja Católica. Nos campos da educação e da saúde, percebe-se que ela desempenhou um papel importante.⁷⁸ E ainda hoje, através de escolas, universidades e hospitais, a Igreja prossegue contribuindo nesses domínios, frequentemente se posicionando em questões sociais, tais como: pobreza, Direitos Humanos e meio ambiente. Ela pode advogar por políticas que promovam o desenvolvimento humano integral e a dignidade humana, pois estas tem sido, na atualidade a agenda do Vaticano. Em alguns países, se envolve mais diretamente em debates sobre legislação e políticas públicas relacionadas a questões morais e sociais, como aborto, contracepção, casamento e direitos da

⁷⁶ AMORIM, Carlos Roberto Cunha. *A igreja do Diabo: o catolicismo brasileiro no Golpe Militar de 1964*. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004, p. 14-15.

⁷⁷ Cf. ALVES, Márcio Moreira. *A igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

⁷⁸ Cf. DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixa da Holanda às montanhas de Minas: uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Universidade de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, 2006.

comunidade de Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer / Questionando, Intersexo, Assexuais / Arromânticas / Agênero, Pan / Pôli, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+).⁷⁹

Afora essas questões, a Igreja Católica deixou ainda uma marca indelével na arquitetura brasileira através das numerosas igrejas, catedrais e capelas construídas em todo o território do país. Além disso, a arte sacra, a exemplo de pinturas, esculturas e artefatos litúrgicos, contribui para a rica herança cultural brasileira. Apesar disso, ela tem enfrentado desafios, como a crescente diversidade religiosa e a diminuição da participação religiosa, especialmente entre os mais jovens, sem falar que está sujeita a críticas, incluindo situações relacionadas à transparência, às denúncias de abusos sexuais e mudanças na sociedade que podem entrar em conflito com seus ensinamentos tradicionais. Mesmo assim, as festas religiosas continuam bem fortes, a depender da região. Por exemplo, celebrações como a Semana Santa, o Dia de Nossa Senhora Aparecida (padroeira do Brasil) e festas de santos são amplamente observadas em todo o país. No Pará, o Círio de Nazaré exerce poderosa relação com a cultura popular paraense. Esses são, portanto, alguns elementos meritórios de destaque na relação da Igreja Católica com a sociedade brasileira ao longo dos séculos até a atualidade.⁸⁰

Dáí seu papel na construção do sentimento de brasilidade – e isso desde a hora zero, uma vez que Pero Vaz de Caminha, homem profundamente religioso, logo em sua carta inicial após alcançar o que hoje chamamos Brasil, começa a descrever suas terras e gentes que, para muitos estudiosos, corresponde ao registro primeiro do nascimento de nossa identidade, ainda que o escrito inicial também represente apagamentos, pois ignorou o nome Pindorama que era dado pelos nativos para o território.⁸¹

Nesse processo de apropriações e violências, físicas e simbólicas, tudo foi sendo transformado. Na reconfiguração social que então se desenhava, novas formas de pertencimento foram aflorando, mas todas relacionadas a fatores como História, língua, religião... Assim, o conjunto de indivíduos que compartilharam esses mesmos elementos forjaram uma imagem coletiva, cuja expressão mais nítida se verificou no período contemporâneo (séculos XIX e XX), por intermédio daquilo que chamamos nação, sendo que o caso brasileiro é um exemplo inequívoco desses constrangimentos sociais, entre identidades e enquadramentos.⁸²

⁷⁹ Cf. GONÇALVES, Alonso. Uma Pastoral Integral, Igreja-cidade: em diálogo a eclesiologia de Jurgem Moltmann e a pastoral de José Comblin. *Protestantismo em Revista*, São Leopoldo, v. 19, p. 93-101, maio./ago. 2009.

⁸⁰ Cf. GIANASTACIO, Vanderlei. *Responsabilidade social, serviço e cidadania à luz da Igreja primitiva*. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2012.

⁸¹ Cf. BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

⁸² Cf. COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1999.

Fortemente inserida na sociedade, a Igreja permanece hoje, independentemente da crença de uns e outros, como legado do país, mesmo patrimonializada. Ora, sabe-se que o conceito de *patrimônio* é vasto e multifacetado, envolvendo aspectos materiais e imateriais que constituem a herança de uma comunidade ou nação. A discussão sobre o que é considerado enquanto tal e como ele deve ser preservado é um tema central para as Ciências Humanas e Sociais, especialmente à luz das mudanças do mundo contemporâneo. Para alguns, trata-se de um organismo em constante evolução e para o qual importa uma série de fatores, incluindo, por óbvio, o cenário histórico, os valores culturais e as políticas públicas de preservação.

Nesse sentido, o patrimônio não é apenas um conjunto de objetos ou locais protegidos por seu valor temporal ou estético, mas também uma manifestação viva da memória coletiva de um povo. Essa visão ressalta a importância de o considerar não como um arquivo estático do passado e sim um processo dinâmico que envolve a seleção e a (re)interpretação contínua. Fixando-se dessa forma ainda no período Moderno, sua aceção inicial se referia aos bens tangíveis, ampliando-se nas últimas décadas. A valorização desse tipo de patrimônio visa a aspectos da vida social e cultural não contemplados pelas concepções mais tradicionais de patrimônio, rompendo com a perspectiva que o pensava apenas como edificações e monumentos históricos, passando a abarcar todo o fazer humano, de todas as posições sociais.⁸³

Tal ampliação, somada à preocupação em conservar o patrimônio pode ser identificada na criação de órgãos específicos, mediante decretos, constituições que tem surgido ao longo do tempo. Exemplo máximo disso é a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1945 que, no cenário do pós-Segunda Guerra Mundial, preocupada com a destruição que o passado recente da Europa dava mostras, tentou regular essas questões em todo o planeta. Daí que, em 1954, na cidade de Haia, na Holanda, apoiou a confederação para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado. Década e meia depois, no ano de 1972, na capital francesa (sede do órgão), promoveu a Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, seguido da recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, em 1989, criando ainda a Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade, em 2001, entre outras ações.

Ora, o patrimônio é um elemento essencial para a construção de identidades e para a valorização da diversidade cultural de uma dada sociedade. Sua notoriedade no Brasil começou a se consolidar no início do século XX, em um momento de busca pela construção da

⁸³ VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. *Métis: história & cultura*, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008, p. 16.

nacionalidade. Neste sentido, bem antes da existência da Unesco, tivemos no país a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN – mais tarde “Instituto” – IPHAN) em 1937, sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que marcou um ponto de inflexão na política de preservação cultural no país. Hoje, aliás, o órgão define a matéria como “práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.⁸⁴ A iniciativa buscava, inicialmente, proteger os bens culturais de importância histórica e artística, sobretudo aqueles ligados ao período Colonial e ao chamado Barroco mineiro, que eram vistos como representativos da identidade nacional brasileira.

Nos anos seguintes, o conceito de patrimônio no Brasil se aprimorou – acompanhando os debates internacionais dos quais tomou parte – para incluir não apenas monumentos e edificações, mas também uma gama mais ampla de expressões culturais. Com o advento da Constituição e sua promulgação, em 1988, o patrimônio começou a ser definido e entendido de forma abrangente, incluindo os bens de natureza material e imaterial, que são tomados como referências de identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade.⁸⁵

A preservação, no entanto, enfrenta uma série de desafios no país. Um dos principais é a falta de recursos financeiros e infraestrutura adequada para a conservação dos bens tombados. Muitas vezes, os sítios históricos, monumentos e coleções museológicas sofrem com o abandono e a falta de manutenção, o que pode levar à deterioração e, em casos extremos, à perda irreparável de partes significativas da história nacional. Além disso, tais processos de salvaguarda enfrentam barreiras políticas e institucionais, já que as ações de organismos reguladores são frequentemente afetadas por mudanças de governo que podem levar à descontinuidade de projetos e ao desmantelamento de órgãos de proteção. O caso do Museu Nacional, que sofreu um incêndio devastador em 2018, é um exemplo trágico disso.⁸⁶

Outro desafio significativo é a inclusão e a valorização das culturas indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos minoritários dentro da política de preservação do patrimônio. Historicamente, a ênfase da preservação no Brasil esteve voltada para os bens culturais associados às elites coloniais e imperiais, enquanto as expressões dos povos originários e das

⁸⁴ Cf. INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <iphan.gov.br>. Acesso em: 2 set. 2024.

⁸⁵ CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Brasília: Congresso Nacional, 1988, p. 126-127.

⁸⁶ Cf. UM RETRATO do descaso com a cultura e a pesquisa no Brasil. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/especialistas-da-usp-avaliam-perda-com-incendio-do-museu-nacional>>. Acesso em: 2 set. 2024.

comunidades afrodescendentes eram marginalizadas. No entanto, nos últimos anos, houve um movimento crescente para reconhecer tais culturas como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro. Para tanto, muito contribuiu a noção de *lugares de memória* que, ancorada em locais específicos, sejam eles físicos ou simbólicos, atuam como pontos de referência na construção da memória social.

Ademais, eles emergem particularmente em momentos de crises ou transformações, quando a continuidade da tradição é ameaçada e há uma necessidade de reforçar as identidades coletivas através de lembranças. Tais espaços podem ser monumentos, praças, museus, arquivos ou até mesmo espaços menos tangíveis, como práticas culturais ou eventos históricos ou tradicionais significativos. O que caracteriza um *lugar de memória* é sua capacidade de encapsular um significado que é reconhecido e compartilhado por uma comunidade. Sua criação é, assim, uma resposta às necessidades de cada época, refletindo as tensões entre o passado e o presente, bem como entre a memória coletiva e o esquecimento.⁸⁷

Outra reflexão importante é explorar a relação intrínseca entre *memória* e *identidade*. A primeira funciona como um meio para afirmar a continuidade e a coesão de um grupo ao longo do tempo. Dada a sua natureza seletiva, algumas questões são celebradas, enquanto outras são esquecidas ou até mesmo suprimidas. Sua interação com a *identidade social* é, portanto, complexa e multifacetada.⁸⁸ No tocante ao patrimônio cultural isso significa que a escolha do que preservar e comemorar é também uma escolha de narrativas. Assim, ao conectar os conceitos discutidos até aqui, ou seja, *patrimônio*, *memória* e *identidade*, nota-se que eles estão profundamente interligados, pois se encontram e se reforçam mutuamente.

Em suma, o patrimônio não é um conceito estático, mas uma construção social que está em constante mudança. Ele é moldado pelas memórias coletivas e pelas identidades sociais que se entrelaçam ao longo do tempo, refletindo as complexas interações entre o hoje e o ontem, entre a lembrança e o esquecimento. Compreendê-lo, portanto, consiste em observar sua dinâmica constitutiva como um processo dinâmico que permita reconhecer sua importância não apenas como um meio de preservação de aspectos e artefatos do passado, mas também como uma ferramenta vital para a salvaguarda e a afirmação de identidades no presente.

No caso do estado do Pará, região de maior interesse da presente pesquisa, essas interconexões se destacam pela diversidade cultural e pela forma como a população paraense

⁸⁷ Cf. NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto história: história e cultura*, n. 10. São Paulo: Educ, 1993.

⁸⁸ Cf. POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul./dez. 1992.

preserva e transforma suas tradições. Nesta rica parte do país, a memória coletiva está intimamente ligada às culturas indígenas, afro-brasileiras e europeias, que se misturam para formar uma identidade rica e multifacetada. Festas populares, como o Círio de Nazaré, que ocorre anualmente em Belém e em outras cidades paraenses, são exemplos de como a memória e a tradição continuam a ser celebradas e reconfiguradas.⁸⁹

Neste cenário, o patrimônio não se restringe apenas às edificações históricas, como o Forte do Castelo e o Mercado Ver-o-Peso, mas também abrange manifestações culturais como a música, o artesanato, a culinária e os saberes tradicionais. A dança / música do Carimbó, por exemplo, declarada Patrimônio Cultural Imaterial pelo IPHAN, é uma expressão artística que reflete a confluência de práticas indígenas, africanas e lusitanas na cultura paraense.⁹⁰

No município de Capanema acontece anualmente, na quinta-feira após o domingo da Santíssima Trindade, uma das mais importantes manifestações culturais do estado: a festividade de *Corpus Christi*. A data é móvel, de acordo com o calendário cristão. Realizada pela Igreja Católica e tendo origem europeia, a procissão adquiriu aspectos locais como a ornamentação com tapetes de serragem colorida e apresentação de grupos de Carimbó.⁹¹

Essas manifestações estão diretamente ligadas à memória coletiva do povo paraense e constituem uma forma de resistência da tradição, preservando elementos identitários que resistem à globalização e à homogeneização cultural.⁹² Também é possível dizer que a identidade regional no Pará é marcada por uma forte ligação com o ambiente natural da Amazônia, bem como por uma mistura de culturas que remontam aos períodos pré-colonial e colonial. O rio Amazonas, as florestas tropicais e a biodiversidade desempenham papéis centrais na constituição dessas imagens compartilhadas socialmente.⁹³ A culinária paraense, por exemplo, é um reflexo direto dessa interação entre cultura e natureza. Pratos como o açaí, o tacacá e o pato no tucupi representam essa fusão entre os recursos naturais da região e as tradições culturais que foram desenvolvidas ao longo dos séculos.

⁸⁹ Cf. OLIVEIRA, Aiana Cristina Pantoja de. Oliveira. Identidade, memória e patrimônio em Pará, capital: Belém, de Aroldo Maranhão. In: ANAIS do XV ABRALIC: *experiências literárias textuais contemporâneas*, p. 4818-4829, 2022.

⁹⁰ Cf. INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Carimbó é Patrimônio Cultural do Brasil*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias>>. Acesso em: 5 set. 2024.

⁹¹ SECRETARIA de Cultura do Pará. *Caderno de Educação Patrimonial*, Governo do Pará, p. 10-11.

⁹² Cf. SANTOS, L. R. Patrimônio cultural no Pará: desafios e perspectivas. *Cadernos de Cultura e Sociedade*, v. 8, n. 1, p. 45-62, 2021.

⁹³ Cf. TOLEDO, E. A. Amazônia e identidade paraense. *Estudos sobre a Cultura Amazônica*, v. 10, n. 3, p. 78-95, 2019.

A mandioca, base indispensável do sóbrio cardápio indígena, da qual se obtinha a farinha torradinha, que substituiu, logo, o pão difícil, iriam buscá-la à aldeia do catequista, onde o íncola vivia em servilismo. Com efeito, a maniçoba, verdadeiro “*best-seller* da cozinha autóctone, era acepipe modestíssimo. Lembrava o quimbobó do preto, única iguaria comedida da copa africana. [...] a cozinheira negra transformou a maniçoba na famosa sopa de pedras. Abarrotou-a, atulhou-a de tudo quanto foi produto da panela de além-mar”.⁹⁴

Além disso, a literatura, o folclore e a música da região também exercem forte atividade na configuração de representações de pertencimento. Escritores como Dalcídio Jurandir e Bruno de Menezes retratam a vida amazônica em suas narrativas, conectando a experiência individual à memória coletiva da região.⁹⁵ Logo, as manifestações culturais e as práticas de preservação do patrimônio refletem um esforço contínuo de valorização das tradições e da História, sendo fundamentais para a construção de uma identidade única e diversa. Tudo isso, porém, concentra-se, sobretudo, em Belém e as cidades circunvizinhas. Algo diverso se passa com São Félix do Xingu, por exemplo. Daí a necessidade de lhe tomar como objeto de estudo.

Assim, a partir dessas considerações, entre o rio e a igreja, ou, como intitulamos, no curso do tempo e um pouco às margens da História, gostaria de refletir, sobre a Educação Patrimonial como um recurso que nos ajuda a colocar tais passados nos trilhos narrativos em prol de sua valorização junto ao Ensino de História. Isso porque corresponde a uma abordagem pedagógica que busca promover o conhecimento e a preservação dos legados histórico-culturais entre os educandos. Para muitos estudiosos, a Educação Patrimonial é mais do que ensinar sobre bens, materiais e imateriais de uma dada sociedade: trata-se de um processo formativo que visa engajar os estudantes na salvaguarda patrimonial, ajudando a promover uma relação ativa e crítica com a memória e a identidade.

A implementação dessa modalidade formativa por meio do Ensino de História pode ser feita de várias maneiras, integrando atividades práticas e teóricas que envolvem os alunos no processo de aprendizagem altamente eficazes no contexto escolar, tais como: visitas a museus e sítios arqueológicos / históricos, projetos de pesquisa e documentação, movimentos didáticos em prol da interdisciplinaridade, uso das chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), atividades de sensibilização e reflexão, entre outras.⁹⁶

⁹⁴ MARANHÃO, Haroldo. *Pará, capital*: Belém: memórias, pessoas e coisas da cidade. Belém: Supercorres, 2000, p. 279.

⁹⁵ Cf. JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*: literatura e cultura popular. Belém: Editora Pará, 1998.

⁹⁶ Cf. FIGUEIRA, Cristina Reis; MIRANDA, Lillian Lisboa. *Educação Patrimonial e o Ensino de História*: conceitos e práticas. São Paulo: Contexto, 2018.

No entanto, entre os principais desafios para a adoção dessas estratégias, estão a falta de formação específica dos professores para trabalhar com temas relativos ao patrimônio, bem como a escassez de recursos pedagógicos adequados e a necessidade da existência de uma maior articulação entre as escolas e as instituições dessa natureza. Por isso a importância de políticas públicas que incentivem a formação continuada dos educadores e o desenvolvimento de materiais didáticos que contemplem a diversidade cultural e histórica do Brasil. Além disso, é fundamental que as escolas estabeleçam tais parcerias, facilitando o acesso dos alunos a esses espaços.

Afinal, colaborações desta monta podem enriquecer o Ensino de História e promover uma compreensão mais ampla e inclusiva do patrimônio, respeitando e valorizando as múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira, em geral, e o conhecimento dos passados de São Félix do Xingu, em particular. Eis a proposta do capítulo seguinte, que se voltará aos usos de imagens e fotografias no Ensino de História, enfatizando a relação do rio e a igreja para narrar sobre a região e suas relações com o mundo.

Iniciativas como a Semana do Patrimônio, promovida por diversas instituições e organizações não governamentais, têm buscado envolver comunidades locais na preservação e valorização dessas heranças, promovendo uma maior conscientização sobre a importância da memória e da identidade cultural. Outro aspecto promissor é o uso das tecnologias. Projetos de digitalização de acervos, visitas virtuais a museus e monumentos, além da criação de bancos de dados *online* têm permitido que o patrimônio seja acessível a um público mais amplo e diverso. Finalmente, a crescente inclusão de comunidades locais e tradicionais nos processos de preservação e gestão patrimonial tem contribuído para uma abordagem mais inclusiva e participativa. Essas atitudes não apenas valorizam o conhecimento e as práticas culturais das localidades, mas também fortalecem a identidade e a coesão social das comunidades envolvidas. A ideia, aqui, consiste em refletir sobre a possibilidade de tomar os vestígios do passado de São Félix do Xingu, em suas relações com o rio e a igreja, tomando, cada qual, como patrimônio material e imaterial a ser registrado, catalogado, protegido e valorizado.

A presença da Igreja Católica no Estado do Pará está entrelaçada de maneira profunda com os processos históricos de colonização, formação social e organização política da região, sendo impossível dissociar sua atuação dos grandes acontecimentos que moldaram a identidade paraense desde o período colonial. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, especialmente durante a vigência do regime colonial português, a Igreja não apenas se fez presente, mas assumiu protagonismo nas dinâmicas territoriais e culturais da Amazônia. Sua missão ultrapassava os

limites da evangelização: era também um agente de controle social, de aculturação e de imposição de uma nova ordem simbólica que articulava o sagrado com o poder régio.

Segundo as análises de Paula Julião da Silva, é notório que, durante o período colonial, a ação da Igreja se dava, sobretudo, por meio das ordens religiosas, destacando-se os inacianos – os jesuítas –, cuja atuação foi determinante na interiorização da fé cristã e na organização de aldeamentos indígenas. Esses religiosos se estabeleceram em pontos estratégicos do território amazônico e, com base em uma lógica missionária, dedicaram-se à catequese, à aprendizagem das línguas nativas e à tradução da doutrina cristã para os povos originários. Dessa forma, contribuíram tanto para a cristianização quanto para a construção de um novo repertório cultural no qual elementos europeus e indígenas se encontravam, muitas vezes de maneira conflituosa.⁹⁷

A Igreja Católica, nesse contexto, ocupava um lugar de mediação entre os interesses da Coroa portuguesa e a resistência das populações indígenas. Ao mesmo tempo em que atuava como ferramenta do projeto colonizador, ela desempenhava um papel ambíguo de defensora dos direitos dos nativos contra abusos cometidos por colonos. Os registros revelam que muitos missionários contestaram práticas violentas, denunciaram maus-tratos e propuseram formas alternativas de convivência, e subordinadas à lógica cristã e ao modelo civilizatório europeu.

Durante o período imperial, a influência da Igreja se manteve vigorosa. Ela estava presente não só no campo espiritual, mas também na esfera da educação, da assistência social e da política local. Os padres eram figuras de prestígio, respeitados como conselheiros e muitas vezes associados ao poder das autoridades civis. A Igreja dirigia escolas, hospitais e as primeiras instituições de caridade, configurando-se como pilar da vida comunitária paraense. Suas paróquias e irmandades se tornaram centros de sociabilidade, lugares de encontro, devoção e organização popular.

No interior do Pará, particularmente nas regiões ribeirinhas e aldeadas, a atuação missionária prosseguiu por todo o século XIX, mantendo vivas as estruturas herdadas do período colonial, como as festas religiosas, o ensino doutrinário e a organização das práticas de fé em torno dos santos padroeiros. A Igreja, assim, não apenas disseminou os preceitos do cristianismo, mas ajudou a tecer os fios de uma cultura religiosa sincrética que se mantém até os dias atuais, expressando-se nas romarias, promessas, ladainhas e procissões tão características da religiosidade popular paraense.

⁹⁷ Cf. SILVA, Paulo Julião da. *A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a era Vargas*. Porto Alegre: Ed.FURG, 2012.

Desse modo, é possível afirmar que a Igreja Católica no Pará se constituiu como um dos principais agentes históricos da conformação da sociedade local. A sua atuação, iniciada com os desígnios missionários do império português e fortalecida ao longo do Império brasileiro, deixou marcas indeléveis na vida política, na configuração das cidades, na língua, nas crenças e nos modos de ser do povo paraense. Seu legado é complexo e ambíguo, marcado por momentos de imposição, mas também de diálogo, por tensões e por aproximações com os sujeitos amazônicos que, ao longo do tempo, também deixaram sua marca na forma como o catolicismo foi vivido e reinventado na região.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, marcou uma profunda reconfiguração do cenário político, social e religioso nas províncias do Império, incluindo a região amazônica e, particularmente, o território que hoje corresponde ao Estado do Pará. Esse acontecimento histórico, que transferiu o centro do poder colonial da metrópole para o continente americano, teve repercussões diretas na ampliação da presença institucional da Igreja Católica, que já exercia papel relevante desde os primórdios da colonização portuguesa.⁹⁸

Imagem 23 - Chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil (1808)



Fonte: pintura de Nicolas Louis Albert de La Riva, representando o desembarque da Família Real para o Brasil

⁹⁸ ALEJANDRO, Margotta. *O contexto histórico da chegada da família real portuguesa ao Brasil e a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*, 2023. Disponível em: <<https://www.oficinadohistoriador.org/2023/04/o-contexto-historico-da-chegada-da-familia-real-portuguesa-ao-brasil-e-a-criacao-do-reino-unido-de-portugal-brasil-e-algarves.html#:~:text=vez%20mais%20imminente,-,A%20chegada%20da%20fam%C3%ADlia%20real%20portuguesa%20ao%20Brasil%20em%201808,lideran%C3%A7a%20da%20dinastia%20de%20Bragan%C3%A7a>>. Acesso em: 10 maio. 2025.

A imagem acima, atribuída ao pintor francês Nicolas Louis Albert de La Riva, é uma importante representação visual que retrata um dos marcos fundadores do processo de reconfiguração política, econômica e cultural do Brasil: a transferência da Corte portuguesa para o território americano. Essa imagem, conservada no Arquivo Nacional (AN) do Brasil, é amplamente reproduzida e comentada em obras de referência, sendo considerada um documento iconográfico crucial para a compreensão do período joanino.

A cena mostra o momento do desembarque da Família Real no Rio de Janeiro, em 1808, em meio a um contexto de intensa movimentação social, marcado por carruagens, embarcações, soldados, religiosos e civis. A imagem reforça, simbolicamente, o caráter espetacular e performático dessa chegada, evidenciando tanto a comitiva real quanto a população local – em sua maioria representada de forma submissa ou reverente.

Visualmente, observa-se a tentativa de organizar um espaço urbano em formação: ao fundo, há construções que remetem à capital da colônia em transformação, enquanto no primeiro plano as figuras humanas e os elementos de transporte demonstram a transição entre o mundo europeu e o cenário tropical. As figuras da elite europeia – incluindo membros da Igreja – são retratadas com destaque, reforçando a articulação entre poder político, religioso e simbólico no processo de legitimação da nova sede do Império português.

A presença de religiosos, como se nota à direita da composição, indica a forte influência da Igreja Católica no momento da instalação da Corte, reafirmando seu papel como aliada do Estado / Monarquia e como responsável pela coesão moral e cultural da sociedade colonial. Essa aliança se intensificaria nas décadas seguintes, com a Igreja ocupando funções essenciais na educação, na moralização dos costumes e na legitimação do poder régio entre os habitantes. Além disso, o simbolismo da imagem permite refletir sobre o processo de *teatralização do poder*, como sugere Lília Moritz Schwarcz, em que o monarca e sua comitiva são elevados à condição de protagonistas heroicos, enquanto o povo aparece em condição de observador passivo ou servidor.⁹⁹ Essa representação ajuda a entender como se construiu uma narrativa visual de poder e obediência, que foi fundamental para justificar a autoridade real sobre um território distante e ainda pouco estruturado institucionalmente.

⁹⁹ Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

2.3. O poderio

Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, a Igreja Católica passou a desfrutar de maiores privilégios e reafirmou sua condição de aliada estratégica do Estado. No Pará, tal aliança se traduziu no fortalecimento de sua autoridade moral e administrativa sobre as comunidades locais. Segundo Silva, foi nesse contexto que a Igreja se consolidou como uma das instituições mais influentes da sociedade imperial, controlando vastos latifúndios, acumulando riquezas e aprofundando seu domínio sobre a educação formal por meio da fundação e manutenção de colégios e seminários religiosos.¹⁰⁰

A força da Igreja se expressava não apenas no púlpito, mas também nas estruturas de poder territorial. Paróquias e bispados tornaram-se centros de poder simbólico e político, exercendo papel de liderança nas vilas e cidades em formação. O clero, muitas vezes recrutado nas elites locais ou enviado diretamente da Europa, atuava como autoridade social, jurídica e espiritual, interferindo diretamente em questões cotidianas das populações locais – da celebração de batismos e casamentos à mediação de disputas de terras ou à aplicação de penas morais e sociais. No Pará, cuja realidade amazônica impunha desafios próprios de deslocamento e comunicação, a Igreja foi uma das poucas instituições capazes de organizar redes de presença contínua em comunidades isoladas, aldeias indígenas e vilarejos ribeirinhos, muitas vezes chegando aonde o poder civil não alcançava.

A expansão do poder eclesiástico também se manifestava na formação das elites locais. Através de suas escolas e conventos, a Igreja controlava os processos de alfabetização e instrução formal de grande parte da população branca e mestiça, garantindo que os valores cristãos e a moral católica fossem difundidos entre os jovens. Isso resultou em uma geração de lideranças políticas e sociais que se formaram sob a tutela e os princípios do clero, reproduzindo um modelo de sociedade fortemente hierarquizado, patriarcal e baseado em preceitos religiosos. O controle da educação permitiu à Igreja moldar, de forma duradoura, as formas de pensar, sentir e agir das populações paraenses. Nos colégios, ensinava-se não apenas gramática, aritmética ou latim, mas, sobretudo, a submissão às autoridades e a obediência aos dogmas católicos. Essa influência contribuiu para o reforço de uma ordem social estática, em que o papel da Igreja era percebido como natural e incontestável.

¹⁰⁰ Cf. SILVA, Paulo Julião da. *A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a era Vargas*. Porto Alegre: Ed.FURG, 2012.

A partir de 1808, portanto, com o novo arranjo político provocado pela instalação da Corte portuguesa no Brasil, a Igreja Católica intensificou sua presença e influência sobre os destinos da sociedade paraense, aprofundando seu papel de guardião da moral pública, educadora da juventude, mediadora dos conflitos e, não raramente, agente do próprio poder político. Sua presença nas estruturas sociais, culturais e educacionais do Pará se tornou ainda mais enraizada, deixando marcas que perduram até os dias de hoje.

Ao longo do século XIX, em meio aos diversos rearranjos políticos e sociais que caracterizaram o Brasil imperial, a Igreja Católica continuou exercendo uma presença marcante e decisiva na vida pública da província do Pará. Ainda que o Império brasileiro tenha buscado instituir um modelo de Estado centralizado e laico em suas formalidades, a Igreja seguiu atuando como um dos principais agentes de organização moral, simbólica e cultural da população paraense. A fé católica, disseminada em comunidades urbanas e ribeirinhas, continuava a ser um eixo estruturante das práticas sociais, das festividades populares, da educação e da moral pública. Mesmo diante de novos ventos que anunciavam transformações, a Igreja esforçou-se para conservar seu prestígio e seu poder de influência, especialmente no enfrentamento das mudanças impostas pelo Estado liberal em formação.

Foi nesse contexto que emergiram as reformas impulsionadas pelo movimento ultramontano, particularmente entre as décadas de 1850 e 1860, lideradas por bispos comprometidos com a doutrina de fortalecimento do poder papal e da centralização eclesiástica. Conforme analisa Joana Neves, esse esforço representou uma tentativa de *romanização* do catolicismo brasileiro, que consistia em reafirmar o vínculo direto com a Santa Sé e em limitar a autonomia dos poderes locais – inclusive do próprio Estado imperial, como já se disse – sobre os assuntos internos da Igreja.¹⁰¹ No Pará, tal movimento teve repercussões profundas, pois desafiava práticas anteriormente consolidadas, como o padroado régio, que concedia à monarquia poderes de nomeação e interferência em cargos eclesiásticos e assuntos religiosos.

Os bispos passaram a disciplinar festas religiosas, controlar a vida sacramental com maior rigor e fomentar o afastamento de costumes considerados desviantes da ortodoxia católica. Tratava-se de um processo que, ao mesmo tempo em que buscava purificar a fé, aprofundava os conflitos entre os representantes da Igreja e os segmentos da população que resistiam à imposição de normas externas.

¹⁰¹ Cf. NEVES, Joana. História Local e construções da identidade social. *Revista Saeculum*, João Pessoa, p. 13-27, n. 3, jan./dez. 1997.

A relação entre Igreja e Estado, embora mantida por um delicado pacto de conveniências, começou a apresentar fissuras importantes, particularmente após a promulgação da Lei de Terras de 1850. Essa legislação estabeleceu a necessidade de registro e compra legal das terras, rompendo com o antigo sistema de concessões e doações que beneficiara amplamente a Igreja ao longo dos séculos anteriores. Como observa Luciano Dutra Neto, a nova lei representou uma inflexão na dinâmica de poder, pois limitava significativamente o controle territorial exercido pelas instituições eclesiásticas. Igrejas, conventos, irmandades e ordens religiosas, que até então haviam usufruído de vastas extensões de terras em nome do serviço religioso e da assistência à população, passaram a ver sua base patrimonial ameaçada pelas novas regras do Estado imperial.¹⁰²

Esse embate territorial simbolizava algo mais profundo: a tentativa do Estado de secularizar o domínio sobre a terra e, por extensão, sobre os corpos e consciências. No Pará, onde a ocupação do território era fortemente mediada pela ação missionária e pelo estabelecimento de aldeamentos religiosos, essa mudança trouxe consequências diretas para a organização das comunidades e a influência eclesiástica nas áreas mais remotas. As tensões tornaram-se evidentes também nas disputas políticas, já que muitos líderes religiosos passaram a se posicionar de forma crítica diante de decisões governamentais que consideravam lesivas à missão espiritual da Igreja.

Mesmo diante dessas adversidades e do cerco crescente à sua autonomia institucional, a Igreja Católica no Pará manteve-se como força resiliente e estrategicamente adaptável. Continuou a exercer papel de orientação moral, de presença caritativa e de referência espiritual para populações diversas – das elites urbanas aos habitantes das florestas e rios. Ainda que não mais detentora de poderes absolutos, sua influência permaneceu viva, ressignificada pelas mudanças do tempo histórico e pelas lutas constantes para manter-se relevante num cenário de secularização progressiva.

No vasto e intrincado território amazônico, onde a geografia impunha dificuldades naturais à ocupação e à articulação política, a Igreja Católica desempenhou um papel singular na integração territorial e na construção de formas de organização social que possibilitaram a coesão de comunidades dispersas. Nesse cenário, em que o isolamento físico dos grupos humanos impunha desafios à presença efetiva do Estado, a Igreja ocupou espaços estratégicos que lhe permitiram consolidar-se como uma das instituições mais perenes e influentes na

¹⁰² Cf. DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixa da Holanda às montanhas de Minas: uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Universidade de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, 2006.

história regional do Pará. Essa presença se deu, principalmente, por meio da ação missionária, especialmente das ordens religiosas como os dominicanos, os mercedários e os franciscanos, que percorreram rios, trilhas e matas em nome da evangelização, mas também da estruturação de núcleos populacionais, da promoção da assistência social e da mediação de conflitos.

A presença de missionários em áreas distantes das sedes administrativas do Império foi crucial para a consolidação da influência eclesiástica em toda a extensão amazônica, incluindo o interior paraense. Essas missões não se limitavam ao ensino da doutrina cristã; elas atuavam como vetores da chamada civilização europeizada / ocidentalizada, no sentido proposto pelas elites colonizadoras, e funcionavam como instâncias organizadoras da vida cotidiana. Em muitos casos, as missões fundaram povoados, aldeamentos e vilas que mais tarde se tornariam municípios estruturados, com paróquias como núcleo irradiador da vida política e cultural local.

A atuação das missões dominicanas, em particular, deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de territorialização do sagrado, em que a presença da cruz e do altar significava também a marcação do espaço político e da soberania da fé católica. Os missionários, ao fixarem residências, igrejas, escolas e centros de catequese, acabavam promovendo uma forma de ocupação simbólica e material que favorecia o domínio cultural da Igreja sobre os povos indígenas e ribeirinhos. Essa presença se traduzia em práticas de batismo coletivo, ensino do português, imposição de calendários litúrgicos, transformação de rituais e reconfiguração das crenças tradicionais. A educação, nesse contexto, servia não apenas para ensinar a ler e escrever, mas para moldar subjetividades dentro do *ethos* católico-romano, com forte ênfase na obediência, disciplina e submissão aos desígnios divinos – interpretados pela autoridade clerical.

Mesmo diante das profundas transformações históricas que marcaram o Brasil a partir da segunda metade do século XIX, a Igreja Católica manteve sua centralidade na vida regional do Pará. Ao contrário de outras instituições que perderam força com a transição do Império para o novo regime republicano, ela soube reposicionar-se estrategicamente, assumindo ora um papel de resistência conservadora, ora de mediação política e cultural frente aos novos tempos.

Conforme enfatizam Silva e Neves, essa permanência como instituição formadora de identidades não se deu por acaso, mas por sua capacidade de adaptar-se às conjunturas locais, mantendo-se enraizada como referência moral, espiritual e cultural. Nos centros urbanos, preservou sua autoridade por meio das dioceses e paróquias; nas zonas rurais e ribeirinhas, manteve o vínculo comunitário através da atuação de missionários e agentes pastorais que

continuaram a percorrer os caminhos da floresta, levando a mensagem cristã e organizando a vida em torno do templo e das festas religiosas.¹⁰³

Nesse processo, a Igreja Católica não apenas sobreviveu aos projetos de modernização e laicização do Estado, mas soube manter-se relevante como mediadora simbólica entre o mundo terreno e o espiritual, entre o tradicional e o moderno, entre o Estado e o povo. Sua influência se perpetuou nas festas do Círio de Nazaré, nas devoções às santas e santos padroeiros, nos sinos que ecoam nas vilas, nos terços rezados à beira do rio e nas celebrações que reúnem comunidades inteiras. Ao longo do tempo, constituiu-se como uma força conservadora que, mesmo diante de desafios e rupturas históricas, permaneceu atuante na conformação de valores, práticas e formas de vida que ainda hoje constituem parte essencial da cultura paraense.

A presença da Igreja Católica no território de São Félix do Xingu, no Sul do Pará, representa um dos pilares fundamentais para a compreensão da História Local, especialmente no que se refere à formação social, cultural e espiritual da população da região. Desde os primeiros contatos com as frentes de colonização e ocupação do interior amazônico, a atuação da Igreja não se limitou à prática da fé, mas estendeu-se à organização das comunidades, à educação formal e informal, à mediação de conflitos e ao registro de práticas culturais e linguísticas dos povos originários.¹⁰⁴

Historicamente, a primeira capela foi construída na Ilhota no Rio Xingu em 1900, por iniciativa do coronel Tancredo Martins Jorge, marco que simboliza a fundação do povoado de São Félix do Xingu. A Igreja esteve presente desde então, acompanhando o desenvolvimento econômico e social da região, que inicialmente girava em torno do extrativismo da borracha e posteriormente da castanha-do-brasil e da agropecuária. A organização eclesial local passou por várias fases, destacando-se a criação da Prelazia do Xingu, em 1934, que teve papel importante na evangelização e na defesa dos direitos dos povos ribeirinhos e indígenas, mesmo diante das dificuldades da região. A Prelazia do Xingu, hoje Diocese de Altamira, tem uma atuação sinodal, participando ativamente dos movimentos sociais e projetos de

¹⁰³ Cf. SILVA, Paulo Julião da. *A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a era Vargas*. Porto Alegre: Ed.FURG, 2012; & NEVES, Joana. História Local e construções da identidade social. *Revista Saeculum*, João Pessoa, p. 13-27, n. 3, jan./dez. 1997.

¹⁰⁴ Cf. SANTOS, Sílvio Marques Sousa; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto. Um caminho sinodal: eclesiologia na Prelazia do Xingu e sua prática socioambiental. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 54, n. 2, p. 461-482, maio./ago. 2022.

desenvolvimento, além de promover uma Igreja comunitária, com forte presença nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).¹⁰⁵

Entre os elementos simbólicos de maior representatividade, destaca-se a figura de São Félix de Valois, escolhido como padroeiro da cidade. Sua devoção tornou-se referência espiritual e cultural para os habitantes, organizando o calendário de festas e romarias, reunindo diferentes segmentos sociais em torno de um culto que representa a memória coletiva, a identidade territorial e a resistência diante das adversidades. A imagem do padroeiro e suas festividades revelam a força da religiosidade popular como elemento de coesão e de continuidade histórica.

Mesmo diante das transformações aceleradas ocorridas no século XX e nas primeiras décadas do século XXI – incluindo a urbanização desordenada, o avanço do agronegócio, o desmatamento da floresta e os conflitos fundiários – a presença da Igreja Católica segue visível e atuante na vida cotidiana de São Félix do Xingu. Suas igrejas, centros comunitários, festas religiosas, ações sociais e mobilizações comunitárias seguem sendo espaços de escuta, acolhimento e resistência. A fé católica, muitas vezes vivida em diálogo com saberes tradicionais e com a diversidade cultural da Amazônia, permanece como um dos alicerces da memória viva e do pertencimento local.

A Igreja Católica não pode ser compreendida apenas como uma instituição religiosa em São Félix do Xingu. Ela deve ser vista como uma força histórica, cultural e política que ajudou a construir o tecido social da região, articulando práticas de fé com lutas por direitos, educação, preservação da cultura e organização comunitária. Sua atuação, longe de se restringir ao passado, continua a marcar o presente da cidade, integrando o imaginário coletivo e os valores que definem a identidade do povo xinguenense.

As análises do Capítulo 2 evidenciaram a centralidade da Igreja Católica na tessitura social, política e cultural do município, bem como os desafios contemporâneos de preservar e transmitir essa memória. A partir desse repertório, o Capítulo 3 desloca o eixo do debate para a prática pedagógica com imagens, entendidas como documentos históricos, operando a passagem do plano interpretativo para o didático: mobiliza fotografias, registros e depoimentos para articular fé, memória e patrimonialização no Ensino de História, inclusive na proposta de exposição Foto(grafia)s de uma certa Amazônia. Assim, o argumento avança do enquadramento

¹⁰⁵ Cf. SANTOS, Sílvio Marques Sousa; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto. Um caminho sinodal: eclesiologia na Prelazia do Xingu e sua prática socioambiental. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 54, n. 2, p. 461-482, maio./ago. 2022.

histórico-institucional para a operacionalização em sala de aula, ampliando o repertório de interpretações e fortalecendo a valorização da identidade local.

CAPÍTULO 3

USO DE IMAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA: Memória, fé e patrimonialização no município de São Félix

PA partir de agora, iremos apresentar o desenvolvimento do chamado *produto* final desta dissertação, as atividades didáticas que o envolveram ou que devem ser realizadas etc., em meio às reflexões com a bibliografia especializada, esforços de recolhimento de depoimentos orais e possibilidade de uma exposição fotográfica, Apêndice – *Foto(grafia)s de uma certa Amazônia*. Assim, de saída, convém salientar que, para Peter Burke, que avalia qual é o lugar que as imagens ocupam entre outros tipos de registros históricos, elas não devem ser consideradas simplesmente reflexões de suas épocas, mas extensões dos contextos sociais em que foram produzidas. Para ele, as fotografias, por exemplo, são ferramentas poderosas e podemos utilizá-las no Ensino de História, oferecendo uma janela visual para o passado que pode tornar a aprendizagem mais envolvente e significativa. Elas ajudam os educandos a observarem eventos históricos, desenvolver habilidades analíticas e estabelecer conexões emocionais com os períodos que estudam, fornecendo uma representação visual de eventos, pessoas e lugares históricos, tornando o passado mais tangível e acessível. Permitem ainda que os alunos vejam como eram as pessoas, as vestimentas, os ambientes e os objetos de um determinado período, enriquecendo a compreensão dos tempos idos. Elas ajudam os estudantes a estabelecerem conexões emocionais com as épocas que estudam, desenvolvendo habilidades críticas como observação, interpretação e avaliação, aprendendo a examinar detalhes, considerar o contexto e questionar a origem e a intenção por trás das imagens, aprimorando a capacidade de pensar criticamente sobre fontes visuais e suas implicações históricas.¹⁰⁶

As fotografias podem evocar emoções e criar uma conexão empática com o passado. Imagens de eventos significativos, tais como: guerras, protestos ou celebrações, permitem que os alunos sintam a gravidade ou a alegria desses momentos, ajudando-os a compreender melhor as experiências humanas no tempo. Muitas vezes elas são apontadas como retratações de uma realidade, como imagem fixa, no entanto, assim como o documento escrito, a iconografia necessita ser interpretada para que seja possível realizar sua leitura, buscando ir além da simples interpretação. Circe Bittencourt salienta que é “sempre necessário perguntar o que está sendo

¹⁰⁶ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2017, p. 37-41.

fotografado, a fim de compreender por que e para que, algumas fotografias foram feitas”. A historiadora afirma ainda a imperiosidade de se atentar à relevância da foto, que pode ser “sempre produzida com uma determinada intenção, [pois] existem objetos e há arbitrariedade na capacitação das imagens”.¹⁰⁷

3.1. Os registros

A História Local é uma ferramenta poderosa no Ensino de História, permitindo que os alunos conectem o passado à sua própria realidade de maneira significativa e tangível. Quando combinada com o uso de fotografias, ela pode ganhar ainda mais vida, proporcionando uma experiência de aprendizado visual e emotiva que enriquece a compreensão dos estudantes sobre o passado. Como já foi abordado, as fotos podem ser usadas como fontes em sala de aula. A primeira demanda é selecionar as que serão usadas. Marcos Lobato Martins pontua que “os professores de História, para levar às salas de aula a História Regional e Local terão que virar pesquisadores. Ensino e pesquisa, teoria e prática terão que ser definitivamente associados”.¹⁰⁸

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para a Educação Básica complementam, de acordo com a Resolução número 4, de 13 de julho de 2010, que

Cada sistema de ensino e estabelecimento escolar complementa a base nacional comum, prevendo o estudo das características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da comunidade escolar, perpassando todos os tempos e espaços curriculares constituintes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, independentemente do ciclo da vida no qual os sujeitos tenham acesso à escola.¹⁰⁹

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), por sua vez, reafirma explicitamente sobre a necessidade de enfatizar os aspectos regionais ao destacar que

Os estudos de História Local conduzem aos estudos de diferentes modos de viver no presente em outros tempos, que existem ou existiram no mesmo espaço. Nesse sentido, a proposta do estudo histórico é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais. As mudanças, as diferenças e

¹⁰⁷ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004, p. 367.

¹⁰⁸ MARTINS, Marcos. História Regional. In: PINSKI, Carla. *Novos tempos nas aulas de História*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 146.

¹⁰⁹ BRASIL, Resolução do Conselho Nacional de Educação, n. 4, de 10 e junho de 2010. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para a Educação Básica. Brasília: Ministério da Educação (MEC), 2013, p. 6.

semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais. Classificando-os como mais evoluídos ou atrasados.¹¹⁰

Portanto, a História Local é entendida como uma abordagem que vincula as particularidades do lugar e suas conexões com outros lugares. Para Joana Neves:

Da mesma forma que o passado e presente são interligados na produção do conhecimento, o geral e o local se articulam na construção da nossa visão de história. Cada local é sempre o recorte de uma realidade mãos amplas que o contextualiza e aquilo que se entende por geral, é o somatório de realidades locais que se relacionam por meio de processos mãos amplos e abrangentes.¹¹¹

Outrossim, o trabalho de História Local não deve simplesmente se limitar à História do poder localizado e das classes dominantes. Como apontam Cristina Aparecida Reis Figueira e Lília de Cássia Miranda Gioia, não se trata apenas de conhecer nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e a obra de antigos prefeitos e demais autoridades. É essencial permitir ao aluno uma prática educativa reflexiva e dinâmica que utilize sua própria experiência como ponto de partida para o desenvolvimento de sua identidade.¹¹²

Isto posto, convém frisar que, para o desenvolvimento do produto, após pesquisas em acervos particulares, *sites* oficiais e *blogs*, as fotografias serão expostas para que os educandos apontem as possibilidades, as mudanças e as permanências no local em que vivem. Nesse sentido, o professor pode recorrer ao uso de documentos para favorecer a introdução dos alunos nos métodos de trabalho do historiador, permitindo uma compreensão mais profunda e crítica da historiografia. A partir das fotografias, os discentes podem identificar o contexto das fotos de acordo com suas vivências e as narrativas dos mais velhos. Essa atividade é também um campo fértil para o trabalho sobre memória individual e coletiva. A análise dessas imagens permite perceber como suas próprias histórias se entrelaçam com a da comunidade, proporcionando uma compreensão mais rica e multifacetada dos processos tempo-espaciais.

As orientações de Cláudio Domingues são especialmente relevantes nesse contexto, pois destacam a importância de integrar as memórias individuais e coletivas no estudo da História Local. Esse enfoque não apenas valoriza a diversidade de experiências e perspectivas, mas também promove um sentimento de pertencimento e identidade entre os estudantes.¹¹³ Ao

¹¹⁰ BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): Ensino Fundamental, 3º e 4º Ciclos, História. Brasília: Ministério da Educação (MEC) / Secretaria de Ensino Fundamental (SEF), 1998, p. 52.

¹¹¹ NEVES, Joana. História Local e construções da identidade social. *Revista Saeculum*, João Pessoa, p. 13-27, n. 3, jan./dez. 1997, p. 22.

¹¹² Cf. FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis; GIOIA, Lília de Cássia Miranda de. *Educação patrimonial nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas*. São Paulo: Edições SM, 2012.

¹¹³ DOMINGUES, Cláudio. *O olhar de quem olha: cultura visual, arte e mediação na aula de História. O uso de imagem na construção do conhecimento histórico*. São Paulo: Unesp, 2006, p. 5.

reconhecerem as contribuições de seus familiares e vizinhos na formação de São Félix do Xingu, os alunos desenvolvem um respeito mais profundo pela história da sua comunidade.

Essa abordagem educativa, centrada na análise de fotografias e na reflexão sobre as experiências locais, contribui para o desenvolvimento de um entendimento mais profundo e crítico da História. Ela promove a valorização da diversidade cultural e a consciência das responsabilidades individuais e coletivas na preservação do patrimônio histórico e ambiental. Ao fomentar a análise crítica e a reflexão, os discentes são encorajados a desenvolver um senso de cidadania ativa e consciente, essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada. Além disso, as fotografias proporcionam uma conexão com debates mais amplos, presentes nos noticiários nacionais e internacionais. Elas trazem à tona temas como os projetos de integração da Amazônia durante os governos ditatoriais, que visavam desenvolver e proteger a região. Esse contexto histórico inclui a migração de pessoas de outras partes do Brasil, principalmente do Nordeste, como vimos, à procura de melhores condições de vida, fuga de secas etc., mas também do Sul e do Centro-Oeste, em busca de terras baratas, seguido da instalação de grandes empresas mineradoras e madeireiras.

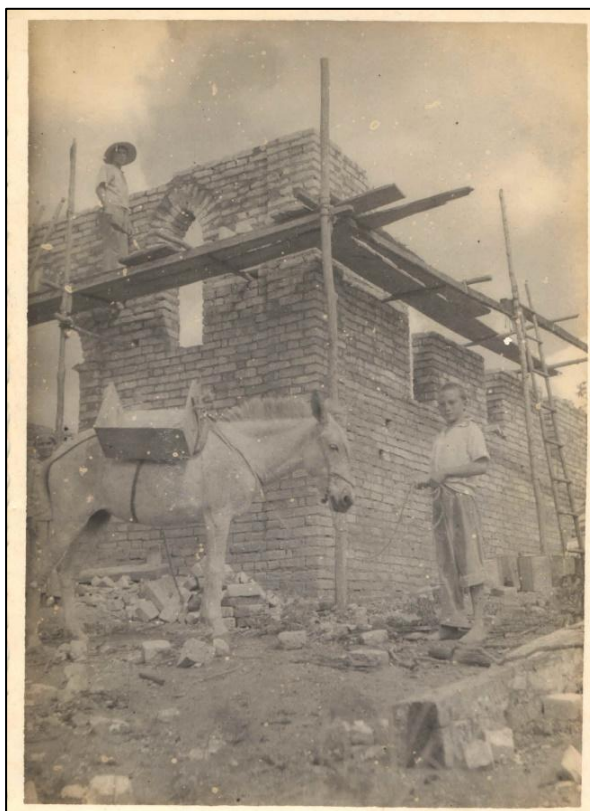
As imagens também permitem problematizar a disputa por terras, que alimenta a violência no campo e agrava os problemas ambientais e sociais. Discussões podem ser feitas sobre como essa exploração viola diversos acordos internacionais assinados pelo Brasil para a proteção da região amazônica. Os crimes ambientais, como queimadas, exploração ilegal de minérios, genocídio dos povos originários e assoreamento dos rios, colocaram a Amazônia em evidência no cenário internacional, culminando na escolha de Belém, capital paraense chave nesse território, como sede da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-30), neste ano de 2025. Portanto, ao trabalhar com fotografias, proporcionamos aos alunos uma compreensão mais abrangente e crítica da história e dos desafios atuais. Eles são encorajados a refletir sobre as consequências das ações humanas no meio ambiente e nas sociedades, desenvolvendo um senso de responsabilidade e engajamento cívico que é essencial para a construção de um futuro mais justo e sustentável. Para Domingos,

abordar os estudantes com a pergunta direta: o que você observa? Pode gerar um desconforto, pois nem sempre o que é claro para o mediador é claro para o estudante, assim ele pode se sentir pressionado, comprometendo o desenvolvimento da ação mediática. É preciso estar atento a estas questões para que o exercício não se torne uma atividade sem significação. Acredito ser mais prudente abordar o estudante com questões abertas do tipo: vamos conversar sobre essa imagem? Estas questões podem trazer o adolescente para perto do mediador, tirando a aura incisiva e inquisitorial de uma pergunta direta, dando a ação um clima mais amistoso e de parceria, o aluno não

se sente só, mas amparado pelo emprego do pronome em terceira pessoa: “vamos” ou “podemos”.¹¹⁴

Com efeito, a partir da pesquisa e da seleção das imagens que virão logo abaixo, pretende-se criar uma maior participação dos educandos. A intenção, aqui, consiste em mostrar as pessoas comuns como os sujeitos históricos, inseridos nesse processo, e destacar as descobertas de novos olhares. Discutir, ora as mudanças ora as permanências através dos registros fotográficos. Assim, para este trabalho foram selecionadas imagens que não caíssem nos vícios que Neves enfatiza, a exemplo do eventual destaque ao personalismo que, segundo a pesquisadora, seria uma versão doméstica da História oficial dos grandes homens.¹¹⁵

Fotografia 1 - Construção da Igreja Matriz de São Félix do Xingu 1937



Fonte: Acervo particular de Danilo Covre

A imagem retrata trabalhadores locais durante a construção da Igreja Matriz de São Félix do Xingu. Observa-se o uso de andaimes de madeira, tijolos aparentes e o transporte de materiais em burro de carga, evidenciando o caráter comunitário e manual da obra. Um dos

¹¹⁴ DOMINGUES, Cláudio. *O olhar de quem olha: cultura visual, arte e mediação na aula de História. O uso de imagem na construção do conhecimento histórico*. São Paulo: Unesp, 2006, p. 5.

¹¹⁵ Cf. NEVES, Joana. História Local e construções da identidade social. *Revista Saeculum*, João Pessoa, p. 13-27, n. 3, jan./dez. 1997.

sujeitos aparece com trajes simples e descalços, o que aponta para as condições humildes e o protagonismo de moradores comuns na edificação de símbolos religiosos.

Fotografia 2 - Conclusão da construção da Igreja Matriz de São Félix do Xingu 1938



Fonte: Acervo particular do Bispo Dom Erwin Kräuthner (sobrinho de Erich Kräuthner)

Nesta imagem, vemos um grupo de crianças portando ferramentas agrícolas (enxadas), diante da igreja já construída. A cena ilustra o envolvimento delas no cotidiano comunitário, não apenas na educação religiosa, mas possivelmente em ações de limpeza, cultivo ou participação em eventos sociais. Rompe-se aqui com a imagem passiva da infância, revelando sua atuação como força de trabalho e presença ativa na construção da coletividade no sistema de cooperação.

Fotografia 3 - Rodovia PA-279, abril de 1985, intrafegável



Fonte: Arquivo pessoal de Manoel Romão

A fotografia acima mostra um caminhão atolado em uma estrada de terra vermelha, ladeada por mata e lavoura. Homens acompanham o trajeto a pé. A precariedade da rodovia PA-279, em 1985, denuncia os desafios logísticos da região e como o isolamento impactava a mobilidade, o abastecimento e o acesso a serviços. A imagem valoriza o cotidiano da população diante de uma infraestrutura precária, rompendo com a visão de progresso uniforme.

Fotografia 4 - Ernane Gomes dos Santos 1967



Fonte: Acervo particular de Maria Eneida Batista dos Santos

Esta última imagem mostra uma residência simples de alvenaria, com três adultos e duas crianças na frente. Onças (eles falavam gatos) estão penduradas nas paredes, possivelmente como forma de mostrar o trabalho do dia. A imagem documenta práticas culturais e econômicas comuns no passado, como a caça para subsistência ou comércio. Essa vida cotidiana, marcada por ações hoje muitas vezes marginalizadas ou criminalizadas, ganha espaço na memória.

A escolha dessas fotografias não foi por acaso. A partir delas, problematizamos assuntos pertinentes que fazem parte das vivências e do cotidiano dos alunos, visto que muitos são filhos, sobrinhos, irmãos ou têm familiares que participaram diretamente na formação do município de São Félix do Xingu, seja nos aspectos político, econômico ou social, atuando como celebridades ou como trabalhadores braçais, tais como extrativistas, diaristas, empreiteiros “gatos” e outros. Nessa lógica, elas apresentam novas possibilidades de leitura e permitem traçar paralelos entre diferentes sociedades, levando os estudantes a refletirem sobre o tempo histórico, os aspectos sociais e culturais, bem como a atuação dos indivíduos e suas concepções nas diversas realidades e contextos sociais.

Ao utilizar essas imagens, podemos explorar como a História Local se entrelaça com as trajetórias dos educandos e suas famílias, oferecendo uma perspectiva mais rica e detalhada dos processos históricos. As fotografias não apenas ilustram eventos passados, mas também incentivam os alunos a compreenderem a continuidade e as mudanças ao longo do tempo, promovendo uma visão crítica sobre o desenvolvimento do município e sua relação com o restante do país. Além disso, ao discutir a participação dos familiares dos alunos na formação de São Félix do Xingu, destacamos a importância das histórias individuais e coletivas na construção da memória e da identidade. Isso reforça a ideia de que a História não é apenas composta por grandes eventos e figuras notáveis, mas também pelas experiências e contribuições de pessoas comuns.

Trabalhar com essas imagens permite, ainda, uma análise crítica dos processos de ocupação e desenvolvimento da região, abordando questões como a migração, o impacto ambiental, a exploração econômica e as transformações sociais. Os discentes são incentivados a questionar as narrativas tradicionais e a reconhecer as múltiplas vozes e perspectivas que compõem a história de sua comunidade. Essa abordagem educativa, centrada na análise de fotografias e na reflexão sobre as experiências locais, contribui para o desenvolvimento de um entendimento mais profundo e crítico do passado, promovendo a valorização da diversidade

cultural e a consciência das responsabilidades individuais e coletivas na preservação do patrimônio histórico e ambiental.

As fotografias 1, 2 e 3 por exemplo, que retratam a construção da Igreja Matriz de São Félix do Xingu, um dos principais marcos da cidade, servem como ponto de partida para discutir com os alunos os projetos de integração da Amazônia elaborados durante os governos ditatoriais, sob o lema *ocupar para não entregar*. Essa política tinha, em tese, como objetivo desenvolver e proteger a região contra a internacionalização, incentivando a migração de pessoas de outras partes do Brasil. No entanto, contraditoriamente, promoveu a instalação de grandes empresas mineradoras, como a Minerasul, ou madeireiras, como a Maginco, e ainda empresas como a Andrade Gutierrez, que foi responsável pelo projeto Tucumã.

Já nas fotografias 4, é possível problematizar a questão da disputa por terras, exploração ambiental que alimenta a violência no campo e agrava os problemas ambientais e sociais. Esse tipo de exploração não apenas viola diversos acordos internacionais assinados pelo Brasil para a proteção da Amazônia, mas também perpetua um ciclo de degradação ambiental e injustiça social. A discussão pode abordar como esses crimes ambientais, que incluem queimadas, exploração ilegal de minérios, caça predatória, genocídio dos povos originários e assoreamento dos rios, colocaram a Amazônia em evidência. Essa análise crítica das imagens permite contextualizar historicamente os eventos e explorar as consequências das políticas de ocupação e exploração amazônica. Ao conectar esses temas com questões contemporâneas, os alunos são incentivados a refletir sobre a importância da preservação ambiental e dos Direitos Humanos.

3.2. As oralidades

A escuta das memórias orais como fonte de investigação histórica possibilita o acesso a experiências e sentidos que escapam às narrativas oficiais. Como afirma Alessandro Portelli, o valor da História Oral não reside apenas na recuperação de fatos esquecidos, mas, sobretudo, na forma como os sujeitos lembram, interpretam e significam o vivido, revelando percepções subjetivas, afetivas e coletivas do passado.¹¹⁶ Neste sentido, convém buscar, por meio de entrevistas, as vozes de moradores de São Félix do Xingu que viveram ou herdaram as histórias da construção da igreja, da presença missionária, das relações com os povos indígenas, da atuação dos seringueiros etc.

¹¹⁶ Cf. PORTELLI, Alessandro (org.). *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios: ética, memória e acontecimentos na História Oral*. Lisboa: Edições UNIPOP, 2013.

No cruzamento entre memória, identidade e patrimônio, as falas registradas revelam práticas culturais, valores religiosos, formas de resistência e modos de vida que constituem o tecido social da comunidade xinguense. Como destaca Maria Luiza Sandoval Schmidt e Miguel Mahfoud, a memória coletiva é sempre construída em um quadro social, sendo simultaneamente individual e coletiva, e, portanto, fundamental para a constituição das identidades locais.¹¹⁷

Neste sentido, ao tratar o rio e a igreja não apenas como espaços físicos, mas como patrimônios de memória que guardam afetos, lutas e significados, o presente capítulo contribui para ampliar o repertório do Ensino de História, desafiando o currículo tradicional e promovendo uma educação patrimonial situada, sensível e crítica.¹¹⁸ Assim, propõe-se a valorização dos saberes orais como fontes e ricas para a construção do conhecimento histórico escolar. Daí a entrevista que realizei com o Bispo de Altamira (PA), Dom Erwin Kräuthner, que é sobrinho de Dom Erich (Eurico) Kräuthner, responsável pela construção da igreja.

O ponto de partida da elaboração destes elementos é a seguinte pergunta: como era o percurso de acesso à São Félix do Xingu antes da infraestrutura atual?

Fui lá nos anos 70. Agora acho que fui lá pelos primeiros tempos, pelos primeiros anos de 70, porque depois ele ficou cada vez mais debilitado e em 80 eu fui nomeado, em 80. / E ficou mais três anos aqui, depois foi para a Europa e morreu na Europa em 85.¹¹⁹

A fala do entrevistado rememora as viagens realizadas por um missionário católico que atuava na região, nos anos 1970, destacando as dificuldades do trajeto, a deterioração da saúde do missionário Dom Eurico Krauthner e seu retorno ao chamado Velho Continente. Mais do que um simples relato de deslocamento, a narrativa revela a dimensão simbólica e emocional da experiência, evidenciando o vínculo entre memória e território. Como destaca Portelli, a oralidade não apenas comunica fatos, mas também exprime interpretações, valores e afetos que envolvem a rememoração.¹²⁰ Nesse sentido, a menção ao esforço contínuo do missionário e à sua partida final para a Europa carrega uma dimensão de despedida e de legado espiritual. Trata-se de um percurso não apenas físico, mas também existencial e comunitário.

¹¹⁷ Cf. SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia Usp*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

¹¹⁸ Cf. CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. *Seminários DEP/FLUP*, v. 1, p. 16-35, 2020.

¹¹⁹ ENTREVISTA realizada com o Bispo Dom Erwin Kräuthner, em fevereiro de 2024, em Altamira (PA).

¹²⁰ Cf. PORTELLI, Alessandro (org.). *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios: ética, memória e acontecimentos na História Oral*. Lisboa: Edições UNIPOP, 2013.

A ausência de infraestrutura naquele período colocava o rio como principal meio de acesso – um dado que remete à centralidade dos cursos d’água na formação social e territorial da Amazônia. Segundo Márcia Chuva, o patrimônio cultural precisa ser compreendido a partir dos modos de vida e das experiências locais.¹²¹ Assim, o próprio trajeto dos missionários torna-se parte de uma memória coletiva que articula mobilidade, religiosidade e resistência.

Para Schmidt e Mahfoud, a memória coletiva não é apenas um depósito de lembranças, mas uma construção social continuamente reelaborada no tempo. Ao rememorar as viagens e a vida do missionário, o entrevistado contribui para manter vivo um passado partilhado, reafirmando a importância do rio como via de ligação e de sentido.¹²²

Conforme argumenta Peter Burke, o historiador que se aproxima da cultura popular deve estar atento às formas não tradicionais de transmissão do passado.¹²³ É nesse espírito que a História Oral se revela uma ferramenta metodológica potente, permitindo a escuta dos sujeitos esquecidos pela história oficial – como os missionários que, mesmo sem grandes monumentos, deixaram marcas profundas nos territórios em que passaram.

Ao perguntarmos como ele, Erwin, chegava em São Félix e qual percurso seguiram? A resposta foi a seguinte: “Sempre, saindo de Tucumã, a gente foi para São Félix. São Félix era sempre a mais importante, mas a última. / Tô triste, porque a gente conseguia ir em Ourilândia e depois de carro fomos até São Félix”.¹²⁴

Mas você não chegou a passar por aquela passagem antes do período de carro, não?

É a balsa, a picada. / Eu passei na balsa do Rio Fresco, antes de ter a ponte. / Mas a estrada não era reta como é agora. / Eu entrava depois de um certo quilômetro, entrava à esquerda e era muito mais comprida. / Agora não era picada, já podia andar. / Não era uma estrada normal. Mas a conexão com Altamira, a comunicação com Altamira, foi pelos barcos, pela lancha dos comerciantes. / Muito bom. / E depois que nós instalamos a radiofonia... / Foi melhor. Facilitou a comunicação.¹²⁵

Tais falas revelam uma experiência direta com a transformação da infraestrutura de acesso à São Félix do Xingu, apresentando uma perspectiva vivida sobre os modos de deslocamento e comunicação. O entrevistado rememora trajetos percorridos por picadas, balsas, barcos e, posteriormente, por estradas e radiofonias. Essa memória individual se conecta à

¹²¹ Cf. CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. *Seminários DEP/FLUP*, v. 1, p. 16-35, 2020.

¹²² Cf. SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia Usp*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

¹²³ Cf. BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusc, 2017.

¹²⁴ ENTREVISTA realizada com o Bispo Dom Erwin Kräutler, em fevereiro de 2024, em Altamira (PA).

¹²⁵ ENTREVISTA realizada com o Bispo Dom Erwin Kräutler, em fevereiro de 2024, em Altamira (PA).

memória coletiva do território, reforçando a ideia de que o espaço geográfico é também um espaço de construção social.¹²⁶ A lembrança de passagens por picadas e balsas evoca uma memória da precariedade e do isolamento inicial da região, contraposta à modernização trazida pelas estradas e pela comunicação via rádio.

A menção à “balsa do Rio Fresco antes da ponte” e às “lanchas dos comerciantes” insere elementos materiais e simbólicos no discurso do entrevistado. Segundo Chuva, o patrimônio cultural em perspectiva decolonial inclui essas práticas cotidianas e infraestruturas do passado como partes constituintes da história dos lugares.¹²⁷ Ou seja, não são apenas grandes eventos ou monumentos que definem a historicidade de um povo, mas também as experiências de travessia, de espera e de contato com o outro.

Além disso, a evocação da “picada” e da estrada “não normal” reforça a centralidade do percurso como uma experiência de construção identitária. Como observa Portelli, a História Oral não apenas registra fatos, mas transmite valores, impressões e afetos que dão sentido à memória.¹²⁸ O tom de tristeza ao recordar a mudança do percurso aponta para uma perda simbólica: o tempo das travessias difíceis era também o tempo das relações comunitárias mais intensas e das experiências formadoras. A lembrança da instalação da radiofonia como um marco positivo na comunicação reafirma o papel da tecnologia na reorganização do espaço e da memória.

Quando questionado sobre as populações originárias, a resposta foi interessante. Perguntamos precisamente: qual era o tipo de relação que havia entre a missão e os povos indígenas da região de São Félix do Xingu?

Ele, de fato, quer dizer, a missão dele sempre, ele queria, de fato, construir ou criar, fundar uma missão indígena, com os Kayapó, moda especial com os Kayapó, mas tiveram uma ideia no Carapaná, não sei se é acima da... Aí teria uma casa e ele se encontrou na Nova Orinda, hoje parece que é em Krokaxmor, na Krimet, naquele tempo chamavam acho que na Nova Orinda, e os nomes mudaram depois, teriam nomes indígenas, mas ele sempre queria e o relacionamento com os povos indígenas foi muito amistoso. Quer dizer, nada disso, porque a gente tem que verificar, os seringalistas moravam aqui em Altamira ou em Belém, e quem foi para os Altos Rios foram seringueiros, muitas vezes a maioria, a absoluta maioria deles eram nordestinos... São Félix então foram os soldados da borracha e os seringueiros, e os seringalistas foram enviados com seringais... Os indígenas, os Kayapó, eles eram, entre aspas, os donos dessa terra, e logicamente de repente foram invadidos nas suas

¹²⁶ Cf. SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia Usp*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

¹²⁷ Cf. CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. *Seminários DEP/FLUP*, v. 1, p. 16-35, 2020.

¹²⁸ Cf. PORTELLI, Alessandro (org.). *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios: ética, memória e acontecimentos na História Oral*. Lisboa: Edições UNIPOP, 2013.

áreas, e os índios reagiram... Uma certa época que se dizia “matar índio não traz cadeia”, tinham pintado matar índio e chamaram o índio que era caboclo, agora caboclo numa maneira muito depreciativa....Mas os Kayapó não se chamam Kayapó, eles são Mebêngôkre.¹²⁹

A fala do entrevistado revela uma sobreposição de memórias que envolvem tanto a intenção evangelizadora da missão católica quanto os conflitos históricos provocados pelo avanço da frente extrativista sobre os territórios indígenas. Há, por um lado, o esforço por parte da missão católica de fundar uma missão indígena entre os Kayapós (designação exógena dos Mebêngôkre), num contexto de *relacionamento amistoso*; por outro, é evidente a memória da violência sofrida pelos povos originários em decorrência da ocupação forçada e das políticas de interiorização da Amazônia.

Esse paradoxo entre o discurso missionário e a violência colonial é um dos principais pontos abordados por Márcia Chuva, que defende uma perspectiva decolonial do patrimônio cultural. Para ela, é preciso questionar os discursos legitimadores do “patrimônio civilizador” – como a atuação de missões religiosas –, os quais frequentemente ocultam a dominação simbólica e territorial imposta aos povos indígenas.¹³⁰ A fala que menciona que os *kayapós* “eram donos dessa terra” e que “foram invadidos” evidencia essa tensão entre presença missionária e espoliação territorial, embora não aponte diretamente a missão como agente de dominação, mas como parte de um processo mais amplo e complexo.

Ao mesmo tempo, a entrevista registra a designação autônoma dos indígenas como *mebengokrê*, indicando que os nomes atribuídos pelos não indígenas carregam significados pejorativos e não reconhecem a autoidentificação dos povos originários – uma crítica implícita à nomenclatura colonial e às estruturas simbólicas impostas. Isso remete às reflexões de Darcy Ribeiro sobre a etnogênese dos povos indígenas e a luta pela manutenção de suas identidades frente ao processo de integração forçada e apagamento cultural promovido pelo Estado brasileiro e seus representantes.¹³¹

Ademais, o deslocamento de nordestinos para a região amazônica – mencionados como *seringueiros* e *soldados da borracha* – configura parte da política de ocupação incentivada durante o ciclo econômico em tela, algo que compôs a formação de uma nova identidade paraense híbrida, marcada por tensões entre pertencimentos locais e territorializações forçadas.

¹²⁹ ENTREVISTA realizada com o Bispo Dom Erwin Kräuthner, em fevereiro de 2024, em Altamira (PA).

¹³⁰ Cf. CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. *Seminários DEP/FLUP*, v. 1, p. 16-35, 2020.

¹³¹ Cf. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2014.

A entrada desses migrantes acentuou os conflitos fundiários e culturais, o que amplia a complexidade das relações entre missionários, migrantes e indígenas.

Como o senhor lembra da época em que São Félix foi invadido pelos indígenas?

A invasão, isso também o Dom Eurico descreveu, eu acho que desse livro, se você ler de novo, o livro *Sangue nas pedras* e também um pouco de São Félix estava com muito medo. / a imagem de São Félix, foi colocado para proteger a cidade de São Félix do Xingu contra as invasões, invasões entre indígenas. / Eles é que estavam invadindo. Mas exatamente aqui, em toda parte, se falava de índio, eles diziam que não, acabou para o índio. / Os brancos se sentiam ameaçados constantemente.¹³²

A fala acima evidencia um processo de inversão narrativa comum em contextos coloniais e de fronteira: os indígenas, historicamente despojados de suas terras, passam a ser identificados como *invasores* por aqueles que ocuparam seus territórios originários. O entrevistado reconhece essa inversão ao apontar que *eles é que estavam invadindo*, referindo-se, na verdade, aos brancos, seringueiros, ou *indígenas s*, como responsáveis pelas invasões – mesmo que o discurso predominante os retratasse como vítimas das ações indígenas.

Essa construção de memória baseada no medo, na insegurança e na ideia de ameaça permanente corresponde ao que Portelli descreve como uma memória marcada por tensões entre experiência vivida e estrutura narrativa. Segundo Portelli, o valor da História Oral está justamente no fato de que ela não apenas registra fatos objetivos, mas sobretudo os sentidos atribuídos pelos sujeitos aos acontecimentos, revelando camadas subjetivas, afetivas e culturais do passado.¹³³ O medo dos brancos de uma *invasão* revela mais sobre a percepção social do conflito do que sobre o conflito em si.

A noção de que *acabou para o índio* também indica a tentativa histórica de apagamento dos povos indígenas, uma ideologia que pretendia justificar tanto as invasões quanto a violência estrutural contra essas populações. Tal apagamento é denunciado por Chuva em sua análise crítica ao processo de patrimonialização e às narrativas oficiais, que muitas vezes excluem os povos originários como sujeitos de direito e de memória.¹³⁴

Além disso, Ribeiro fornece elementos importantes para entender a raiz histórica desses conflitos. Ao analisar a formação do povo brasileiro, ele mostra como os processos de colonização sempre foram pautados por expropriação territorial, coerção cultural e

¹³² ENTREVISTA realizada com o Bispo Dom Erwin Kräuthner, em fevereiro de 2024, em Altamira (PA).

¹³³ Cf. PORTELLI, Alessandro (org.). *A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios: ética, memória e acontecimentos na História Oral*. Lisboa: Edições UNIPOP, 2013.

¹³⁴ Cf. CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. *Seminários DEP/FLUP*, v. 1, p. 16-35, 2020.

desestruturação dos modos de vida indígenas.¹³⁵ O medo do indígena que emerge na fala do entrevistado é, em parte, o reflexo de uma culpa histórica internalizada e de uma tentativa de legitimar a posse territorial por parte dos brancos.

Como era a situação dos seringueiros em São Félix naquela época?

O seringueiro era pobre, nunca saiu sem dívida, porque nunca viram acordo com dinheiro. / Trabalhava para comer, praticamente, vamos dizer. / Então ele foi para o barracão buscar o necessário para sobreviver e ficou devendo. / E ficou devendo e por isso nunca saiu da dívida, mas foi terrível. / Esses eram paupérrimos e os índios se sentiram ameaçados, porque índios vieram com arco e flecha e os outros já tinham o rifle, ou outro tipo de arma.¹³⁶

A fala do entrevistado revela com clareza o sistema de exploração que marcou a vida dos seringueiros no interior da Amazônia. O barracão – local de fornecimento de mantimentos e ferramentas – operava como uma estrutura de endividamento crônico, onde o seringueiro jamais quitava o que devia. Essa lógica de servidão por dívida é amplamente documentada por estudiosos que analisam as relações econômicas e sociais nos seringais da Amazônia.

Nesse contexto, a fala evidencia dois elementos centrais: a pobreza estrutural dos trabalhadores e o modelo de dependência econômica, onde o trabalho era trocado não por salário justo, mas por mercadorias vendidas a preços inflacionados. O entrevistado destaca que *trabalhava para comer*, ou seja, o seringueiro não acumulava capital nem rompia com o ciclo da pobreza, permanecendo preso ao sistema do barracão.

Além disso, a fala toca em outro ponto sensível: a tensão entre seringueiros e indígenas. Embora ambos sejam historicamente subalternizados, os indígenas aparecem como ameaça para os trabalhadores – mesmo quando os invasores eram os próprios seringueiros, portando armas como *rifle*, em contraste com as flechas dos povos originários. Tal percepção reforça a narrativa de medo e conflito nas fronteiras da expansão econômica, mas também escancara o processo de exclusão dos indígenas como sujeitos históricos.

A igreja teve algum papel de apoio social aos seringueiros nesse contexto?

Fraterna Ajuda Cristã, quem mais idealizou foi o Padre Federico. / Em São Félix, eu me lembro, era o Benedito, filho de Antônio Ribeiro... Instalamos, no tempo do Aracid Nunes, que era o governador, ele deu para nós licença, e nós instalamos uma rádio... / Nós tivemos diariamente contato com São Félix... / O Benedito sempre mandava recado para Edson Almeida, até tinha um formulário... / Esse Fraterno Auxílio Cristão, ajuda dava no mesmo, mas é fraterno auxílio cristão. / Então ele era, por assim dizer, o Benedito Ribeiro, que distribuía, às vezes distribuía, por preço de custo para pagar

¹³⁵ Cf. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2014.

¹³⁶ ENTREVISTA realizada com o Bispo Dom Erwin Kräutler, em fevereiro de 2024, em Altamira (PA).

o frete, praticamente de graça... / E exatamente os pobres seringueiros, de fato, recebiam isso regularmente.¹³⁷

A fala revela com nitidez o papel da Igreja como instituição que, para além de sua função espiritual, assumiu responsabilidades sociais de apoio às populações marginalizadas da região amazônica. Nesse caso, a assistência aos seringueiros pobres se materializa em ações concretas como a distribuição de alimentos, a criação de canais de comunicação (rádio) e a mediação de relações com o poder público. O entrevistado menciona a ação do Fraterno Auxílio Cristão, idealizado pelo Padre Federico e operacionalizado por agentes comunitários como Benedito Ribeiro. Tal prática evidencia o compromisso da Igreja com os princípios da solidariedade cristã, atuando como ponte entre pobres da floresta e esferas políticas e logísticas do Estado.

O fornecimento de produtos a preços simbólicos, e a organização de redes de comunicação via rádio, remetem a ações de resistência e cuidado em contextos de abandono estatal, muitas vezes conduzidas por sujeitos e instituições que reconhecem o valor da memória, da identidade local e da justiça social. Além disso, é possível ler essa atuação à luz das reflexões sobre a escrita da História voltada aos *esquecidos*. A Igreja, nesse cenário, agiu como mediadora da memória social, registrando e materializando práticas que, de outro modo, não entrariam na historiografia oficial.

Como o senhor percebe a atuação das mulheres frente ao projeto de Belo Monte?

Sempre as mulheres parecem que têm uma... / Eu acho que talvez os homens estejam mais ligados à parte financeira, de manutenção da casa, talvez... / Eu digo assim, a mulher é muito mais intuitiva, porque a mulher tem... / A gente não pode dizer assim este sentido, mas o que vi aqui, não é? / Que os homens, por exemplo, com Belo Monte, os homens, todo mundo feliz e alegre, vai chover dinheiro. Vamos ter empregos bem pagos, não sei o quê. / E eu fui contra e eu panei. / Hoje, o pessoal diz não me espera contra, me batem no ombro... / O senhor tem razão. / Tem razão, né? / As mulheres não. / As mulheres, desde o início, pensaram que isso não vai dar certo. E não deu. Tomaram a frente e intuíram. / É tanto que a liderança do movimento é da Dona Antônia Amélia. / Dona Antônia Amélia, minha comadre. / Dona Antônia Amélia, quando eu cheguei aqui, ela tinha 16 anos.¹³⁸

O registro expressa a centralidade das mulheres como figuras de resistência frente aos impactos socioambientais do projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Essa resistência, segundo ele, não surgiu de forma institucionalizada, mas pela intuição e leitura sensível da realidade que muitas mulheres da região demonstraram desde o início do processo de implantação da usina. Esse trecho confirma o que apontam Cynthia Mara Miranda e Milena

¹³⁷ ENTREVISTA realizada com o Bispo Dom Erwin Kräuthner, em fevereiro de 2024, em Altamira (PA).

¹³⁸ ENTREVISTA realizada com o Bispo Dom Erwin Kräuthner, em fevereiro de 2024, em Altamira (PA).

Fernandes Barroso que as mulheres amazônidas, historicamente invisibilizadas nos discursos oficiais sobre desenvolvimento, têm assumido papel ativo nas lutas socioambientais, especialmente na defesa do território, da água e da vida comunitária.¹³⁹ O destaque à figura de Dona Antônia Amélia exemplifica essa atuação local, onde a liderança feminina emerge não apenas da militância formal, mas da experiência cotidiana, da ancestralidade e da intuição como forma legítima de conhecimento.

3.3. A exposição

Assim, entrelaçando atividades de História Oral e coleta de imagens fotográficas antigas, podemos envolver os estudantes na valorização da sua identidade, memória, passados... Realizar uma exposição com fotos se configura como uma proposta educativa, patrimonial e estética voltada à valorização das histórias do município de São Félix do Xingu. Parte-se da compreensão de que a fotografia não é apenas um registro estático, mas um instrumento ativo na construção das identidades locais. Ao articular imagens e narrativas, busca-se evidenciar as múltiplas camadas que constituem o patrimônio cultural, natural e religioso da cidade, com vistas à formação crítica de estudantes e à valorização do pertencimento comunitário.

Nesse sentido, uma fotografia do rio Xingu ou da Igreja Matriz, exposta de forma ampliada, funcionará como símbolo maior da cidade, convocando o público a refletir sobre a relação entre espaço, memória e identidade. A importância do rio ultrapassa sua função geográfica: ele é, ao mesmo tempo, fonte de vida, meio de transporte, espaço simbólico e elemento estruturante da cultura local. Fotografias das margens, embarcações, crianças banhando-se, pescadores e comunidades ribeirinhas compõem um mosaico visual que permite pensar a paisagem como patrimônio vivo. Expô-las em grandes formatos e de forma sequenciada permite ao observador captar as transformações e continuidades na relação entre natureza e sociedade.

A Igreja Matriz, construída em 1938, não é apenas uma edificação, é uma presença simbólica e espiritual que moldou gerações. Seu papel como espaço de evangelização, ensino, encontros comunitários e celebrações religiosas a torna referência incontornável na constituição da identidade local. A ação da Igreja na formação de valores comunitários foi central em diversos contextos do interior brasileiro, sobretudo em territórios de fronteira, como o Xingu.

¹³⁹ Cf. MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. Mulheres na Amazônia. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n. 2, p. 1-12, 2023.

As imagens de festividades, procissões e rituais não apenas documentam eventos, mas também expressam a persistência da fé como resistência e memória.

A exposição, portanto, propõe-se como um olhar atento às mudanças sofridas pelo território: crescimento urbano, modernização das vias, substituição de casas de taipa por construções de alvenaria, mecanização do campo e avanço de políticas de infraestrutura. Fotografias comparativas (antes e depois) revelam que o cotidiano se reinventa na relação entre permanência e ruptura. Esse segmento convoca à reflexão sobre o desenvolvimento sustentável, a preservação de elementos identitários e o enfrentamento das ameaças à memória coletiva. As fotografias ganham ainda mais sentido quando acompanhadas de narrativas orais dos moradores mais antigos.

Logo, como já se disse, o patrimônio não se resume ao material, mas engloba práticas, saberes e modos de vida que se perpetuam por meio da memória e da imaginação social. Nesse sentido, a iniciativa torna-se não apenas uma ferramenta de Ensino de História, mas também um gesto de resistência cultural, ao inscrever no presente os vestígios de um passado que ainda pulsa nas narrativas, nos gestos e nas imagens de seu povo.

A exposição pode incluir encontros, debates e oficinas de fotografia com a comunidade local, fortalecendo o vínculo entre memória, patrimônio e educação. A ideia é que tal produção vá além de uma mostra estática, tornando-se um espaço de diálogo e resistência cultural.

Fotografia 5 - Primeira Capela de São Félix do Xingu 1936



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

A imagem retrata a segunda capela construída com taipa e cobertura de palha, destacando a simplicidade das estruturas religiosas nos primeiros momentos de formação do

povoado. Sendo a primeira construída na Ilhota no Rio Xingu em 1900 por determinação do Coronel Tancredo Martins Jorge. A presença de homens vestidos com roupas claras reforça um cenário de solenidade e devoção. Esta fotografia é um testemunho da fé e da organização comunitária em torno da religião, mesmo diante da precariedade dos recursos materiais.

Fotografia 6 - Padre Dom Erich Kräuther



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Nesta imagem, Dom Eurico (Erich) Kräuther aparece ao lado de crianças, possivelmente durante uma cerimônia religiosa, como a primeira comunhão. A postura das crianças, alinhadas em trajes brancos, remete à pureza e ao simbolismo católico da infância cristã. A atuação do padre é emblemática de sua função pastoral e educativa, sendo um personagem-chave na história da evangelização e da educação em São Félix do Xingu.

Fotografia 7 - Registro da Construção da Igreja de São Félix do Xingu 1937



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Esta fotografia registra um momento de esforço coletivo no qual mulheres e crianças transportam tijolos na cabeça, enquanto um homem carrega materiais em um grande cesto. A imagem evidencia a participação popular na construção do templo, indicando o protagonismo comunitário na edificação de um símbolo central da fé local.

Fotografia 8 - Frente externa da Igreja de São Félix do Xingu 1938



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

A fotografia mostra a fachada frontal da igreja já finalizada, com sua arquitetura simples, marcada por linhas retas, frontão triangular e uma pequena torre com sino. Essa imagem revela o desenvolvimento da infraestrutura religiosa e a consolidação da presença católica como eixo da vida social da cidade.

Fotografia 9 - Frente externa da Igreja de São Félix e escadaria 1981



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Esta fotografia, datada de dezembro de 1981, registra a pequena igreja erguida em posição elevada no centro de São Félix do Xingu. O templo, situado sobre um barranco de terra batida, destaca-se como símbolo de fé e ponto de encontro da comunidade, em um período em que a cidade ainda se estruturava. Ao redor, poucas construções, calçadas simples e a presença da vegetação ao fundo revelam a forte relação entre o espaço urbano nascente e a natureza amazônica. Mais do que um retrato religioso, a imagem preserva a memória da organização territorial e social do município.

Fotografia 10 - Igreja São Félix do Xingu, construída em 1982



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Nesta imagem, nota-se a elevação da igreja em relação ao solo, acessada por uma ampla escadaria de concreto. A posição elevada do templo representa, simbolicamente, a busca espiritual e a centralidade da fé na organização territorial da cidade. A composição visual remete à imponência do espaço sagrado diante da paisagem natural. A igreja foi construída em cima do Morro da Graça – anteriormente chamado de Morro do Bode –, em frente à praça que tem um “X” de Xingu, diante da pedra fundamental da cidade e dos encontros dos rios Fresco e Xingu, com visão privilegiada para observar a movimentação das embarcações que chegavam e partiam da região com pessoas e bens.

Fotografia 11 - Interior da Igreja Matriz inicial 1938



Fonte: Acervo da Igreja Católica de São Félix do Xingu

Esta fotografia interna mostra os fiéis em oração ou celebração. A luz natural atravessa os vitrais simples, revelando a atmosfera íntima e sagrada do espaço. As imagens religiosas nas paredes e os detalhes do altar reforçam o ambiente devocional e o papel da igreja como local de encontro espiritual e comunitário.

Fotografia 12 - 2ª versão da Igreja



Fonte: Acervo particular Dona Rita Ribeiro

Aqui, vê-se a igreja com reformas ou modificações estruturais visíveis, como o reboco, pintura e a adição de colunas laterais, o que demonstra a evolução arquitetônica e a manutenção do templo ao longo das décadas. As marcas de tempo e uso reforçam a longevidade e o valor simbólico da construção para a população local. Junto dessas mudanças encontra-se a nova porta, talhada, com a figura de um seringueiro e um indígena com arco e flecha. Isso representava os ciclos econômicos, a exemplo da caça e pesca, bem como a extração do *látex*.

Fotografia 13 - 2ª versão da Igreja



Fonte: Acervo da Igreja de Católica de São Félix do Xingu

A imagem acima retrata a segunda versão da Igreja Matriz, construída em alvenaria e finalizada em 1938, como registrado na fachada frontal. A edificação apresenta características arquitetônicas do período, com traços simples, mas simbólicos: arcos ogivais nas portas e janelas, sino no campanário e escadaria frontal elevada – uma composição que valoriza a verticalidade e a sacralidade do espaço. O desgaste nas paredes, visível pelas marcas do tempo, não enfraquece sua imponência. Ao contrário, reforça sua autenticidade histórica como testemunha da fé e da organização comunitária do povo de São Félix do Xingu. A igreja era mais que templo: era centro espiritual, social e político, um lugar de encontros, decisões e celebrações. A imagem permite refletir sobre o papel da religião como eixo estruturante da vida urbana e rural em muitas cidades amazônicas, principalmente na primeira metade do século XX, quando as igrejas católicas não apenas formavam o espírito religioso, mas educavam, alfabetizavam e politizavam.

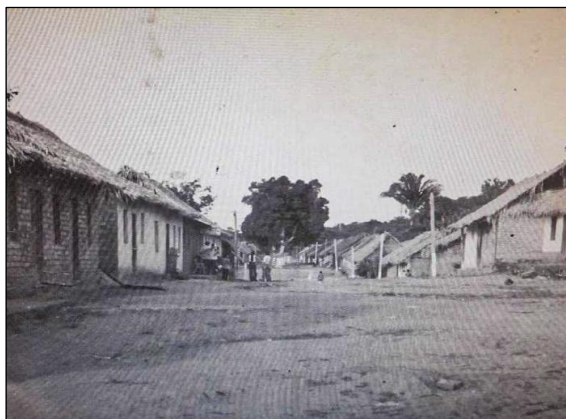
Fotografia 14 - Igreja Reformada 3ª versão



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

A foto acima aponta a fase atual da Igreja de São Félix. A mudança revela uma significativa revitalização estética e simbólica do templo, preservando seus traços originais como a torre e as janelas ogivais, mas com nova pintura, ampliação lateral e adição do sino externo. Essas transformações representam o cuidado contínuo com o patrimônio e sua importância viva na fé popular e na paisagem urbana local. Nota-se a substituição da porta talhada, perdendo dados importantes sobre a cidade, descaracterizando o passado da região.

Fotografia 15 - Avenida Antônio Marques Ribeiro, centro antes do incêndio 1972



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

A imagem mostra uma rua com casas de taipa e palha, alinhadas, simbolizando a organização do povoado nos primeiros tempos. O registro tem valor histórico ao retratar a antiga configuração urbana anterior ao grande incêndio que reconfigurou o centro da cidade. Essa memória visual permite refletir sobre o modo de vida simples, comunitário e resiliente da população pioneira de São Félix do Xingu.

Fotografia 16 - Ponto de Castanha Kandoka Rio Iriri



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

O registro retrata um grupo de crianças e adultos às margens do rio, próximo a uma casa de palha. A cena expressa a relação íntima entre os habitantes e o rio, que era fonte de vida, transporte e socialização. A presença das crianças brincando indica a natureza como espaço de infância e pertencimento.

Fotografia 17 - Beira-rio nas proximidades da Câmara Municipal e Praça Xingu 1977



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

A foto exhibe uma sequência de casas simples com cobertura de palha ao longo da margem do rio, reforçando a lógica de ocupação linear em torno dos cursos d'água. Este arranjo urbano dialoga com os modos de habitar tradicionais das comunidades amazônicas, cuja economia e sociabilidade giram em torno dos rios.

Fotografia 18 - Escola Carmina Gomes 1977



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Fotografia da antiga escola Carmina Gomes, com colunas na fachada e arquitetura funcionalista típica de meados do século XX. Este prédio representa um marco da institucionalização da educação pública no município e a valorização do Ensino de História como caminho para o desenvolvimento local. A escola, além de espaço de aprendizagem, era também centro de encontros comunitários e eventos cívicos.

Fotografia 19 - Antiga subsede da Prefeitura de São Félix do Xingu 1918



Fonte: Acervo Danilo Crove

A fotografia retrata a estrutura da governança de São Félix do Xingu, localizada na Rua Comandante Castilho, em Altamira. Expressa a relação de dependência político-administrativa que marcou os primeiros anos de São Félix enquanto ainda não possuía autonomia,

evidenciando a centralização das decisões e a ausência de estrutura no novo território. Tal vínculo é um reflexo das dinâmicas de ocupação da região amazônica. A subsede representava, portanto, uma instância do poder público atuando de maneira distante da população local, mas necessária à medida que São Félix se consolidava como um povoado em crescimento, à margem do rio Xingu. Além disso, registra os moradores em sua vivência cotidiana, simboliza também a transição de um espaço subordinado a Altamira para um município autônomo, processo que culminaria em 1962. A placa da faz referência à representação de São Félix em Altamira.

Fotografia 20 - Jeep da Prefeitura



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

A fotografia do Jeep antigo, utilizado pela prefeitura, é reveladora do início da motorização administrativa da cidade. Esses veículos foram símbolos de poder público e mobilidade em regiões de difícil acesso, como São Félix. Sua presença documenta o início da atuação mais institucionalizada da gestão municipal nas décadas de 1950-60.

Fotografia 21 - São Felona: meio de transporte entre São Félix e Altamira (1968-1972)



Fonte: Acervo Particular dona Rita Ribeiro

A embarcação retratada é o barco São Felona, repleto de passageiros, navegando pelo rio Xingu. Este era o principal meio de conexão entre São Félix e Altamira, revelando a

importância da hidrovia no cotidiano, na economia e no intercâmbio cultural da região. A imagem reforça a centralidade dos rios na formação e sobrevivência das cidades amazônicas.

Fotografia 22 - Câmara Municipal de São Félix do Xingu mandato do prefeito Raimundo Pinto de Mesquita 1976-1982



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

A sede da Câmara, com fachada simples e letreiro evidente, é símbolo da constituição da vida política institucional. Sua edificação marca o amadurecimento das estruturas de poder local e a transição de povoado para município, trazendo à tona a participação cidadã e os debates sobre o futuro da cidade.

Fotografia 23 - Centro comunitário nas imediações da antiga escola Marechal Rondon na Praça Xingu 1962



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

A foto apresenta uma edificação simples e funcional, com traços retangulares e fachada austera, típica das construções públicas da metade do século XX. O prédio, identificado como centro comunitário, estava localizado nas proximidades da antiga escola Marechal Rondon, na emblemática Praça Xingu – espaço central da vida pública e política de São Félix do Xingu. A estrutura abrigava reuniões, eventos sociais, culturais e, possivelmente, atividades vinculadas à educação informal, campanhas de saúde e mobilizações populares. Esse tipo de espaço era essencial para a organização comunitária em cidades do interior amazônico, funcionando como ponto de convergência entre moradores, líderes locais e autoridades.

A localização próxima à escola Marechal Rondon fortalece o papel educativo e cívico do centro comunitário. Ao lado do espaço escolar, o centro funcionava como extensão das atividades formativas e um ambiente de exercício da cidadania, promovendo encontros intergeracionais e construindo laços de pertencimento coletivo.

Fotografia 24 - Escola da Jardim da Infância Celeste (Hoje Jardim Celeste)1982



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

A construção simples, de alvenaria, representa os primeiros esforços de institucionalização da educação infantil no município. O prédio remete ao ideal de escolarização pública para a primeira infância, ainda com estrutura modesta, mas que simboliza o compromisso comunitário com o acesso à educação desde os anos iniciais.

Fotografia 25 - Entrada Principal da Escola Marechal Rondon em frente à praça Xingu 1962



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Com linhas retas e fachada funcionalista, a escola Marechal Rondon foi um marco na história educacional de São Félix do Xingu. Localizada em área central, sua presença reforçava a importância do espaço escolar como referência cívica e cultural, abrigando eventos e atividades pedagógicas que integravam a comunidade.

Fotografia 26 - Momento cívico na Praça Xingu 1980



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Esta composição fotográfica mostra um evento público com grande número de pessoas reunidas em formação cívica. O registro é relevante por representar o sentimento de coletividade e pertencimento à cidade. A praça, como espaço simbólico, foi palco de manifestações políticas, culturais e religiosas, fundamentais para o fortalecimento da identidade municipal.

Fotografia 27 - Igreja Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Acervo da Igreja católica de São Félix do Xingu

A igreja temporária, construída em madeira e zinco, revela a fé como elemento persistente e resiliente. Mesmo sem estrutura definitiva, a comunidade se reunia para vivenciar sua religiosidade. A imagem demonstra que, mais do que o edifício, o vínculo comunitário sustentava a espiritualidade local.

Fotografia 28 - Construção definitiva da Igreja Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Acervo da Igreja católica de São Félix do Xingu

A foto, mais recente, a cores, mostra o início da obra de alvenaria da igreja definitiva. A estrutura ainda em madeira e o formato das escoras revelam a complexidade do projeto, que demandou recursos, trabalho coletivo e persistência da comunidade. Representa um novo momento da fé local, com a consolidação física e simbólica da devoção Mariana.

Fotografia 29 - Construção da Igreja Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Acervo da Igreja católica de São Félix do Xingu

Nesta fase, a estrutura já está mais avançada, indicando o progresso da construção. O uso de técnicas modernas de engenharia e a presença de operários e máquinas evidenciam o envolvimento de múltiplos setores sociais na obra. A edificação transforma-se em patrimônio simbólico e religioso de toda a cidade.

Fotografia 30 - Incêndio na Rua Antônio Marques Ribeiro 1974



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

A imagem aérea em preto e branco mostra em detalhe o impacto de um incêndio ocorrido em São Félix do Xingu em 1974. É possível observar a destruição de diversas construções alinhadas ao longo da rua principal, com telhados e estruturas em colapso, enquanto a fumaça ainda se espalha pela paisagem. O fogo, de origem accidental, atingiu casas e estabelecimentos de madeira, revelando a vulnerabilidade da infraestrutura urbana da época, marcada por edificações frágeis e ruas de terra batida. O registro não apenas documenta a tragédia, mas também se constitui em memória coletiva da cidade, evidenciando os desafios enfrentados pela comunidade na preservação de seu espaço urbano e na reconstrução de suas vidas após o desastre.

Fotografia 31 - Reconstrução das casas na Rua Antônio Marques Ribeiro 1974



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira.

A imagem registra o processo de reconstrução do segundo quarteirão da rua da Igreja Matriz (atual Rua Antônio Marques Ribeiro), após o incêndio que destruiu 22 casas em São Félix do Xingu. No primeiro plano, observa-se o empilhamento de telhas de amianto, símbolo da transição arquitetônica do município, substituindo as antigas moradias de taipa cobertas com palha por construções de alvenaria mais resistentes. Ao fundo, fileiras de casas em edificação revelam o esforço de reerguer o espaço urbano.

Esse momento foi decisivo para a história administrativa local: sob a gestão do prefeito Edson Almeida, recursos foram angariados junto à capital do Estado, possibilitando a reconstrução das casas com o apoio ativo dos moradores. A fotografia, portanto, documenta não apenas a tragédia material e simbólica, mas também o processo de reorganização da vida pública e a busca coletiva pelo bem-estar da população.

Fotografia 32 - Chegada do primeiro motor adquirido pela prefeitura de São Félix do Xingu



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

A imagem em preto e branco retrata a chegada do motor gerador de energia elétrica a São Félix do Xingu, entre os anos de 1979 e 1982. Em primeiro plano, um trator transporta o equipamento, acompanhado pela atenção de crianças e adultos que observam o acontecimento, simbolizando a expectativa e o impacto da modernização no cotidiano da comunidade. Ao fundo, nota-se a arquitetura simples de casas de alvenaria com cobertura de palha, revelando o contraste entre a tradição local e a chegada da infraestrutura urbana.

Este registro marca um momento decisivo da história do município, quando o acesso à energia elétrica passou a transformar hábitos, impulsionar atividades econômicas e modificar a vida social, representando um marco de progresso para a população de São Félix do Xingu.

Fotografia 33 - Padre Dom Erich (Eurico) Kräuther na missão evangelizadora de São Félix do Xingu 1938



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

A presença do religioso junto a jovens e crianças retrata o papel central da Igreja Católica no processo de evangelização e formação moral da comunidade. Dom Eurico, figura emblemática, é lembrado por seu envolvimento com a educação e a espiritualidade local, sendo um dos pilares da história social e cultural do município.

Fotografia 34 - Ainda não identificada



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Apesar de não identificada, a imagem mostra uma família posando à margem do rio Xingu, vestida formalmente. A fotografia carrega valor afetivo e histórico, retratando os modos de vida, vestuário e o ambiente natural como pano de fundo da experiência cotidiana na Amazônia.

Fotografia 35 - A Sementinha do Saber



Foto tirada em 25/05/2022

A imagem mostra o prédio da Igreja Católica de São Félix do Xingu, que também funcionou como escola em determinado período. A construção simples, em alvenaria, com portas e janelas de madeira e telhado de barro, revela a arquitetura característica das primeiras edificações urbanas do município. Na parede frontal destaca-se um painel com a representação da Primeira Missa celebrada no Brasil, inserido como símbolo religioso e histórico. Essa imagem foi utilizada em alusão ao contato missionário com a tribo Assurini, ocorrido em 1971, marcando a presença da Igreja no processo de mediação cultural e social da região. O prédio constitui um marco da memória coletiva local, não apenas pelo seu papel religioso, mas também por ter abrigado atividades educativas, reforçando a importância da fé e da escola como instrumentos de formação comunitária em São Félix do Xingu.

Fotografia 36 - Registro de atividade religiosa na década de 1950



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Na imagem, a mulher de preto e Dona Edite Vieira da Silva e o rapaz que segura a cruz Agripino Vieira da Silva e outras jovens e mulheres ainda não identificadas aparecem diante da igreja, alguns segurando flores e um rapaz com uma cruz, sugerindo uma visita de cova de 7º dia de algum ente querido onde faziam orações e colocavam a cruz e flores no túmulo. O cenário religioso, o vestuário e o simbolismo dos objetos indicam práticas católicas profundamente enraizadas na cultura local. Esse tipo de celebração reforça o papel da igreja como núcleo espiritual e educativo da comunidade.

Fotografia 37 - Registro dos primeiros professores 1948



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

O casal Antônio Marques Ribeiro e Deusina Coelho Ribeiro com seus filhos Benedito Coelho Ribeiro a direita e a esquerda Félix Coelho Ribeiro. O casal atuava com professores voluntários inicialmente e depois Dona Deuzina passou a integrar o quadro de professores contratados pelo Estado. As crianças usam gorros com a letra “M”, possivelmente ligados a uma solenidade mariana, cívica ou educativa. A imagem é significativa por entrelaçar família, escola e igreja na formação de valores comunitários e identidade social.

Fotografia 38 - Ainda não identificada



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Essa fotografia reúne dezenas de pessoas – crianças, mulheres e homens – diante de uma construção de alvenaria simples com cobertura de palha. O número de crianças e a presença de adultos sugerem um evento escolar, religioso ou comunitário. Mesmo sem identificação precisa, destaca-se o espírito coletivo e a importância dos espaços compartilhados na vida cotidiana do município.

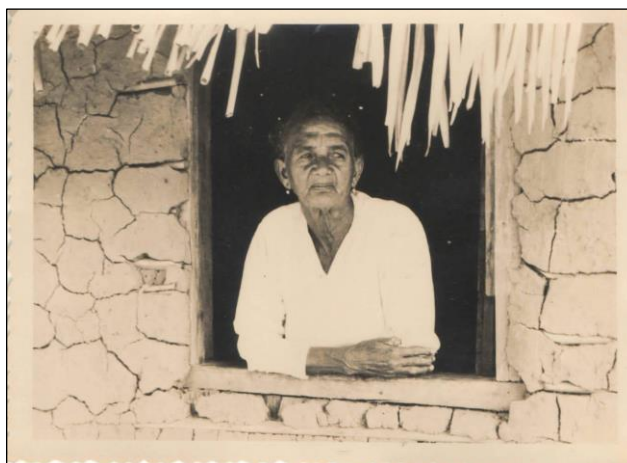
Fotografia 39 - Ainda não identificada



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

A imagem mostra crianças e jovens perfilados diante de uma casa com bandeira nacional, indicando um evento cívico, possivelmente uma comemoração do 7 de setembro. Essa prática era comum nas escolas do interior e reforça o papel da educação na formação do patriotismo e da consciência cidadã.

Fotografia 40 - Ainda não identificada



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Nesta imagem de forte carga simbólica, uma senhora idosa observa o exterior a partir da janela de sua casa de taipa com cobertura de palha. O retrato é um registro da ancestralidade local, da sabedoria popular e do papel das mulheres como guardiãs da memória e das tradições.

Portanto, as imagens não são apenas registros visuais: elas narram silenciosamente a construção coletiva de uma identidade local baseada na fé, na cooperação comunitária e no respeito pela memória. A exposição fotográfica, como produto pedagógico, possibilita que alunos e visitantes compreendam como os elementos religiosos e culturais contribuíram para a formação histórica e simbólica de São Félix do Xingu. Utilizar essas imagens em sala de aula favorece uma leitura crítica do passado e desperta a valorização do patrimônio histórico local. Esta foi, assim, a proposta de *atividade didática* para o Ensino de História que sugerimos aqui como produto desta dissertação, cuja ação pedagógica pode redundar na realização da exposição intitulada *Foto(grafia)s de uma certa Amazônia*, materializando a ideia do catálogo que se encontra no Apêndice seguinte. Com isso, esperamos ter cumprido o intento de fornecer materiais para os processos de aprendizagem que podem romper o espaço da sala de aula sem sair da escola.

CAPÍTULO 4 –

PRODUTO - FOTO-HISTÓRIAS DE SÃO FÉLIX DO XINGU: Caderno didático de história local para a Educação Básica (anos iniciais ao Ensino Médio)

Neste produto expressa-se o método central (imagem como fonte histórica): “Foto-histórias” sinaliza que a fotografia será lida criticamente como evidência histórica, com contextualização, crítica interna/externa e cotejo com outras fontes, como propõe Peter Burke ao tratar do uso de imagens na pesquisa histórica (Burke, 2017).

Alinha-se à BNCC (competências investigativas e múltiplas linguagens): o subtítulo deixa claro o público e a finalidade didática e dialoga com a BNCC, que orienta o trabalho com diferentes linguagens (visual, oral, escrita) e com investigação de fontes para analisar permanências e mudanças no tempo. (Brasil, 2017).

Centraliza o território e a educação patrimonial: nomear São Félix do Xingu no título reforça o enfoque em História Local e o princípio de que comunidades reconhecem, interpretam e se apropriam criticamente de seus bens culturais — eixo da Educação Patrimonial formulado pelo IPHAN. (Horta; Grunberg; Monteiro, 2014; IPHAN, 2014).

Preserva o eixo conceitual sem sobrecarregar o título: a noção de “lugares de memória” (rio, igreja, praça) funciona como matriz interpretativa do caderno e aparece no corpo do texto e nas aulas, sem tornar o título excessivamente teórico; isso mantém acessibilidade para docentes e estudantes (Nora, 1993).

O produto nasce como desdobramento pedagógico da pesquisa, que evidencia o rio Xingu e a Igreja Matriz como patrimônios materiais e simbólicos organizadores da vida social e da memória em São Félix do Xingu-PA, propondo que a escola valorize as fontes locais (fotografias, oralidades e acervos comunitários) para formar consciência histórica situada.

Em diálogo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a proposta privilegia a investigação com fontes, a leitura crítica de linguagens e a análise de continuidades e mudanças, competências previstas para História e Ciências Humanas no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Brasil, 2017). Ao trabalhar fotografias, mapas, depoimentos e objetos do entorno, o professor mobiliza experiências dos estudantes, relacionando passado e presente do município e fortalecendo pertencimento e cidadania histórica (Brasil, 2017).

Teoricamente, o Caderno ancora-se em três eixos complementares. O primeiro é a educação patrimonial, entendida como processo formativo pelo qual a comunidade reconhece, interpreta e atribui valor aos seus bens culturais, apropriando-se criticamente deles e articulando

preservação, participação e usos sociais da memória (Horta; Grunberg; Monteiro, 2014; IPHAN, 2014).

O segundo é a leitura histórica de imagens, que, conforme Burke, exige crítica interna e externa, contextualização e comparação com outras evidências para evitar anacronismos e interpretações impressionistas (Burke, 2017).

O terceiro é a metodologia de análise fotográfica de Kossoy, para quem a fotografia é representação construída, atravessada por escolhas, convenções e silenciamentos, devendo ser interrogada quanto a autoria, circulação, intencionalidade e usos (Kossoy, 2001; 2012/2014).

A noção de “lugares de memória” (Nora) fornece ainda um quadro interpretativo potente para compreender por que certos espaços, como a beira-rio, a matriz e a praça, concentram lembranças, afetos e disputas simbólicas em contextos de rápidas transformações urbanas e econômicas. Planejar sequências didáticas que partem da observação desses lugares, avançam para a pesquisa com fontes e culminam em produções autorais (legendas históricas, mapas afetivos, podcasts e mostras) favorece a articulação entre saberes escolares e saberes comunitários (Nora, 1993).

Metodologicamente, este Caderno organiza planos de aula por série (1º ao 9º ano e 1ª a 3ª séries do EM), acompanhados de fichas de leitura de imagem, roteiros de entrevistas, rubricas e checagem de acessibilidade. Em todas as atividades, as fotografias são tratadas como fontes históricas (não meras ilustrações) e submetidas a um percurso operativo: identificação e proveniência; descrição do visível; problematização (quem aparece e quem não aparece? para que fim foi produzida?); cotejo com outras fontes; e síntese comunicável. Essa abordagem articula a pesquisa de campo e a valorização de acervos familiares e institucionais, conforme defendido pela dissertação (Costa, 2025), e alinha-se às competências investigativas previstas pela BNCC (Brasil, 2017).

o Caderno propõe que fotografar, narrar e expor sejam também práticas de aprender História: ao curar imagens, registrar memórias e mediar mostras escolares, estudantes tornam-se autores de interpretações públicas sobre seu território, condição necessária para argumentar historicamente e participar da vida cultural e cidadã de São Félix do Xingu-PA (Burke, 2017).

4.1. Diretrizes gerais de uso das fotografias

É preciso tratar cada fotografia como fonte histórica (não como mera ilustração). Proceda à crítica externa (proveniência, autoria, datação, suporte, circulação) e à crítica interna

(conteúdo, enquadramentos, escolhas e silenciamentos), situando a imagem em seu contexto de produção e de uso. Pergunte sempre: o que mostra? quem aparece (e quem não aparece)? quando? onde? por que foi produzida? para qual público? Essa abordagem previne anacronismos e interpretações impressionistas (Burke, 2017; Kossoy, 2014).

Orienta-se aplicar um roteiro sistemático de leitura de imagens. Utilize uma sequência operacional que favoreça o raciocínio histórico: observação minuciosa; descrição objetiva do visível; inferências interpretativas; checagem/triangulação com outras evidências; síntese comunicável (Burke, 2017; Kossoy, 2014).

Deve-se ancorar a análise em “lugares de memória” e em processos estruturais. Relacione as fotografias a espaços que cristalizam e fazem circular memórias (beira-rio, igreja, praça, escolas), articulando-os a transformações de maior escala (abertura/uso da PA-279, urbanização, serviços públicos). Tal enfoque permite compreender por que certos marcos urbanos concentram lembranças, afetos e disputas simbólicas (Nora, 1993).

Orienta-se integrar oralidades e pertencimento às leituras visuais. Valorize memórias familiares e comunitárias (entrevistas, depoimentos, “histórias de vida”) como vias de atribuição de sentido às imagens, observando protocolos éticos e de consentimento informados pela literatura de história oral (Alberti, 1990/2004; Thompson, 1992). O exercício fortalece identidades locais e amplia a agência dos estudantes no processo de interpretação histórica.

É preciso combinar (triangular) múltiplas fontes e linguagens. Confronte as fotografias com mapas históricos e atuais, relatos escritos, jornais locais, registros escolares e entrevistas, adotando a triangulação como procedimento de qualidade metodológica para robustecer inferências (Flick, 2014). Ao articular diferentes suportes, também se pratica educação patrimonial crítica, nos termos das diretrizes do IPHAN (Horta; Grunberg; Monteiro, 2014; IPHAN, 2014).

4.2. Plano de aula genérico e adaptável (História local a partir de fotografias)

Tema da aula: ex.: “Rio, igreja e cidade: leituras de fotografias de São Félix do Xingu”

Série/ano: - Tempo estimado: [1–2 aulas de 50 min]

Unidade/Projeto: ex.: Educação patrimonial / História local]

Competências e habilidades (BNCC): selecione as mais pertinentes de História/CH (EF e EM) e de Linguagens (multiletramentos). Indicações: trabalhar investigação com fontes, múltiplas linguagens e análise de permanências e mudanças. (Brasil, 2017).

1) Objetivos de aprendizagem (mensuráveis)

Ao final, estudantes serão capazes de:

- Analisar fotografias históricas do município identificando tempo, espaço, sujeitos, intencionalidade e público (Burke, 2017; Kossoy, 2001/2014).
- Relacionar imagens a lugares de memória e processos estruturais (ex.: PA-279, urbanização, serviços públicos) produzindo interpretações sobre mudanças e continuidades (Nora, 1993; Brasil, 2017).
- Triangular evidências (fotos, mapas, jornais locais, registros escolares e oralidades) com procedimentos éticos de história oral (Alberti, 2004).
- Comunicar resultados em diferentes formatos acessíveis (texto curto, áudio, cartaz/infográfico, vídeo curto), seguindo princípios UDL de múltiplos meios de engajamento, representação e ação/expressão (CAST, 2024).

2) Materiais e fontes

Fotografias históricas: listar e numerar; indicar proveniência]. Tratar como fontes, não ilustrações (Burke, 2017; Kossoy, 2014).

Mapas (históricos/atuais), jornais locais, registros escolares, depoimentos (história oral) (Alberti, 2004).

Guias de educação patrimonial (instrumentos e fichas) (IPHAN, 2014).

Recursos de acessibilidade: folhas ampliadas, pranchas de comunicação, QR com áudio, contrastes, leitores de tela (CAST, 2024).

3) Sequência didática (passo a passo)

A. Ativação (10–15 min)

Pergunta geradora: “O que essa foto nos conta sobre lugar/tempo]?”

Mapeamento de conhecimentos prévios (post-its/mentimeter; escolha o meio): anotar pistas de quando/onde/quem/por quê/para quem (Burke, 2017).

UDL – Engajamento: oferecer escolha entre 2–3 imagens iniciais; combinar trabalho individual/dupla/grupo (CAST, 2024).

B. Investigação (25–30 min)

- Roteiro de leitura de imagens (preencha em grupos):
- Identificação/Crítica externa: autoria, data, suporte, circulação (Kossoy, 2014).

- Descrição/Crítica interna: o que aparece? quem aparece? o que está fora do quadro?
- Inferências: que relações com a cidade/rios/igreja?
- Checagem (triangulação): cotejar com mapa, notícia, registro escolar, depoimento (Alberti, 2004).

Síntese: título + legenda histórica de 3–5 linhas.

- UDL – Representação: disponibilize o roteiro em texto + áudio; ofereça versões ampliadas e com alto contraste (CAST, 2024).
- C. Conexões patrimoniais (15–20 min)
- Lugares de memória: localizar no mapa rio/igreja/prça/escola; discutir por que concentram lembranças e disputas (Nora, 1993).
- Educação patrimonial: listar cuidados/valores/ações para preservar e interpretar o bem (IPHAN, 2014).

D. Produção e socialização (20–25 min)

Escolha 1 formato de saída (UDL):

- Legenda histórica expandida (texto curto + imagem);
- Áudio-guia de 60–90s (podcast curto);
- Cartaz/infográfico “Antes/Depois” (mudanças e permanências);
- Vídeo curto (até 1 min) com narração.
- Ética e consentimento: em entrevistas/depoimentos, aplicar termo simples e respeitar direito de imagem (Alberti, 2004; IPHAN, 2016, art. 3º – diretrizes).

E. Fechamento e metacognição (5–10 min)

- Perguntas de síntese: “O que mudou/no que permaneceu? Que evidências sustentam sua conclusão?”
- Autoavaliação rápida (escala 1–3): entendi a imagem? busquei outras fontes? colaborei?

4) Avaliação (formativa + produto)

Formativa durante a aula: observar uso do roteiro, justificativas com evidências e colaboração.

Produto final (rubrica 0–2):

- Leitura histórica (contexto, tempo, espaço);
- Uso de evidências (triangulação);
- Clareza/comunicação (linguagem e acessibilidade);
- Ética/participação (respeito às fontes/pares).
- Devolutiva curta: 1 elogio + 1 apontamento + 1 próximo passo.

5) Diferenciação e acessibilidade (UDL)

Múltiplos meios de engajamento: escolha de imagem/formato; tempo estendido; pares tutores.

Múltiplos meios de representação: texto + áudio + visual tátil/alto contraste; glossário básico.

Múltiplos meios de ação/expressão: aceitar texto, áudio, cartaz, vídeo como saídas equivalentes (Cast, 2024).

6) Tarefa/Extensão (opcional)

Caminho patrimonial: fotografar (ou desenhar) 1 lugar da vizinhança; aplicar o roteiro; recolher 1 mini-depoimento (30–60s) com consentimento.

Mostra escolar: montar painel/galeria com legendas + QR de áudio-guia (IPHAN, 2014).

7) Adaptação rápida por etapa de ensino

EF anos iniciais: reduzir texto; usar pictogramas; foco em descrição e antes/depois.

EF anos finais: introduzir triangulação e debate (ex.: impactos da PA-279).

EM: exigir ficha crítica completa (crítica interna/externa), referências e mostra com curadoria.

8) Instrumentos anexos (prontos para copiar/colar)

Roteiro de leitura de imagem (1 página).

Rubrica 4 critérios (0–2).

Termo simples de consentimento para entrevistas (história oral).

4.3. 1º ano EF “Quem somos e onde moramos?”

Objetivo. Reconhecer espaços de convivência e símbolos da cidade (rio, igreja, escola).

BNCC (sugestões). EF01HI01, EF01HI02, EF01GE01.

Materiais. Fotografia 17 (beira-rio), 24 (Jardim Celeste), 25 (Marechal Rondon), mapa simples da cidade.

Fotografia 41¹⁴⁰ - Beira-rio nas proximidades da Câmara Municipal e Praça Xingu 1977



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 42 - Escola da Jardim da Infância Celeste (Hoje Jardim Celeste) 1982



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 43 - Entrada Principal da Escola Marechal Rondon em frente à praça Xingu 1962



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

¹⁴⁰ Todas as fotografias utilizadas neste produto foram integralmente extraídas da seção 3.3 (“A exposição”) da dissertação-base, e são empregadas aqui como fontes históricas, não como meras ilustrações, conforme boas práticas de leitura crítica de imagens em História (crítica interna/externa, contextualização e cotejo com outras evidências). Essa abordagem é aderente à BNCC no que se refere ao trabalho com múltiplas linguagens e investigação com fontes.

Passo a passo.

Roda de conversa: “O que tem na nossa cidade?”

Leitura guiada das fotos (professor aponta elementos; alunos nomeiam).

Mapa afetivo em cartolina: cada criança cola/desenha sua casa e um lugar das fotos.

Música/poema curto sobre o rio (produção coletiva).

Avaliação. Participação e identificação oral de lugares.

Inclusão. Ampliar impressões; versão tátil simples (acetato com relevo) dos contornos; descrição oral rica.

Tarefa. Trazer uma foto (ou desenho) de um lugar importante para a família.

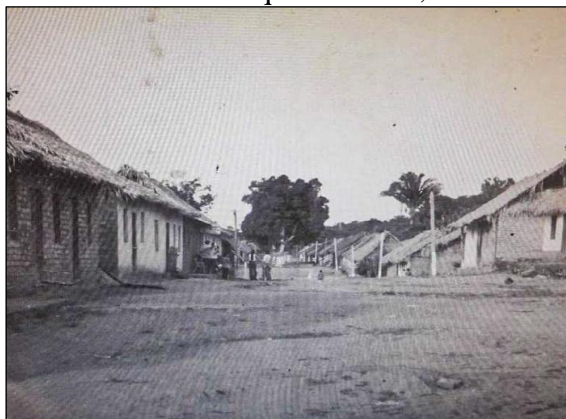
4.4. 2º ano EF “Lugares que contam histórias”

Objetivo. Perceber que lugares mudam no tempo e guardam memórias.

BNCC. EF02HI01, EF02HI02.

Materiais. Fotografia 15 (Av. Antônio Marques Ribeiro antes do incêndio, 1972) e 31 (reconstrução, 1974).

Fotografia 44 - Avenida Antônio Marques Ribeiro, centro antes do incêndio 1972



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 45 - Reconstrução das casas na Rua Antônio Marques Ribeiro 1974



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira.

Passos.

Duas fotos no quadro: “o que mudou?” (listagem coletiva).

Linha do tempo no piso (fita crepe) com 1972→1974→hoje (alunos posicionam cartões com “casa”, “loja”, “praça”...).

Desenho “antes e depois” em dupla.

Avaliação. Comparações feitas e explicação do que mudou.

Inclusão. Modelos visuais com pictogramas; apoio de pares; descrição das imagens.

Tarefa. Entrevista breve com um adulto: “que lugar mudou muito?”

4.5. 3º ano EF “Trabalhos e transportes do passado”

Objetivo. Identificar ofícios e meios de transporte antigos e compará-los aos atuais.

BNCC. EF03HI01, EF03HI05.

Materiais. Fotografia 21 (São Felona – transporte fluvial 1968–72), 20 (Jeep da Prefeitura), 16 (Ponto de castanha Kandoka – Rio Iriri).

Fotografia 46 - Jeep da Prefeitura



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 47 - São Felona: meio de transporte entre São Félix e Altamira (1968-1972)



Fonte: Acervo Particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 48 - Jeep da Prefeitura



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Passos.

Observação dirigida: transporte no rio x transporte na estrada.

Quadro comparativo (antes/hoje): como as pessoas iam à escola/feira/Belém?

Dramatização rápida: vendedor de castanha, barqueiro, motorista, aluno ribeirinho.

Avaliação. Quadro comparativo e participação.

Inclusão. Cartões com pictogramas; áudio descrição das fotos.

Tarefa. Colete histórias de trabalho de um parente.

4.6. 4º ano EF “Rio Xingu: caminho, alimento e cultura”

Objetivo. Compreender funções do rio (circulação, economia, sociabilidade).

BNCC. EF04HI01, EF04GE03.

Materiais. Fotografia 17 (beira-rio), 32 (primeiro motor da prefeitura), 18 (Escola Carmina Gomes – 1977).

Fotografia 49 - Beira-rio nas proximidades da Câmara Municipal e Praça Xingu 1977



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 50 - Chegada do primeiro motor adquirido pela prefeitura de São Félix do Xingu



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 51 - Escola Carmina Gomes 1977



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Passos.

Mapa esquemático do rio e bairros.

Leitura das fotos e produção de legenda histórica em grupos.

Infográfico artesanal: “3 funções do rio para a cidade”.

Avaliação. Qualidade das legendas/infográfico.

Inclusão. Letra ampliada, leitura compartilhada, pranchas de comunicação.

Tarefa. Registrar (foto/desenho) um uso atual do rio.

4.7. 5º ano EF “Patrimônio: o que precisa ser cuidado?”

Objetivo. Conceituar patrimônio material/simbólico e decidir o que preservar.

BNCC. EF05HI01, EF05HI03.

Materiais. Fotografias 5–14 (evolução da Igreja Matriz 1936–reformas), 27–29 (Nossa Senhora das Mercês).

Fotografia 52 - Primeira Capela de São Félix do Xingu 1936



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Fotografia 53 - Padre Dom Erich Kräuther



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Fotografia 54 - Registro da Construção da Igreja de São Félix do Xingu 1937



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Fotografia 55 - Frente externa da Igreja de São Félix do Xingu 1938



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Fotografia 56 - Frente externa da Igreja de São Félix e escadaria 1981



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Fotografia 57 - Igreja São Félix do Xingu, construída em 1982



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Fotografia 58 - Interior da Igreja Matriz inicial 1938



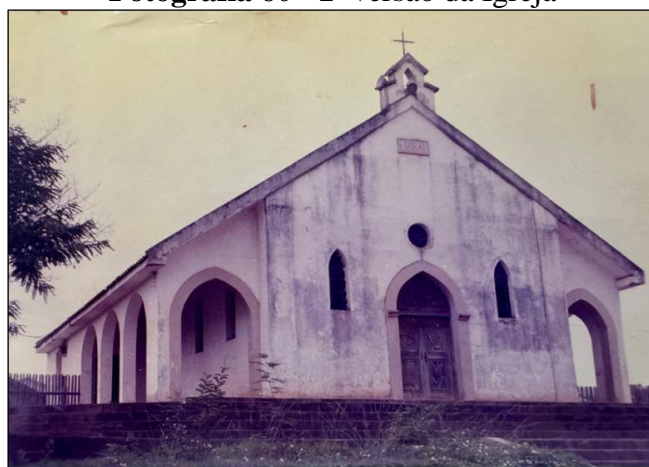
Fonte: Acervo da Igreja Católica de São Félix do Xingu

Fotografia 59 - 2ª versão da Igreja



Fonte: Acervo particular Dona Rita Ribeiro

Fotografia 60 - 2ª versão da Igreja

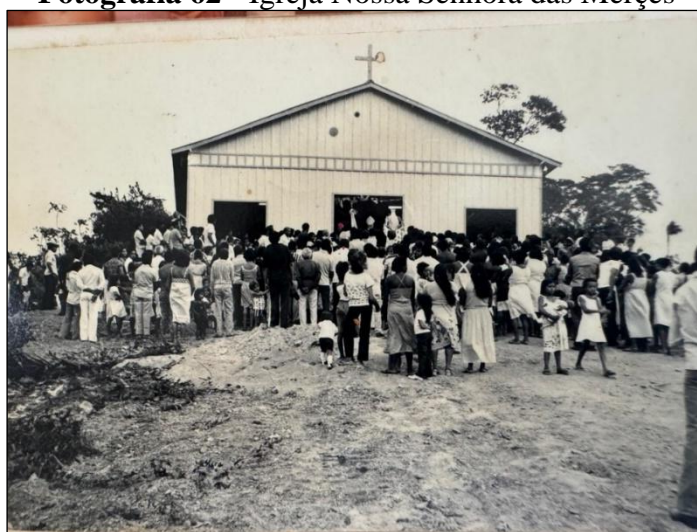


Fonte: Acervo da Igreja de Católica de São Félix do Xingu

Fotografia 61 - Igreja Reformada 3ª versão



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro
Fotografia 62 - Igreja Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Acervo da Igreja católica de São Félix do Xingu

Fotografia 63 - Construção definitiva da Igreja Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Acervo da Igreja católica de São Félix do Xingu

Fotografia 64 - Construção da Igreja Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Acervo da Igreja católica de São Félix do Xingu

Passos.

Sequência cronológica das fotos da igreja (estações pela sala).

Debate guiado: por que preservar? quem é responsável?

Conselho mirim do patrimônio: cada grupo elabora 3 propostas de cuidado.

Avaliação. Argumentos e propostas apresentadas.

Inclusão. Sequência com alto contraste; apoio de leitura.

Tarefa. Fazer um “cartão-postal” desenhado de um patrimônio local.

4.8. 6º ano EF “Mapas e trajetos: a cidade no tempo”

Objetivo. Ler mapas/imagens para entender a expansão urbana e a PA-279.

BNCC. EF06HI07, EF06GE09.

Materiais. Foto 3 (PA-279, 1985), 22 (imagem aérea da cidade), 21 (mapa do município).

Fotografia 65 - Rodovia PA-279, abril de 1985, intrafegável



Fonte: Arquivo pessoal de Manoel Romão

Fotografia 66 - Câmara Municipal de São Félix do Xingu mandato do prefeito Raimundo Pinto de Mesquita 1976-1982



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 67 - São Felona: meio de transporte entre São Félix e Altamira (1968-1972)



Fonte: Acervo Particular dona Rita Ribeiro

Passos.

Ativação: por onde você chega a...? (rotas da turma no quadro).

Análise da PA-279: impactos positivos/negativos.

Produção: “meu mapa de trajetos” (casa-escola-rio/prça).

Avaliação. Leitura espacial e justificativas.

Inclusão. Moldes de mapa com ícones; apoio de colega-tutor.

Tarefa. Fotografar (ou desenhar) um ponto de referência do trajeto.

4.9. 7º ano EF “Memória, fé e comunidade”

Objetivo. Relacionar práticas religiosas e organização social local.

BNCC. EF07HI02, EF07HI09.

Materiais. Fotos 33 e 36 (missão evangelizadora; atividade religiosa 1950), 37 (primeiros professores, 1948).

Fotografia 68 - Padre Dom Erich (Eurico) Kräuther na missão evangelizadora de São Félix do Xingu 1938



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Fotografia 69 - Ainda não identificada



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Fotografia 70 - A Sementinha do Saber



Foto tirada em 25/05/2022

Fotografia 71 - Registro de atividade religiosa na década de 1950



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Passos.

Roteiro de leitura de imagens (quem participa? papéis sociais?).

Quadro “rede de apoio” (igreja, escola, família, associações).

Mini-podcast (3 min) por grupo: “uma memória de fé e convivência”.

Avaliação. Podcast (clareza, relação imagem-memória).

Inclusão. Roteiro com frases-modelo; opção por áudio em vez de texto.

Tarefa. Entrevistar um idoso sobre festas da cidade.

4.10. 8º ano EF “Trabalho, cidade e conflitos”

Objetivo. Analisar transformações do trabalho, incêndios, reconstruções e política local.

BNCC. EF08HI06, EF08HI08.

Materiais. Fotos 30–31 (incêndio e reconstrução), 22 (Câmara Municipal 1976-82), 18 (Carmina Gomes).

Fotografia 72 - Incêndio na Rua Antônio Marques Ribeiro 1974



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Fotografia 73 - Reconstrução das casas na Rua Antônio Marques Ribeiro 1974



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira.

Fotografia 74 - Câmara Municipal de São Félix do Xingu mandato do prefeito Raimundo Pinto de Mesquita 1976-1982



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Passos.

Estudo de caso: incêndio de 1974 causas, respostas, políticas.

Júri simulado: “o município respondeu bem?” (grupos: prefeitura, comerciantes, moradores, imprensa).

Documento coletivo: 5 medidas de prevenção e memória do evento.

Avaliação. Argumentação no júri e documento final.

Inclusão. Papéis simplificados; uso de cartões de fala; mediação.

Tarefa. Levantar um episódio local de risco/desastre e como prevenir.

4.11. 9º ano EF “Da navegação à estrada: modernização e identidade”

Objetivo. Discutir “progresso” e “desenvolvimento” x pertença e meio ambiente.

BNCC. EF09HI01, EF09HI04, EF09GE08.

Materiais. Foto 21 (barco São Felona), 3 (PA-279), 17 (beira-rio), 32 (motor).

Fotografia 75 - São Felona: meio de transporte entre São Félix e Altamira (1968-1972)



Fonte: Acervo Particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 76 - Beira-rio nas proximidades da Câmara Municipal e Praça Xingu 1977



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 77 - Rodovia PA-279, abril de 1985, intrafegável



Fonte: Arquivo pessoal de Manoel Romão

Fotografia 78 - Chegada do primeiro motor adquirido pela prefeitura de São Félix do Xingu



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Passos.

Linha do tempo visual (transporte/energia/comércio).

Mesa redonda: impactos sociais/ambientais (desmatamento, violência, identidade).

Manifesto visual (cartaz) “Progresso com pertencimento”.

Avaliação. Qualidade do manifesto (critérios definidos com a turma).

Inclusão. Modelos de cartaz; trabalho em duplas heterogêneas.

Tarefa. Registrar num diário reflexivo: “o que é progresso para mim?”

4.12. 1ª série EM “Leitura crítica de imagens: metodologia do historiador”

Objetivo. Aplicar método de crítica interna/externa a fotografias históricas locais.

BNCC. EM13CHS101, EM13CHS103, EM13CHS201.

Materiais. Conjunto 5–14 (Igreja: 1936→reformas), 15/31 (avenida), 17 (beira-rio).

Fotografia 79 - Primeira Capela de São Félix do Xingu 1936



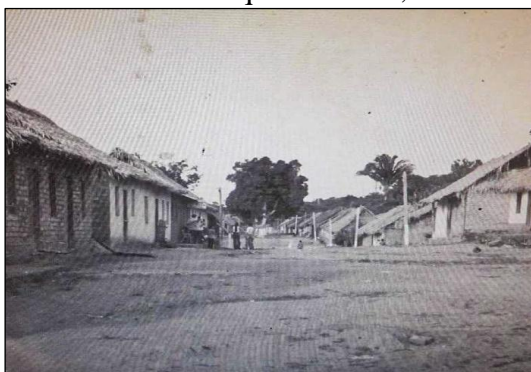
Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Fotografia 80 - Igreja Reformada 3ª versão



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 81 - Avenida Antônio Marques Ribeiro, centro antes do incêndio 1972



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 82 - Reconstrução das casas na Rua Antônio Marques Ribeiro 1974



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira.

Passos.

Mini-aula: imagem como documento (autoria, intencionalidade, circulação).

Oficina em grupos: ficha de análise (proveniência, contexto, conteúdo, leitura simbólica, limites).

Painel comentado (galeria na parede com QR de comentários gravados).

Avaliação. Fichas + apresentação.

Inclusão. Opção por áudio/fala em vez de texto; imagens ampliadas/tácteis.

Tarefa. Selecionar 1 foto familiar para aplicar a mesma ficha.

4.13. 2ª série EM “Patrimônio, políticas e cidadania”

Objetivo. Discutir patrimônio como construção social e propor política escolar de preservação.

BNCC. EM13CHS301, EM13CHS401.

Materiais. Série das Igrejas (5–14; 27–29) + documentos escolares/municipais.

Fotografia 83 - Primeira Capela de São Félix do Xingu 1936



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Fotografia 84 - Igreja Reformada 3ª versão



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 85 - Igreja Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Acervo da Igreja católica de São Félix do Xingu

Fotografia 86 - Construção definitiva da Igreja Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Acervo da Igreja católica de São Félix do Xingu

Fotografia 87 - Construção da Igreja Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Acervo da Igreja católica de São Félix do Xingu

Passos.

Debate guiado: patrimônio material x imaterial (exemplos locais).

Benchmarking rápido: como outras cidades preservam? (pesquisa rápida em sala, se houver internet se não, professor traz recortes).

Redação colaborativa: “Política de Educação Patrimonial da Escola X” (princípios, ações, cronograma, parcerias).

Avaliação. Documento final (clareza, viabilidade, participação).

Inclusão. Tarefas por função (escriba, leitor, relator); leitura compartilhada.

Tarefa. Articular com gestão escolar para adotar 1 ação no trimestre.

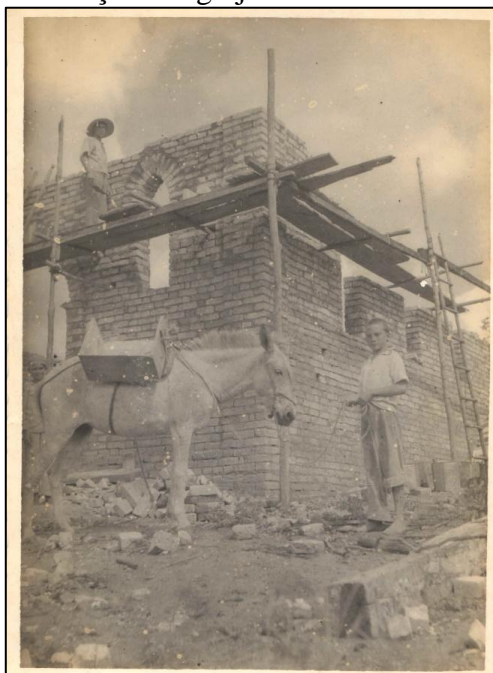
4.14. 3ª série EM “Mostra: Foto(grafia)s de uma certa Amazônia”

Objetivo. Produzir e curar uma exposição escolar (presencial/digital) integrando fontes, oralidades e sínteses interpretativas.

BNCC. EM13CHS202, EM13CHS304, EM13CHS502.

Materiais. Curadoria de todas as fotos pertinentes do acervo (ex.: 1–14, 15–16, 17–26, 27–37...), depoimentos coletados, mapas, linha do tempo.

Fotografia 88 - Construção da Igreja Matriz de São Félix do Xingu 1937



Fonte: Acervo particular de Danilo Covre

Fotografia 89 - Igreja Reformada 3ª versão



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 90 - Ponto de Castanha Kandoka Rio Iriri



Fonte: Acervo particular dona Rita Ribeiro

Curadoria: escolher e justificar 12–16 imagens (tese, narrativa, seções).

Pesquisa complementar: mini-entrevistas com moradores/lideranças (termo de consentimento).

Produção de textos de parede/legendas; montagem da mostra (ou site/Instagram da escola).

Abertura com mediação dos alunos para as turmas do EF I e II.

Avaliação. Rubrica (curadoria, fundamentação, mediação, ética).

Inclusão. Papéis variados (curador, designer, mediador, audiodescritor); acessibilidade comunicacional (QR com áudio-guia).

Tarefa. Entregar portfólio da mostra (PDF) à SEMED e comunidade.

Este caderno não encerra debates, abre caminhos. Ao propor a fotografia como documento histórico e prática de letramento crítico, ele convida docentes e estudantes a investigar o próprio território, articulando memórias, lugares e transformações estruturais — com base em procedimentos de análise e triangulação de fontes que qualificam a argumentação histórica (Burke, 2017). Em diálogo com a BNCC, que orienta o trabalho com múltiplas linguagens, investigação e análise de permanências e mudanças, o material favorece o desenvolvimento de competências históricas e cidadãs conectadas à vida local de São Félix do Xingu-PA.

Ao reconhecer o valor formativo dos “lugares de memória” (rio, igreja, praça, escola) e integrar princípios de educação patrimonial como processo social de apropriação crítica do patrimônio, o caderno transforma a escola em espaço de curadoria pública da memória — por meio de exposições, roteiros, audioguias e registros orais — fortalecendo pertencimento e participação cultural informada. Que cada aula seja um convite a ver, interrogar e narrar o município com rigor e sensibilidade, ampliando a capacidade dos estudantes de construir interpretações responsáveis sobre o passado e o presente que compartilham (Nora, 1993; IPHAN, 2014).

CONCLUSÃO

A presente pesquisa surgiu do reconhecimento da importância de valorizar e perpetuar a memória coletiva de São Félix do Xingu, especialmente por meio do uso consciente do patrimônio cultural local – simbolizado, sobretudo, pelo rio e pela Igreja Matriz – como ferramentas para o Ensino de História.

O problema central que norteou esta investigação foi compreender de que modo esses elementos podem ser utilizados pedagogicamente para fortalecer a identidade cultural, promover a valorização da História Local e estimular uma abordagem educativa mais contextualizada e significativa. Nesse sentido, o objetivo principal consistiu em analisar as potencialidades do rio e da igreja como patrimônios materiais e simbólicos no processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para uma educação que valorize as raízes culturais e os espaços que constituem a memória social de São Félix do Xingu.

Ao longo dos capítulos, foi possível refletir sobre diferentes aspectos que envolvem essa temática. No primeiro, a contextualização histórica e territorial do município mostrou como o rio Xingu e a igreja matriz representam marcas fundamentais na formação do espaço social e identitário local. O rio, enquanto via de acesso, transporte e subsistência, e a igreja, como símbolo de fé, organização social e autoridade, configuram-se como pontos de referência na narrativa da comunidade. A análise revelou que a construção e a transformação dessas estruturas refletem processos de resistências, mudanças e adaptações que, se não devidamente contemplados no ensino, tendem a permanecer invisíveis na memória escolar e na narrativa oficial da História Local.

No segundo capítulo, a discussão centrada na presença da Igreja Católica no Brasil e na relação entre História, Memória e Patrimônio reforçou a necessidade de reconhecer que esses elementos vão além do valor material – eles representam também uma construção simbólica e afetiva que deve ser democratizada e partilhada nas escolas. Foi destacado que a ausência ou o apagamento de referências culturais, como o próprio rio e a igreja, contribuem para o enfraquecimento da identidade local, bem como para o desconhecimento das raízes por parte das novas gerações. Assim, essa pesquisa revela que a valorização dos patrimônios não é apenas uma questão de preservação física, mas uma estratégia pedagógica fundamental para que os estudantes percebam sua história enquanto sujeitos ativos na construção de sua cultura.

A partir dessa compreensão, o terceiro capítulo aborda metodologias e estratégias pedagógicas que potencializam a utilização do rio e da igreja no Ensino de História. Destacou-

se a importância de atividades práticas, visitas, narrativas orais, produção de memoriais e projetos de pesquisa voltados às comunidades escolares, como o uso de imagens, notadamente fotografias, além do fortalecimento do vínculo do estudante com seus espaços de vivência.

Essas propostas buscam promover uma abordagem educativa que não só transmite conhecimentos, mas também desperta o sentimento de pertencimento e responsabilidade por conservar e valorizar o patrimônio cultural local. Assim, o Ensino de História passa de uma mera transmissão de conteúdo para uma prática de abertura de diálogos, de empoderamento comunitário e de reconstrução identitária.

Apesar dessas contribuições, é importante reconhecer que a pesquisa apresenta limitações. Primeiramente, sua abordagem foi predominantemente teórica e qualitativa, o que restringe a possibilidade de generalizações ou de avaliações quantitativas do impacto das ações propostas. Além disso, as propostas pedagógicas sugeridas ainda necessitam de implementação prática, envolvendo experiências em sala de aula, com a participação efetiva de professores e estudantes, para verificar sua efetividade e possíveis ajustes. Outro ponto importante refere-se à amplitude temporal e espacial da investigação, que, por se concentrar em um contexto específico, limita análises comparativas com outras localidades onde as dinâmicas culturais possuem particularidades distintas.

Contudo, esses fatores não diminuem o potencial de aprofundamento e expansão do tema. Pelo contrário, indicam caminhos para futuras pesquisas que possam ampliar a compreensão do papel do patrimônio cultural na educação de História Local. Uma vertente importante seria a realização de estudos que envolvam ações práticas de implementação de projetos pedagógicos focados na valorização do rio e da igreja, acompanhando o andamento de suas metodologias e avaliando o impacto na formação da identidade dos estudantes. Essas ações permitiriam verificar, na prática, a eficácia de estratégias que promovem a participação ativa e o protagonismo juvenil na conservação do patrimônio.

Outro desdobramento relevante diz respeito à investigação das percepções de professores, estudantes e membros da comunidade sobre a importância desses patrimônios na vida cotidiana, bem como suas expectativas sobre o Ensino de História. Com isso, seria possível compreender melhor os obstáculos e as potencialidades para a integração do patrimônio cultural no currículo escolar, promovendo práticas educativas mais participativas e democráticas.

Além disso, futuras pesquisas podem explorar a relação entre a memória social por meio das fotografias selecionadas para uma exposição – e amplamente exploradas no presente trabalho –, onde se observa os espaços urbanos, as paisagens culturais e os processos de

desenvolvimento local, estabelecendo pontes entre educação, cultura e sustentabilidade. Uma abordagem interdisciplinar, envolvendo estudos de antropologia, geografia, sociologia e educação, poderia aprofundar o entendimento sobre como os patrimônios influenciam a formação de identidades coletivas e os processos de resistência cultural em contextos de mudança social. Assim, a pesquisa transcorreu além do âmbito escolar – ainda que não deixasse, necessariamente, a sala de aula com a exposição *Foto(grafia)s de uma certa Amazônia* (vide Apêndice, no qual se propõe a *atividade didática / o produto*), contribuindo para a construção de políticas públicas que priorizem a valorização do patrimônio cultural como vetor de desenvolvimento sustentável e inclusão social.

Finalmente, é fundamental destacar que o reconhecimento da importância do patrimônio no Ensino de História requer uma constante repensar das práticas pedagógicas, assim como uma sensibilização de toda a comunidade escolar e local. Sua preservação e valorização dependem de ações articuladas entre os diversos atores sociais, educação formal, instituições culturais, órgãos públicos e a própria população. Promover essa integração é essencial para garantir que o rio e a igreja de São Félix do Xingu, símbolos de sua história e suas memórias, permaneçam vivos como patrimônios de uma comunidade que busca sua identidade, sua História e seu futuro de forma consciente e participativa.

REFERÊNCIAS

- ACUÑA, Christobal de. **Nuevo descubrimeento del gran Río de las Amazonas**. Madrid: Imprenta el Reyno, 1641.
- ALBERTI, Verena. Manual de história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. (1ª ed., 1990). Disponível em: Google Livros. Acesso em: 07 out. 2025.
- ALEJANDRO, Margotta. **O contexto histórico da chegada da família real portuguesa ao Brasil e a criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, 2023**. Disponível em: <https://www.oficinadohistoriador.org/2023/04/o-contexto-historico-da-chegada-da-familia-real-portuguesa-ao-brasil-e-a-criacao-do-reino-unido-de-portugal-brasil-e-algarves.html#:~:text=vez%20mais%20iminente,-.A%20chegada%20da%20fam%C3%ADlia%20real%20portuguesa%20ao%20Brasil%20em%201808,lideran%C3%A7a%20da%20dinastia%20de%20Bragan%C3%A7a>.
- ALMEIDA, C. A. (2019). Formação continuada de professores de História: estratégias para enfrentar os desafios contemporâneos. **Educação e Pesquisa**, 45, e191290.
- ALMEIDA, João. **Crise econômica e transformações sociais no Xingu**. São Paulo: Editora Regional, 2013.
- ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- AMORIM, Carlos Roberto Cunha. **A igreja do Diabo: o catolicismo brasileiro no Golpe Militar de 1964**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004.
- AQUINO, Maurício de. O conceito de romanização do catolicismo brasileiro e a abordagem histórica da Teologia da Libertação. **Revista Horizonte** (Belo Horizonte), v. 11, n. 32, p. 1485-1505, out./dez. 2013.
- ARAUJO, S. F., & Moreira, M. A. (2016). "O uso das tecnologias digitais no ensino de História: desafios e possibilidades". **Revista Brasileira de Educação, Cultura e História**, 11(1), 25-42.
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. A Colonia Brasil: história e historiografia. **Travesía (San Miguel de Tucumán)**, v. 17, n. 1, p. 7-29, 2015.
- ASSIS, R. M. Igreja e educação no século XIX: a atuação da diocese de Mariana em Minas Gerais. In: LOPES, E. M. T., and CHAMON, C. S., eds. **História da Educação em Minas Gerais: da Colônia à República**: volume 2: Império [online]. Uberlândia: EDUFU, 2019, pp. 63-86. ISBN: 978-65-5824-039-6. Available from: <https://books.scielo.org/id/ssqc7>. <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-487-2>
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. Martins fontes, 2011.
- BASTIDE, Roger. Religion and the Church in Brasil. In: SMITH, Lynn; MARCHANT, Alexander (dirs.). **Brazil: portrait of half continent**. New York: The Dryden Press, 1951.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BITTENCOURT, Circe. Documentos não escritos na sala de aula. In: **Ensino de História: Fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 1004.

BLOCH, Marc. "The Historian's Craft." **Manchester University Press**, 1954. Bloch discute os métodos históricos e a importância de integrar micro-história e macro-história.

BLOCH, Marc. Introdução; & A história, os homens e o tempo. IN: **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.41-68.

BORIS, Fausto. **História do Brasil**. 6.ed. São Paulo: Edusp, 1999.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino de Fundamental 3º e 4º Ciclos-História**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Resolução CNE/CEB nº4 de 10 e junho de 2010. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a educação Básica**. Brasília 2013.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – Educação Infantil e Ensino Fundamental (versão PDF). Brasília: MEC, 2017. Disponível em: gov.br/mec. Acesso em: 06 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4, de 10 de junho de 2010. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica. Brasília: CNE/MEC, 2010. **Diário Oficial da União**.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

BRASIL. IPHAN. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2014. Disponível em: Biblioteca Digital do IPHAN. Acesso em: 07 out. 2025.

BRASIL. MEC. BNCC – versão PDF (EI/EF). Brasília: MEC, 2017. Disponível em: PDF oficial. Acesso em: 07 out. 2025.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's): Ensino Fundamental, 3º e 4º ciclos — História**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Fundamental, 1998.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV–XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo na época de Felipe II**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. Bauru: EDUSC, 2017.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem; tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Aarão Reis Filho**. Bauru São Paulo. Ed.Edusc.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. Disponível em: Editora UNESP. Acesso em: 06 out. 2025.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. Unesp, 1992.

CARRA, Évelyn. **As Sesmarias: do Reino à Colônia**. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Coimbra – UC, Coimbra, 2020.

CARVALHO, Antônio. **Os jesuítas e as primeiras missões no Brasil Colonial**. São Paulo: Editora Raízes, 2012.

CAST. UDL Guidelines 3.0. 2024. Disponível em: udlguidelines.cast.org. Acesso em: 07 out. 2025.

CASTRO, Adller Homero Fonseca de. O fecho do Império: história das fortificações do Cabo do Norte ao Amapá de hoje. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (séculos XVIII e XIX)**. Belém: Ed. UFPA, 1999.

CHARTIER, Roger et al. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, v. 1, p. 8-11, 1990.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. **Seminários DEP/FLUP**, v. 1, p. 16-35, 2020.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. **Seminários DEP/FLUP**, v. 1, p. 16-35, 2020.

COELHO, Anna Carolina de Abreu et al. Considerações acerca do processo de urbanização da província do Grão-Pará na primeira metade do Oitocentos. In: FRIDMAN, Fania; FERREIRA, Carlos (orgs.). **Urbanizações brasileiras 1800-1850**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, P. R. (2021). A polarização política e os desafios do ensino de História. **Revista Brasileira de Educação**, 26, e260011

COUDREAU, Henri. **Viagem ao Xingu** (Coleção Reconquista do Brasil, v. 49) [1896]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

DE JESUS; Pe. Rozivan F. **Diocese de Xingu-Altamira: Nossa História**. s/d. Disponível em: <https://xingualtamira.com.br/historia>. Acesso em: 02 abr 2025.

DOMINGUES, Cláudio M. **O Olhar de Quem Olha: Cultura visual, Arte e Mediação na aula de História- o uso de imagem na construção do conhecimento histórico**. São Paulo: UNESP, 2006

DUTRA NETO, Luciano. **Das terras baixa da Holanda às montanhas de Minas: uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Juiz de Fora, 2006.

ENTREVISTA realizada com o Bispo Dom Erwin Kräut(h)er, Altamira (PA), fev. 2024.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

FERREIRA, Arcângelo da Silva; MACIEL, Elisangela (orgs.). **História, cultura, trabalho e instituições na Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2021.

FERREIRA, L. M. (2015). **Incorporando narrativas marginalizadas no ensino de História**. Cadernos de Pesquisa, 45(156), 215-236.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis; GIOIA, Lilia de Cássio Miranda de. **Educação patrimonial nos anos finais do Ensino Fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo: Edições SM, 2012.

FIGUEIRA, Cristina Reis; MIRANDA, Lillian Lisboa. **Educação Patrimonial e o Ensino de História: conceitos e práticas**. São Paulo: Contexto, 2018.

FIGUEIRA, Cristina; Miranda, Lilia. **Educação patrimonial nos anos finais do ensino fundamental: conceitos e práticas**. São Paulo; Edições SM, 1ª edição 2012. Capítulo 6 – História local, identidade e Patrimônio Cultural]

FILHO, Alves Armando; SOUZA JÚNIOR, José Alves de; BEZERRA NETO, José Maria. **Pontos de História da Amazônia** (vol. I). Belém: Paka-Tatu, 2001.

FLICK, Uwe. An introduction to qualitative research. 4. ed. London: SAGE, 2014. Disponível em: PDF (acesso institucional/educacional). Acesso em: 07 out. 2025.

FOGUEL, Israel. **Brasil Colônia e Império: grandes personagens de nossa História**. São Paulo: Yolbook, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Editora Paz e terra, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; RAMBELLI, Gilson. **Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais**. Annablume, 2009.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária. In: **Congresso Internacional de Pedagogia Social**. 2012.

GIANASTACIO, Vanderlei. **Responsabilidade social, serviço e cidadania à luz da Igreja primitiva**. 2.ed. São Paulo: Vida Nova, 2012.

GIARD, Luce; CERTEAU, Michel de; MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar. **Petrópolis: Artes de Fazer**, 1996.

GOMES, Leandro et. al. (orgs.). **Fronteira físicas e culturais**. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.

GONÇALVES, Alonso. Uma Pastoral Integral, Igreja-cidade: em diálogo a eclesiologia de Jurgem Moltmann e a pastoral de José Comblin. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 19, p. 93-101, maio./ago. 2009.

GONÇALVES, Angelo Barreiro. A Igreja Católica e o Golpe de 1964. **Akrópolis, Umuarama**, v. 13, n. 1, p. 51-53, jan./mar. 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. TupyKurumin, 2006.

HARTOG, François. **Tempo e patrimônio**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HECHT, Susanna; COCKUN, Alexander. **O destino da floresta: desenvolvedores, destruidores e defensores da Amazônia**. São Paulo: Ed.UNESP, 2022.

HEMMING, John. **Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros**. São Paulo: Edusp, 2009.

HEMMING, John. **Fronteira amazônica: a derrota dos índios brasileiros**. São Paulo: Edusp, 2009.

HOBSBAWM, E.; **Era dos Extremos. O Breve século XX. 1914-1991**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. (Coleção “Documentos Brasileiros”, v. 1). Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: Biblioteca Digital do IPHAN. Acesso em: 06 out. 2025.

IPHAN. Caderno Temático de Educação Patrimonial n.º 01–03 e publicações correlatas. Brasília: IPHAN, 2014–2015. Disponível em: portal.iphan.gov.br / Biblioteca Digital. Acesso em: 06 out. 2025.

IPHAN. **Carimbó é Patrimônio Cultural do Brasil**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias>>.

IPHAN. Educação patrimonial (documento institucional). Brasília: IPHAN, 2014. Disponível em: portal.iphan.gov.br. Acesso em: 06 out. 2025.

IPHAN. Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016 (diretrizes de educação patrimonial). Brasília: IPHAN, 2016. Disponível em: PDF. Acesso em: 07 out. 2025.

JORNAL A USP. **UM RETRATO do descaso com a cultura e a pesquisa no Brasil**. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/especialistas-da-usp-avaliam-perda-com-incendio-do-museu-nacional>>.

JURANDIR, Dalcídio. **Belém do Grão-Pará: literatura e cultura popular**. Belém: Editora Pará, 1998.

KOSSOY, Boris. Fotografia & história. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014. Disponível em: Repositório USP (registro bibliográfico). Acesso em: 07 out. 2025.

KRÄUTLER, Erich. **Menschen am Xingu: eine dokumentarische Autobiographie**. Wien: Böhlau, 1997.

KRÄUTLER, Erich. **Sangue nas pedras**. São Paulo: Edições Paulinas, 1979.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Tempo**, Niterói, v. XX, n20, p.1-20, jan/jun. 2014.

LIMA, Maria Clara. **Missionários e cultura no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

MARANHÃO, Haroldo. **Pará, capital: Belém: memórias, pessoas e coisas da cidade**. Belém: Supercor, 2000.

MARIN, Rosa Acevedo. Visão histórica da região do rio Xingu: economia e diversidade étnica. **Cadernos NAEA**, Belém, p. 3-22, dez. 2010.

MARTINS, Marcos Lobato. História Regional. IN: **Pinsk, Carla. Novos Temas nas Aulas de história**. 1ª ed., 2 Reimpressão. São Paulo: Contexto 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; BARBOSA, Fabíola Holanda. **História oral: como fazer, como pensar**. 2007.

MENDONÇA, Roberto. **História e resistência no Xingu: o impacto da economia do látex**. Belo Horizonte: Editora Histórica, 2005.

MIRANDA, Cynthia Mara; BARROSO, Milena Fernandes. Mulheres na Amazônia. **Estudos Feministas**, v. 31, n. 2, p. 1-12, 2023.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**. Vol. 13, 1993.p. 143-162.

NASCIMENTO, Joene Batista do. **Embrenhando-se nas matas: imigrantes nordestinos e a extração do látex em São Félix do Xingu-PA (1939-1945)**. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém, 2003.

NEVES, Joana. História Local e construções da identidade social. **Saeculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 3, p. 13-27, jan./dez. 1997.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: Revista da PUC-SP (PDF). Acesso em: 06 out. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história: história e cultura**, n. 10. São Paulo: Educ, 1993.

NUNES, Wilson da Silva. **Conversando com o Xingu**. Belém: Unigraf, 1998.

OLIVEIRA, Aiana Cristina Pantoja de. Oliveira. Identidade, memória e patrimônio em Pará, capital: Belém, de Aroldo Maranhão. In: **ANAIS do XV ABRALIC: experiências literárias textuais contemporâneas**, p. 4818-4829, 2022.

OLIVEIRA, Renato. **O Alto Xingu e as missões religiosas no século XX**. Goiânia: Editora Universitária, 2007.

PARÓQUIA de São Félix do Xingu. **São Félix do Xingu: uma história de vai e vem**. 1988.

PINTO, J. M. (2017). "A política educacional e as reformas curriculares no ensino de História". **Revista Brasileira de História**, 37(74), 451-471.

PLAS, Philippe; PONTE, Vanderlúcia da Silva; MUNIZ, Érico Silva Alves. O rio, ator do território amazônico. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 26, n. 1, p. 43-66, jan./abr. 2023.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul./dez. 1992.

PORTELLI, Alessandro. A morte de Luigi Trastulli e outros ensaios. **Ética, memória e acontecimento na História Oral**, p. 27-40, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil: colônia e império**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 40.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Grão-Pará e o Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira** (t. II, "O Brasil Monárquico", v. 4, Dispersão e Unidade). São Paulo: Difel, 1972.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo. . Global Editora e Distribuidora Ltda, 2014.

RIBEIRO, Vanice Maria; ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Piatã**. Curitiba: Editora Positivo, 2015.

ROSÁRIO, Jocenilda Pires de Sousa do; ROSÁRIO, Samuel Antônio Silva do. A cronística de Gaspar de Carvajal e a colonização da Amazônia. **Nova Revista Amazônica**, Belém, número especial, p. 93-107, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6469/5198>.

SANTANA, Luiz Ferreira. **São Félix do Xingu e sua História, 1889-1997**. São Félix do Xingu: Semed, 2007.

SANTOS, L. R. Patrimônio cultural no Pará: desafios e perspectivas. **Cadernos de Cultura e Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 45-62, 2021.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Sílvio Marques Sousa; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto. Um caminho sinodal: eclesiologia na Prelazia do Xingu e sua prática

socioambiental. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 54, n. 2, p. 461-482, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.20911/21768757v54n2p461/2022>.

SANTOS, Sílvio Marques Sousa; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto. Um caminho sinodal: eclesiologia na Prelazia do Xingu e sua prática socioambiental. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 54, n. 2, p. 461-482, maio/ago. 2022.

SÃO Félix do Xingu. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/sao-felix-do-xingu.html>.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Autores associados, 2021.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia Usp**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

SCHMINK, Marianne; WOOD, Charles. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Ed. UFPA, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SECRETARIA de Cultura do Pará. **Caderno de Educação Patrimonial**. Governo do Pará, s.d.

Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Leitura na BNCC (documento de apoio). Curitiba: SEED-PR, 2020. Disponível em: educacao.pr.gov.br. Acesso em: 06 out. 2025.

SECRETO, María Verónica. **Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SILVA, Ana. **Missionários e transformação social: a presença religiosa no Brasil interior**. Brasília: Editora Universitária, 2010.

SILVA, Joel Pantoja da; GONTIJO, Fabiano de Souza. Patrimônios do “fundo” na encantaria amazônica: “entre cosmologias, memórias e identidades marajoaras”. **Muiraquitã: Revista de Letras e Humanidades**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2016. DOI: 10.29327/216341.4.1-6. Disponível em: <https://teste-periodicos.ufac.br/index.php/mui/article/view/731>. Acesso em: 7 jun. 2025.

SILVA, M. A. (2018). "História e política: as interferências governamentais no ensino da história". **Educação & Sociedade**, 39(142), 985-1007.

SILVA, Paulo Julião da. **A Igreja Católica e a questão educacional no Brasil durante a era Vargas**. Porto Alegre: Ed.FURG, 2012.

SOUZA, Izabel Cristina de; GUASTI, Maria Cristina Figueiredo Aguiar. Cultura africana e sua influência na cultura brasileira. In: **Anais do XLI ENEBD**, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12906/510.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Editora ufmg, 2003.

SOUZA, João Carlos. **História da Igreja Católica no interior do Brasil**. São Paulo: Editora Universitária, 1998.

STEINEN, Karl von den. **Entre os aborígenes do Brasil Central**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.

STEINEN, Karl von den. **O Brasil Central: expedição em 1884, para a exploração do Rio Xingu**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

TODAMATÉRIA. Normas da ABNT: regras de formatação para trabalhos acadêmicos (NBR 14724). Acesso em: 06 out. 2025.

TOLEDO, E. A. Amazônia e identidade paraense. **Estudos sobre a Cultura Amazônica**, v. 10, n. 3, p. 78-95, 2019.

UM RETRATO do descaso com a cultura e a pesquisa no Brasil. Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/especialistas-da-usp-avaliam-perda-com-incendio-do-museu-nacional>.

UMBUZEIRO, Antônio Ubirajara Bogea. **História e iconografia do Vale do Xingu**. 2. ed. Juiz de Fora: Editora Garcia, 2023.

VOGT, Olgário Paulo. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec / Edusp, 1993.

EXPOSIÇÃO

Fotografias de uma certa **Amazônia**

 CAPES

 UNIFESSPA

 PROF HISTÓRIA

Celhas

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA
CENTRO DE ESTUDOS EM TEORIAS DA HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIAS

PRODUTO / ATIVIDADE DIDÁTICA DA DISSERTAÇÃO INTITULADA:

**ÀS MARGENS DO TEMPO, NAS ÁGUAS DA FÉ:
O rio e a igreja como patrimônios no Ensino de História de São Félix do Xingu (PA)**

por Adriana Mendes Costa

Orientador: Prof. Dr. André Furtado

XINGUARA – PA
2025

Material produzido com auxílio de
Inteligência Artificial (GhatGPT) e o *site* canva.com





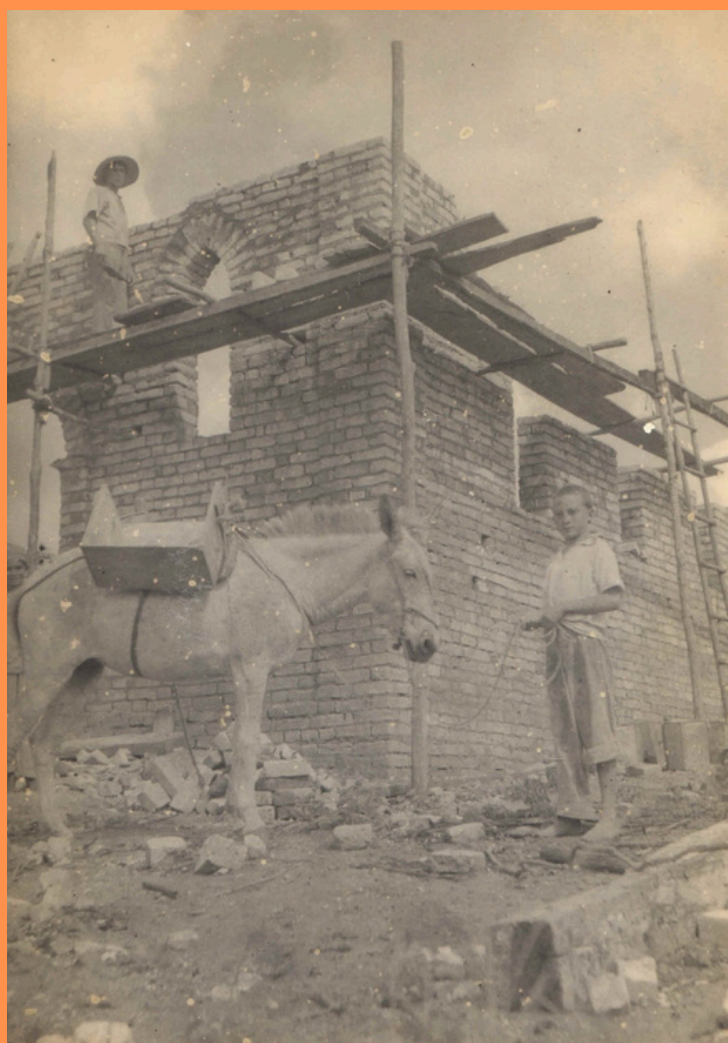
Curadoria: **Adriana Mendes Costa**

APRESENTAÇÃO

As imagens que compõem esta proposta de Exposição foram adquiridas ao longo dos anos de pesquisa no mestrado, em conversas com autoridades religiosas e moradores mais antigos da cidade de São Félix do Xingu, no estado do Pará. Daí porque há uma variedade de procedências, tais como: os acervos particulares de Danilo Covre, Dom Erwin Kräuthner, Manoel Romão, Maria Eneida Batista dos Santos, Rita Ribeiro, bem como os registros das igrejas católicas tanto do município em tela quanto de Altamira (PA). A diversidade de origens só permitirá um tratamento melhor no futuro - inclusive com a ajuda dos educandos -, de modo que, aqui, servem para ilustrar o trabalho de dissertação e deixar a chama de uma valorização patrimonial do município acesa em prol do Ensino de História. Assim, trata-se de uma pequena amostra que pode funcionar como espécie de catálogo de um acervo maior. As fotografias apresentadas constam na dissertação que está na raiz desta proposta e, lá, contam com algum grau de análise documental já iniciado. Espero que apreciem. Boas contemplações!



Fotografia 1
Construção da Igreja Matriz de São Félix do Xungu



Fonte: Acervo particular de Danilo Covre

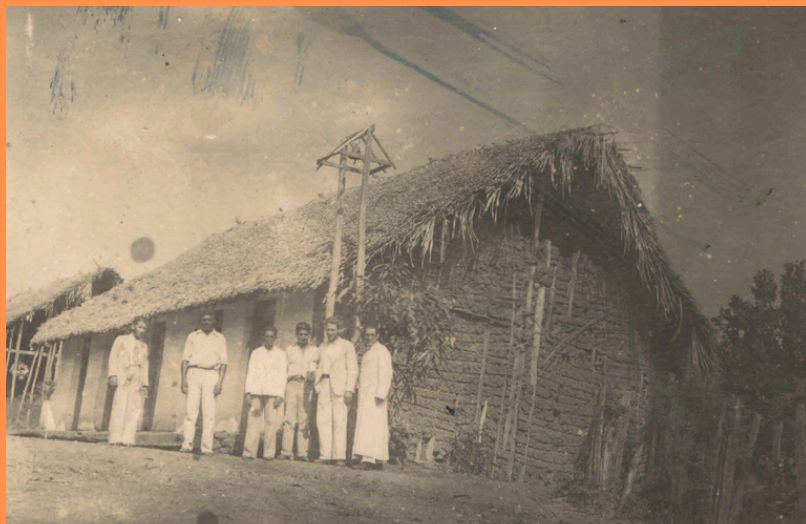
Fotografia 2

Conclusão da construção da Igreja Matriz de São Félix do Xingu



Fonte: Acervo particular do Bispo Dom Erich Kräuther

Fotografia 3
Primeira Capela de São Félix do Xingu



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Fotografia 4
Padre Dom Erich Kräuther



Fonte: Acervo particular do Bispo Dom Erich Kräuther

Fotografia 5

Registro da Construção da Igreja de São Félix do Xingu



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Fotografia 6

Frente externa da Igreja de São Félix do Xingu



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira

Fotografia 7
Interior da Igreja Matriz inicial



Fonte: Acervo da Igreja Católica de São Félix do Xingu

Fotografia 8

Beira-rio nas proximidades da Câmara Municipal e Praça Xingu



Fonte: Acervo particular Dona Rita Ribeiro

Fotografia 9

São Felona: meio de transporte entre São Félix e Altamira



Fonte: Acervo Particular dona Rita Ribeiro

Fotografia 10
Registro de atividade religiosa



Fonte: Acervo da Igreja Católica de Altamira



EXPOSIÇÃO

Foto(grafia)s de uma certa **Amazônia**

